

Universidade Federal de Santa Catarina
Centro Socioeconômico
Departamento de Serviço Social

Sandra Santos Costa

**SERVIÇO SOCIAL E QUESTÃO RACIAL NO BRASIL: A PERCEPÇÃO DOS
JOVENS DO CENTRO CULTURAL ESCRAVA ANASTÁCIA A PARTIR DO SEU
PERTENCIMENTO ÉTNICO RACIAL.**

Florianópolis
2016.1

Sandra Santos Costa

SERVIÇO SOCIAL E QUESTÃO RACIAL NO BRASIL: A PERCEPÇÃO DOS JOVENS DO CENTRO CULTURAL ESCRAVA ANASTÁCIA A PARTIR DO SEU PERTENCIMENTO ÉTNICO RACIAL.

Trabalho de Conclusão de Curso apresentado ao Departamento de Serviço Social da Universidade Federal de Santa Catarina, como requisito parcial para a obtenção do título de Bacharel em Serviço Social.

Orientadora: Prof^a. Dra. Carla Rosane Bressan.

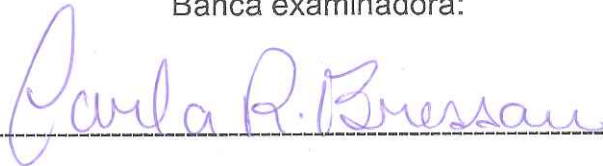
Florianópolis
2016.1

SANDRA SANTOS COSTA

SERVIÇO SOCIAL E QUESTÃO RACIAL NO BRASIL: A PERCEPÇÃO DOS JOVENS DO CENTRO CULTURAL ESCRAVA ANASTÁCIA A PARTIR DO SEU PERTENCIMENTO ÉTNICO RACIAL.

Trabalho de Conclusão de Curso aprovado como requisito parcial para obtenção do título de Bacharela em Serviço Social do Departamento de Serviço Social da Universidade Federal de Santa Catarina.

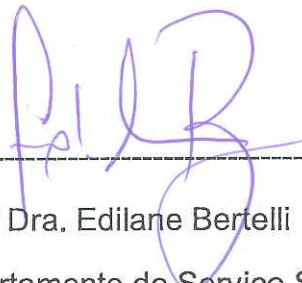
Banca examinadora:



Prof.^a Dra. Carla Rosane Bressan.

Professora do Departamento de Serviço Social - UFSC

Presidente



Prof.^a Dra. Edilane Bertelli

Professora do Departamento de Serviço Social - UFSC

Examinadora



Renata Christiane Araújo de Lima

Psicóloga e Membro da Coordenação de Articulação Nacional de Psicólogas/os negras/os e pesquisadoras/es – ANPSINEP SC

Examinadora

Florianópolis, 03 de agosto de 2016

Dedico o presente Trabalho de Conclusão de Curso, aos meus pais, Arlindo Filomeno Costa(In Memoriam) e Adelzuita Vieira Santos, as minhas filhas e amigas, Brenda Lorena e Bruna Gabriele e a todos(as) as pessoas que direta ou indiretamente estiveram comigo nessa caminhada cheia de descobertas...

AGRADECIMENTOS

Primeiramente a Deus ,aos meus pais, Arlindo e Edelzuita fundamentais na minha vida e responsáveis pelo que sou. Muito agradecida pela dedicação , amor, carinho e luta desses dois.

Às minhas filhas Bruna Gabriela e Brenda pelo companheirismo, carinho e pelos momentos de dedicação e de apoio que expressou no período de minha formação. Aos meus irmãos agradeço por todo o incentivo e apoio e ao meu querido amigo e companheiro Emmanuel Beliard pelo carinho e cuidado dedicado.

Às amigas que no decorrer da minha vida sempre pude contar fosse em momentos bons como nas horas difíceis , entre elas a senhora Rosélia , Márcia Schlichting, Hilária e seus familiares.

Também agradeço às queridas amigas Graziane e Gigelle Adriana que me incentivaram e me fizeram acreditar que seria possível dar um passo para a vida acadêmica. Meus agradecimentos mais que especiais a amiga Roberta Lira que além de me auxiliar desde o início deste trabalho possibilitou o meu reencontro com as minhas raízes por meio do projeto de extensão Vozes de Zambi e coletivo Kurima.

À turma 2012/2, em especial as companheiras de todas as horas, Márcia guerreiro e Simone Porfírio e também às pessoas queridas que foram se agregando ao passar da vida acadêmica. Não posso deixar de falar das colegas especiais dos últimos momentos de angústias e sucessos do período e estágio obrigatório I e II e TCC: Alessandra, Gi, Joelma, Isa, Carlinha e Evelyn, muito obrigada pelo apoio e incentivo nessa reta final.

Às minhas supervisoras de estágios que contribuíram de maneira essencial para a minha formação, Magali Grolof no período de estágio não obrigatório I e II realizado na 1ª vara da Justiça de Santo Amaro da Imperatriz com quem compartilhei experiências muito valiosas por meio da sua vasta experiência na área da justiça e do seu comprometimento e perspicácia com o trabalho, e a querida Lizandra Vaz Salvadori pelo seu engajamento com a causa da juventude e direitos humanos no centro Cultural Escrava Anastácia onde realizei o estágio obrigatório I e II. agradecimentos que se estende as equipes das duas instituições, pelo acolhimento, carinho, momentos compartilhados, reflexões e orientações construídas no decorrer dos estágios.

Às professoras e professores do Departamento de Serviço Social. À minha professora orientadora Dr^a. Carla Rosane Bressan por ter aceitado este desafio, por sua paciência e dedicação, pelo apoio e suporte fundamental para a execução desse trabalho.

Às profissionais que compõem esta banca examinadora: Renata Christiane Araújo de Lima Psicóloga graduada pela UFSC (uma das) fundadoras do Coletivo Kurima - Estudantes Negras/os da UFSC e membro da Coordenação de Articulação Nacional de Psicólogas/os Negras/os e Pesquisadoras/es - ANPSINEP SC e a professora Dr^a. Edilane Bertelli que também contribuiu para que eu abordasse as relações étnico raciais no cenário brasileiro.

A todos aqueles que de alguma forma fizeram parte desta caminhada, meu muito obrigado.

“Quando o jovem percebe que existe um coletivo de pessoas que se importa com ele, que o valoriza e confia nele, ele se sente amado, acolhido, começa a descobrir o que aprendeu de mais violento, e passa a construir um projeto ético, estético e de beleza em sua vida”
(Produção dos jovens do CCEA durante P.I.)

RESUMO

O presente trabalho foi realizado com jovens participantes do Programa Jovem Aprendiz do Centro Cultural Escrava Anastácia, SC - Brasil a partir da experiência de estágio por meio do projeto de intervenção. A pesquisa teve como objetivo geral: Discutir e refletir a percepção dos jovens a partir do pertencimento étnico racial e seus desdobramentos no cotidiano. Para responder esse objetivo geral estabelecemos os seguintes objetivos específicos: Facilitar a compressão e a reflexão sobre o tema; Abordar alguns autores do Serviço Social que trabalhe a temática e a pesquisa empírica com os jovens. O segundo capítulo abordamos aproximações conceituais de: Democracia racial, Branquitude, Negritude e finalizamos com a trajetória da discussão do tema raça e etnia no contexto brasileiro. O terceiro capítulo é composto pelas contribuições da autora Elisabete Aparecida Pinto (2003) e do autor José Barbosa da Silva Filho (2004), finalizando com a pesquisa dos artigos da revista *Serviço Social e Sociedade* no período de 2010 a 2016 sobre questão racial no Brasil. O último capítulo fundamenta-se em uma pesquisa empírica voltada a apreender a percepção dos jovens sobre o seu pertencimento étnico racial e seus desdobramentos. A metodologia utilizada foi abordagem qualitativa, de natureza exploratória e procedimento de pesquisa participante. Para a análise utilizou-se de matérias produzidos durante projeto de intervenção a partir das três categorias: Pertencimento; experiências cotidianas e perspectiva profissional. As principais considerações que a pesquisa nos permite afirmar é que: A percepção dos jovens negros e seu cotidiano acerca de seu pertencimento são em grande parte afirmativa. Essas são permeadas de práticas e ações racistas, sejam de maneiras objetivas e diretas ou de formas subjetivas e indiretas. Para o jovem pertencente ao grupo étnico branco, esse pertencimento não foi evidenciado. Alguns relataram situações de discriminação, porém sem ligação a raça e etnia. Por fim, os diferentes grupos étnicos raciais percebem em proporções diferentes o que lhe causa o pertencimento, no entanto esses reconhecimentos não propiciam unidade para reivindicações coletivas.

Palavras Chave: Raça; Racismo; Serviço Social; Juventude; Juventude negra; Relações raciais.

COSTA, Sandra Santos. SERVIÇO SOCIAL E QUESTÃO RACIAL NO BRASIL: A PERCEPÇÃO DOS JOVENS DO CENTRO CULTURAL ESCRAVA ANASTÁCIA A PARTIR DO SEU PERTENCIMENTO ÉTNICO RACIAL. Universidade Federal de Santa Catarina, Florianópolis, 2016.

LISTA DE ILUSTRAÇÕES

Figura 1 – Cartaz 1	55
Figura 2 – Cartaz 3	60
Figura 3 – Cartaz 3	62
Figura 4 – Cartaz 4	91
Figura 5 – Cartaz 5	92
Figura 6 – Cartaz 6	92
Figura 7 – Cartaz 7	93
Figura 8 – Cartaz 8	93
Figura 9 – Cartaz 9	94
Figura 10 – Cartaz 10	94

LISTA DE TABELAS

Tabela 1 – Artigos encontrados na revista Serviço Social e Sociedade com o tema raça e etnia no período de 2010 a 2016	42
Tabela 2 – Cronograma do projeto de intervenção.	89

LISTA DE ABREVIATURAS E SIGLAS

CCEA	Centro Cultural Escrava Anastácia
CEDCA	Conselho Estadual dos Direitos da Criança e do Adolescente
CFESS	Conselho Federal de Serviço Social
ECA	Estatuto da Criança e do Adolescente
FETI	Fórum da Erradicação do Trabalho Infantil
FOCAP	Fórum Catarinense de Aprendizagem Profissional
IVG	Instituto Padre Wilson Groh
PI	Projeto de Intervenção
SEPPIR	Secretaria de Políticas de Promoção da Igualdade Racial
SINAPIR	Sistema Nacional de Promoção da Igualdade Racial
SS	Serviço Social
STF	Superior Tribunal Federal
TCC	Trabalho de Conclusão de Curso
UFF	Universidade Federal Fluminense
UFSC	Universidade Federal de Santa Catarina
UNESCO	Organização das Nações Unidas para a Educação, Ciência e Cultura

SUMÁRIO

1	INTRODUÇÃO	13
2	APROXIMAÇÕES CONCEITUAIS ACERCA DO DEBATE	15
2.1	Conceito de raça e etnia	15
2.1.1	Conceito de democracia racial	19
2.1.2	Conceito de Branquitude e negritude	21
2.2	Trajetória da discussão no Brasil	24
3	CONTRIBUIÇÕES TEÓRICAS DO SERVIÇO SOCIAL NA QUESTÃO ÉTNICO RACIAL	32
3.1	Contribuições de Elisabete Aparecida Pinto para o Serviço Social e a questão étnico racial (2003)	32
3.2	Contribuições de José Barbosa da Silva Filho com a dissertação: A questão do negro no curso de graduação em Serviço Social da UFF (2004)	39
3.3	Revista <i>Serviço Social e Sociedade</i> : abordagem sobre o tema raça e etnia na sociedade brasileira no período de 2010 a 2016	41
4	A PERCEPÇÃO DOS JOVENS DO CCEA SOBRE O SEU PER- TENCIMENTO ÉTNICO RACIAL E SEUS DESDOBRAMENTOS NO COTIDIANO	48
4.1	Centro Cultural Escrava Anastácia – CCEA e o campo de estágio . .	48
4.2	Resultados e análise da pesquisa	52
4.2.1	Quanto ao pertencimento étnico racial	53
4.2.2	Quanto às experiências cotidianas	64
4.2.3	Quanto as perspectiva de formação profissional	71
5	CONSIDERAÇÕES FINAIS	74
	REFERÊNCIAS	77
	ANEXOS	80
	ANEXO A – PROJETO DE INTERVENÇÃO	81
	ANEXO B – MATERIAIS PRODUZIDOS NO PROJETO DE INTER- VENÇÃO	91

ANEXO C – AVALIAÇÃO DO PROJETO DE INTERVENÇÃO	95
ANEXO D – FOLHAS TÉCNICAS DOS ARTIGOS DA REVISTA SERVIÇO SOCIAL E SOCIEDADE	100

1 INTRODUÇÃO

A opção em trabalhar a temática raça e etnia teve início no campo de estágio obrigatório I, no segundo semestre de 2015, junto aos jovens do núcleo de aprendizagem do centro Cultural Escrava Anastácia – CCEA, na cidade de Florianópolis/SC. Durante elaboração do projeto de intervenção observei que algumas atitudes me impulsionam a pesquisar o tema raça e etnia. Além do espaço institucional e do perfil dos usuários, a minha participação em alguns espaços de debate e trocas de experiências sobre a questão racial me possibilitou uma visão e um e um posicionamento crítico que foram impulsionadores da participação e da busca por mais conhecimento nos diferentes espaços sobre a temática.

Observa-se que essa temática envolve todos os aspectos da vida em sociedade, sendo importante ressaltar os seus aspectos macro por meio da estrutura social, até as ações pessoais individuais e locais. Evidencia-se a participação forte, frequente e permanente da grande mídia, das instituições públicas e privadas, das ações locais e individuais nesse processo permanente de práticas racistas e discriminatórias contra grupo étnico racial não branco. No entanto, tratar do tema raça e etnia e seus desdobramentos caminha na direção de abordar temas complexos presentes e prejudiciais a toda a sociedade, independente do pertencimento étnico racial.

No campo de estágio, a instituição conta com parcela considerável de jovens da raça e etnia negra. Soma-se aí o contexto institucional, uma vez que a mesma foi fundada em 1988 por um grupo de mulheres (em sua maioria negras), moradoras da comunidade de origem quilombola do Maciço do Morro da Cruz. Estas estavam preocupadas com a situação de vulnerabilidade socioeconômica em que seus filhos se encontravam. Naquela época e a partir de dados atuais, percebe-se que esta preocupação ainda se faz presente com a juventude negra e periférica.

A finalidade do estudo é saber de que forma esses jovens percebem no seu cotidiano o que lhe causa pertencer a determinado grupo étnico racial. A minha **hipótese** é de que os jovens não tenham a real dimensão de que algumas situações vivenciadas no cotidiano estão relacionadas ao seu pertencimento étnico racial; e que, a partir desse pertencimento ou não, possamos refletir a estrutura da sociedade. Que os jovens possam ter bases para questionar algumas situações dadas como normais no nosso cotidiano.

Delineou-se assim o objetivo geral: discutir, a partir do pertencimento étnico racial, as ações de racismo e a discriminação e seus desdobramentos no cotidiano. E os específicos: facilitar a compressão e a reflexão sobre o tema; fomentar a discussão

e participação dos assistentes sociais sobre questão étnica racial.

Dessa forma, a relevância deste estudo está na socialização da experiência empírica sobre o pertencimento étnico racial desses jovens, que pode ser uma mola propulsora de descobrimentos, autoafirmação, contestação ou também uma forma de apagamento e conformação. Já, para o Serviço Social, traz conhecimentos e peculiaridades acerca dos (as) usuários (as) negros (as). E que este trabalho possa contribuir por meio das reflexões teóricas e práticas sobre o exercício da profissão nas diversas áreas de atuação.

Para o desenvolvimento desta pesquisa, utilizou-se dos materiais produzidos no desenvolvimento do Projeto de Intervenção (desenvolvido na disciplina de estágio obrigatório II). O mesmo consistia em realizar oficinas com os jovens do projeto “Rito de Passagem” e do programa Jovem Aprendiz. As oficinas foram desenvolvidas nos dias 24 e 25 de maio de 2016. Foi utilizada como metodologia de análise das informações a abordagem qualitativa, de natureza exploratória, através do procedimento de pesquisa participante.

Este trabalho estrutura-se em três capítulos, além da introdução. O segundo capítulo abordou aproximações conceituais de: Democracia Racial, Branquitude, Negritude, e finaliza com a trajetória da discussão do tema raça e etnia no contexto brasileiro por meio dos seguintes autores: Bento e Carone (2002), Munanga (2005), Piza (2005), Moore (2007), Schucman (2012).

No terceiro capítulo apresenta-se breve contribuição dos autores do Serviço Social, Elisabete Aparecida Pinto (2003), com o livro “O Serviço Social e a questão Étnico Racial (um estudo de sua relação com usuários negros)”, e José Barbosa da Silva Filho (2004), com o livro “O Serviço Social e a questão do negro na sociedade brasileira”. E finaliza-se com a pesquisa da revista *Serviço Social e Sociedade* a partir das referências encontradas: MARTINS, 2012; EURICO, 2013 e FREITAS; ENGLER, 2015.

No quarto capítulo, apresenta-se a pesquisa empírica: “A percepção dos jovens do projeto rito jovem aprendiz do CCEA sobre o seu pertencimento étnico racial e seus desdobramento no cotidiano”, por meio de breve contexto institucional e de campo de estágio do Serviço Social; seguido da análise do material produzido durante projeto de intervenção, utilizando-se das referências citadas nos capítulos anteriores.

Por fim, encerra-se o trabalho com considerações e reflexões acerca das questões de raça e etnia no contexto brasileiro e os desafios para a categoria profissional, e as referências.

2 APROXIMAÇÕES CONCEITUAIS ACERCA DO DEBATE

Neste capítulo abordarei alguns conceitos importantes para a discussão da temática raça e etnia, e também apresento um breve contexto histórico da discussão na sociedade brasileira e seus principais teóricos.

2.1 Conceito de raça e etnia

Existe no Brasil um abismo entre a história contada e perpetuada e a história real. Essa dicotomia traz perdas irreparáveis para a sociedade, ao transformar a riqueza da diversidade em desigualdades, exclusão e invisibilidade. Condena uma sociedade formada por influências indígenas africanas e portuguesas, apontando apenas uma, como preponderante, reduzindo a diversidade étnica, de tribos, cultura e dialetos a uma única denominação: “os índios e os escravos”. (FREITAS; ENGLER, 2015)

Segundo Carlos Moore, (2007, p.30) escritor, pesquisador e cientista social, referência internacional sobre racismo na história e importante pesquisador das ideias pan-africanistas, o século XX:

[. . .] começa com uma ampla aceitação e difusão de teses racistas na sociedade, assumindo assim um elevado grau de complexidade inserido na estrutura do chamado Estado Democrático de Direitos, perpassando todas as esferas da sociedade, partidos políticos de direita e esquerda, orientando estereótipo vinculado pela grande mídia, que por sua vez alimenta o imaginário e linguagem popular. (MOORE 2007, p.30)

Carlos Moore (2007, p.30-31) justifica sua posição, ao expor que o modelo de relações raciais é baseado na biologização do racismo e pela estrutura segregacionista racial ostensiva (EUA, Europa Setentrional, Austrália, Canadá, África do Sul, dentre outras), que corresponde ao contexto histórico recente e específico referente à modernidade industrial e capitalista. Na América Latina, a realidade cultural e estrutural tem presentes ainda características da pré-modernidade, do pré-capitalismo e, conseqüentemente, pré-industriais. “Essas características lhe conferem uma resiliência ímpar, haja vista as ductilidades das articulações sociais, assim como a ampla aceitação por parte dos oprimidos das estruturas milenares de opressão”.

Para Moore (2007, p.31) as perspectivas analíticas sobre as relações raciais surgidas antes da Modernidade não nos contemplam pelos seguintes motivos:

a) o fato de mais de 90 por cento da literatura existente sobre a questão racial e o racismo está focado na análise deste fenômeno a partir

do século XVI (início da escravidão dos povos africanos pelos europeus), concentrando-se majoritariamente no período seguinte à segunda guerra mundial; b) O fato de que a maior parte da humanidade (Índia, América Latina, Oriente Médio, China) vive, hoje, sob a pressão dos modelos tipológicos de relações raciais surgidas antes da modernidade. (MOORE, 2007, p.31)

Segundo Kabengele Munanga (2005), antropólogo com ênfase em Antropologia das Populações Afro-Brasileiras:

O conceito raça para os seres humanos não existe, é biologicamente e cientificamente inoperante, trata-se de um conceito ideológico, usado como ferramenta para operacionalizar o pensamento, e posteriormente hierarquizar os sujeitos. (MUNANGA, 2005, p.3)

Segundo Munanga (2005) o conceito raça como se emprega na atualidade¹ nada tem de biológico, é um conceito carregado de ideologia e, como toda ideologia, esconde algo não declarado, nesse caso, a relação de poder e dominação.

De outro modo, o campo semântico do conceito de raça é determinado pela estrutura global da sociedade e pelas relações de poder que a governam. Os conceitos de negro, branco e mestiço não significam a mesma coisa nos Estados Unidos, no Brasil, na África do Sul, na Inglaterra. Por isso que o conteúdo dessas palavras é etno-semântico, político-ideológico e não biológico. (MUNANGA, 2005, p.3-4)

Munanga (2005) diz ainda que para um geneticista ou biólogo molecular contemporâneo raça não existe. No entanto, no imaginário e na representação do coletivo das sociedades contemporâneas, se faz presente por meio de raças fictícias e outras construções, a partir do fenótipo pela diferença, como cor da pele, textura do cabelo, formato do nariz, sendo a partir dessas raças fictícias ou raças sociais que acontecem a reprodução e manutenção do racismo.

O conceito de etnia refere-se ao conteúdo sociocultural, histórico e psicológico, e sua explicação compõe:

Uma etnia é um conjunto de indivíduos que, histórica ou mitologicamente, têm um ancestral comum; têm uma língua em comum, uma

¹ Etimologicamente, o conceito de raça veio do italiano *Razza*, que por sua vez veio do latim *ratio*, que significa sorte, categoria, espécie. Nas ciências naturais foi primeiramente usado na Zoologia e na Botânica para classificar as espécies animais e vegetais. [...] Em 1684, o francês François Bernier emprega o termo no sentido moderno da palavra, para classificar a diversidade humana em grupos fisicamente contrastados, denominados raças. Nos séculos XVI e XVII, o conceito de raça passa efetivamente a atuar nas relações entre classes sociais da França da época, pois utilizado pela nobreza local que se identificava com os Francos, de origem germânica em oposição aos Gauleses, população local identificada com a Plebe. (MUNANGA 2005, p. 15-16)

mesma religião ou cosmovisão; uma mesma cultura e moram geograficamente num mesmo território. Algumas etnias constituíram sozinhas nações. Assim o caso de várias sociedades indígenas brasileiras, africanas, asiáticas, australianas, que são ou foram etnias nações. (MUNANGA, 2005, p.9)

A Psicóloga Social Lia Vainer Schucman, (2012, p.36) aborda em sua obra: *Entre o “encardido”, o “branco” e o “branquíssimo”: raça, hierarquia e poder na construção da branquitude paulistana*, que:

Com o avanço das ciências biológicas e genéticas no século XXI, os estudiosos deste campo chegaram à conclusão de que a raça como realidade biológica não existe, pois os marcadores genéticos de uma determinada raça poderiam ser encontrados em outras e, portanto, experiências genéticas comprovaram que pretos e brancos e amarelos não tinham marcadores genéticos que os diferenciavam enquanto raça. Dessa forma, mesmo que os patrimônios genéticos dos seres humanos se diferenciem as diferenças não são suficientes para classificá-los em raça. (SCHUCMAN 2012, p.36)

Winant (2001 apud SCHUCMAN 2012, p.13) traz a importância do tema raça como categoria sociológica, o que interfere nas relações sociais no cotidiano, não limitado a uma experiência local. A ideia de raça está presente nas diferentes esferas da vida social, distribuição de recurso, poder, experiências subjetivas, identidade coletiva, formas culturais e nos sistemas de significação. Ainda observa a complexidade de tratar o tema no Brasil ao identificar que a sociedade atribui como positiva a marca nacional através dos valores de miscigenação.

Importante ressaltar que nesse debate encontra-se um conjunto significativo de autores, com as mais diferentes perspectivas conceituais. Porém, neste trabalho, serão abordados prioritariamente aqueles teóricos que afirmam ser indissociável falarmos de raça e etnia. Isso porque, segundo Kabengele Munanga (2005), “O conteúdo da raça é morfo-biológico e o da etnia é sociocultural, histórico e psicológico”. Um conjunto populacional dito de raça “branca”, “negra” e “amarela” pode conter em seu seio diversas etnias, o que envolve ancestralidade em comum, língua, religião, além de partilharem uma mesma cultura, e ocupação territorial.

Márcia Campos Eurico (2013, p.296) chama a atenção para que os conceitos raça e etnia não são sinônimos, mas se complementam na perspectiva de análise da lógica social. Porém alerta para a atualidade do conceito raça, e observa que, muitas vezes, quando associado à etnia, costuma ter caráter discriminatório.

Schucman (2012) e Eurico (2013) destacam que, na sociedade brasileira, abordar essa temática é sempre carregado de pudores e preconceito. Observam que o tema ao ser tratado no cotidiano brasileiro constitui um tabu, devido à revelação da

contradição do discurso, que não só sedimenta e estrutura as desigualdades socioeconômicas, como as simbólicas e culturais relativas às populações não brancas do Brasil.

Apesar de toda essa contradição entre o falar e o agir, nos últimos anos, um marco importante para a população negra foi a Marcha para Zumbi, ocorrida em 20 de novembro de 1995, com aproximadamente 30 mil pessoas, devido ao trabalho constante e incessante do movimento negro, que gerou decreto que institui o Grupo de Trabalho Interministerial para a Valorização da População Negra. Dessa forma, reconheceu as injustiças históricas sofridas por essa população, e as demandas dos negros entraram na agenda política do país.

Desde a Marcha para Zumbi dos Palmares pela Cidadania e a Vida em 1995, que o tema das políticas públicas em benefício da população negra vem ganhando corpo na sociedade brasileira. O debate vem se alargando gradualmente estimulado por iniciativas públicas e privadas. [...] (GONÇALVES e SILVÉRIO 2003, p.11)

A marcha permitiu que, no ano seguinte, fosse realizado o seminário internacional “Multiculturalismo e racismo: o papel da ação afirmativa nos Estados democráticos contemporâneos”. Esse debate foi fundamental para a formulação posterior das políticas de ação afirmativa no Brasil.

Observa-se que a Marcha para Zumbi foi um marco para o movimento negro, que influenciou os rumos da luta contra o racismo e o reconhecimento da importância de Zumbi, que teve a data de sua morte em 20 de novembro de 1695² transformada no Dia Nacional da Consciência Negra.

A partir dessa abertura na agenda política, o que gerou avanços por meio políticas públicas nas três esferas do governo e ações afirmativas, houve também a criação de Secretaria da Igualdade Racial³. A criação de ações afirmativas para negros

² A data da morte foi descoberta em 1971 e passou a ser feriado em 2011, com algumas cidades adotando a data em seus calendários. Em 2003 a data passou a fazer parte do calendário escolar. (SILVÉRIO, 2003)

³ Criada pela Medida Provisória nº 111, de 21 de março de 2003, convertida na Lei nº 10.678. Nasceu pelo reconhecimento das lutas históricas do movimento negro brasileiro. A data celebra o Dia Internacional pela Eliminação da Discriminação Racial instituída pela (ONU), em memória do Massacre de Shaperville – onde em março de 1960 na cidade de Johannesburgo, na África do Sul, vinte mil negros protestavam pacificamente contra a Lei do passe (obrigatoriedade de portar cartões de identificação especificando locais onde poderiam circular) e foram alvejados pelo exército, com o saldo de 69 mortos e 186 feridos. E extinta pelo Presidente interino por meio da Medida Provisória nº 726, publicada no Diário Oficial da União no dia 12 de maio de 2016. O documento oficializou a extinção do Ministério das Mulheres, da Igualdade Racial, da Juventude e dos Direitos Humanos. A Seppir permanece na condição de Secretaria Especial de Políticas de Promoção da Igualdade Racial, passando a ser vinculada ao

trouxe à tona um antigo questionamento sobre a formação da nossa sociedade e novas perguntas acerca das identidades raciais.

É na perspectiva de melhor entender as relações que envolvem essa temática que abordarei alguns conceitos presentes na literatura acerca da temática raça e etnia. Dessa forma, serão abordados conceitos como da democracia racial, ou o “mito da igualdade racial no Brasil”; a “branquitude”, que significa facilidades e privilégios, e a “negritude”, que está ligada ao negro se assumir como unidade, por meio das lutas pela sua sobrevivência e da construção de uma identidade positiva.

2.1.1 Conceito de democracia racial

Conceito vigente e comumente fundamento de muitas abordagens na produção teórica. Bernardino (2002, p.250) afirma que o mito da democracia racial no Brasil é estruturado por meio de um sentimento nacional capaz de operar uma concordância entre diferentes setores e camadas sociais acerca da “convivência harmônica das tradições diversas”, aqui referenciadas pelos negros, índios e o portugueses.

O mesmo autor afirma que o mito da democracia racial ganhou sua elaboração acadêmica, alcançando maior visibilidade a partir da produção de Gilberto Freyre, em “Casa grande e senzala” em 1933.

[. . .] uma obra que viria a moldar a imagem do Brasil. Embora Freyre destaque o caráter sadomasoquista da cultura brasileira, o sadismo da casa-grande personificado no senhor de engenho e o masoquismo da senzala materializado na figura do escravo, o tom da sua obra é de otimismo em relação a um ambiente social gestado durante a fase colonial brasileira que favorece e é propício à ascensão social do mulato, tipo que tenderia a caracterizar num futuro próximo o Brasil. No mulato visualizaríamos o que Gilberto Freyre chamou de processo de equilíbrio de antagonismos, a saber, “a fusão harmoniosa de tradições diversas, ou antes, antagonicas, de cultura”. (BERNARDINO 2002, p.251)

Segundo Bernardino (2002, p.252), o mito da democracia racial apoiava-se e apoia-se ainda na generalização de casos de mulatos que conseguiram certa ascensão social no Brasil. Porém ressalta que esse reconhecimento se dava à custa da depreciação dos cidadãos negros de pele mais escura. Aponta, que o que estava por trás desse mecanismo, disfarçado de democracia racial era a concordância da pessoa negra em negar sua ancestralidade africana.

As críticas à ideia de democracia racial são várias, entre elas, que não é possível no Brasil definir com exatidão qual a “raça” a que o indivíduo pertence, sendo que

Ministério da Justiça e Cidadania. Disponível em: <http://www.seppir.gov.br/sobre-a-seppir/a-secretaria>, acesso em: ago. de 2016.

nem a própria pessoa consegue se definir nesse aspecto. Outros apontam ainda para a falsidade desta “suposta democracia”, uma vez que se identifica facilmente uma discriminação generalizada no campo do emprego, educação, dentre outros.

Essa ideia de democracia racial, presente até os dias atuais, ajudou e permanece ajudando a ofuscar a realidade do racismo em nossa sociedade. Prejudica as ações e o reconhecimento de identidade do povo, negros e não negros, e perpetua desigualdades, dificultando o cumprimento de leis tanto no sentido de punição, como de reparação⁴.

Observa-se que, a partir do momento em que o Estado, por meio de seus representantes, garante esse direito constitucional de políticas específicas para população negra, a suposta “democracia racial” existente atualmente não faz jus a necessidades postas para essa realidade. Moore (2007, p.23-24) traz que,

[...] o mito da democracia racial, como o mito do desenvolvimento separado na África do Sul foi uma ideologia eficaz na manutenção do *status quo*, social racial por aproximadamente um século, sendo essa forma de autoengano um obstáculo para avanço da sociedade tanto na África do Sul como no Brasil.

Este “mito da democracia racial” vem sendo questionado e modificado, fundamentado em um crescente esforço da sociedade organizada, por meio dos movimentos negros brasileiros, que têm identificado a democracia racial como uma perigosa e falsa visão da condição do negro no Brasil. A partir disso abrem-se formas e novos espaços para um debate fecundo sobre todos os aspectos da constituição da sociedade brasileira.

Para Schucman (2012, p.13), no Brasil o tema raça e racismo está sendo objeto de diferentes estudos e interpretações, que vão desde o questionamento do mito da democracia racial até o desvelamento do racismo presentes na realidade social. Assim, atualmente há discursos que apontam para um Brasil onde a convivência é pacífica, com fluidas classificações de cor e raça; como também, estudos que denunciam a injustiça racial como alicerce da estrutura social e econômica do país.

Segundo Bento (2002 apud SCHUCMAN 2012, p.14), constata-se que “o pensamento racial está arraigado na estrutura social e cultural e na constituição dos sujeitos em nossa sociedade”. Desse modo, a ideologia racial oficial (democracia racial) produz um senso de alívio aos brancos, que se isentam das responsabilidades, das

⁴ Segundo a Secretaria de Política e de Promoção da Igualdade Racial (SEPPIR), o reconhecimento das ações afirmativas tem por finalidade corrigir desigualdades raciais presentes na sociedade, acumuladas ao longo de anos, oferecer igualdade de oportunidades a todos. Essas ações têm como objetivo reverter a representação negativa dos negros, promover igualdade de oportunidades e combater o preconceito e o racismo.

situações vividas através das expressões das questões sociais dos negros, mestiços e indígenas.

Para Schucman (2012) essa contradição de que somos todos iguais –“democracia racial”, e que ao mesmo tempo estrutura os pilares de desigualdades, propicia diferentes contextos para a constituição do sujeito branco e não branco. Essas diferenças perpassam todas as áreas e relações sociais, desde escola, espaços e instituições públicas e privadas, sendo essas relações sociais marcadas pela supervalorização e preferência da branquitude. A autora observa que os espaços mais altos na hierarquia social são ocupados pela branquitude, alicerçado da ideologia da democracia racial, sem que isso seja visto como privilégio para os brancos.

2.1.2 Conceito de Branquitude e negritude

Segundo Munanga (2005) a origem da ideologia do branqueamento remete ao Iluminismo, à Modernidade ocidental, pelo fato da necessidade de explicar e classificar o outro, o não europeu. Essa classificação recupera o conceito de raça, que deriva da zoologia e da botânica, para classificar a diversidade humana até chegar a três grandes raças estanques, branca, amarela e negra. Para Munanga, a questão não está em classificar, mas torna-se um problema a partir do momento em que se hierarquizam as raças entre inferiores e superiores. Essas classificações foram feitas a partir de diferenças biológicas, que eram consideradas como portadoras de qualidades mentais, intelectuais e morais.

Segundo Schucman (2012, p.23-24) o conceito branquitude começou ser utilizado em metade do século XVII, significando superioridade e privilégio, em contrapartida aos não brancos, considerados “os outros”. É uma categoria socialmente construída e indissociável ao tratar do tema raça/etnia. A indissociabilidade de tratar o conceito raça e etnia fora da ideologia da brancura envolve necessariamente disputa de poder, espaço e território.

No conceito de branquitude são os sujeitos que ocupam lugares sociais e subjetivos da branquitude, e o nó conceitual que está no bojo dos estudos contemporâneos sobre a identidade branca, isso porque, nesta definição, as categorias sociológicas de etnia, cor, cultura e raça se entrecruzam, se colam e se deslocam umas das outras, dependendo do país, região, história, interesses políticos da época em que estamos investigando [...]. (SCHUCMAN 2012, p.24)

Para melhor entendimento, a mesma autora complementa:

Ser branco e poder usufruir da sua branquitude têm interpretações diferenciadas, a depender do lugar o reconhecimento da branquitude tem

suas peculiaridades. Ser branco nos Estados Unidos está estritamente ligado à origem étnica e genética; no Brasil, à aparência, ao status e ao fenótipo; e na África do Sul, o fenótipo e a brancura são importantes demarcadores. (SCHUCMAN 2012, p.24)

Eurico (2013, p.296-297) afirma sobre branquitude que:

[. . .] Essa ideologia “Significava superioridade e privilégio, em contrapartida aos não brancos, considerados os outros”. Ser branco no Brasil é uma função social, permite a eliminação de barreiras, certa autoridade e respeito automático.

Conforme Guimarães (1999 apud EURICO 2013 p.295):

Referente à peculiaridade brasileira, pode-se considerar brancas as pessoas mestiças com tom da pele clara, que exibem símbolos europeus, ser portador dessas características pode significar ter formação cristã e domínio das letras. Dessa forma quanto mais branca for a pigmentação da pele, maior a aceitação e valorização social.

Os estudos acadêmicos sobre essa temática envolvendo as Ciências Sociais e Humanas que transferem a pesquisa da margem para o centro tiveram início nos anos 90 nos Estados Unidos. A essa nova perspectiva de objeto de pesquisa deu-se o nome de estudo crítico sobre a branquitude (SCHUCMAN 2012).

Schucman (2012, p.17) indica que, apesar de os Estados Unidos serem pioneiros na produção acadêmica em estudos críticos sobre a branquitude, também têm sido encontradas produções teóricas recentes na Inglaterra, África do Sul, Austrália e Brasil. Esse tem se colocado como um campo transnacional e tem se caracterizado por trocas entre ex-colônias e colonizados, locais onde se desencadearam escravidão, tráfico de africanos; ou seja, os processos de colonização e novas nações e nacionalidades em toda a América e na colonização da África.

É nesse processo histórico que o conceito de branquitude é construído. Onde os brancos tomam sua identidade racial como uma norma e os não brancos ora aparecem como margem, ora como inferiores ou desviantes. Partindo desse pressuposto, a autora observa que as culturas nacionais e as identidades brancas e não brancas são historicamente criadas, recriadas, significadas e redefinidas através de trocas circulares de símbolos, ideias e população entre a África, Europa e Américas. (SCHUCMAN 2012, p.17)

Fanon (1980), Memmi (2007), apud (SCHUCMAN 2012, p.21) apontam em suas obras as características das relações entre colonizadores e colonizados, entre brancos e negros. No Brasil um dos autores pioneiros na análise sobre essa mesma ótica foi

sociólogo Alberto Guerreiro Ramos. Ao falar pela primeira vez no Brasil nessa perspectiva, apontava para as consequências do racismo e da ideologia do branqueamento para o próprio branco brasileiro. Em 1957 o referido autor publicou o artigo “*A patologia social do ‘branco’ brasileiro*”. Neste registra que, apesar de ascendência miscigenada, tanto biologicamente como culturalmente negro, esse ‘branco’ o negava, observando que no Brasil dificilmente existiria branco puro, a patologia estaria justamente nessa negação da ancestralidade negra, tida pelo branco brasileiro como vergonhosa.

A referida autora ressalta que Guerreiro Ramos foi o primeiro sociólogo no Brasil a questionar os estudos sobre os negros realizados pela sociologia e antropologia brasileiras através da ótica do branco. A autora chama a atenção para que Guerreiro Ramos (1957 apud SCHUCMAN 2012, p.21) já indicava:

Há o tema do negro e há vida do negro. Como tema, o negro tem sido, entre nós, objeto de escarpelação perpetrada por literatos e pelos chamados “antropólogos” e “sociólogos”. Como vida ou realidade efetiva, o negro vem assumindo o seu destino, vem se fazendo a si próprio, segundo lhe têm permitido as condições particulares da sociedade brasileira. Mas uma coisa é negro tema; outra coisa é negra-vida. O negro tema é uma coisa examinada, olhada, vista, ora como mumificado, ora como ser curioso, ou de qualquer modo como um risco, um traço da realidade nacional que chama atenção. O negro-vida é, entretanto, algo que não se deixa mobilizar; é despistador, proteico, multiforme, do qual, na verdade, não se pode dar versão definitiva, pois é hoje o que não era ontem e será amanhã o que não é hoje.

O autor Guerreiro Ramos foi percussor ao colocar a branquitude e os brancos brasileiros numa perspectiva de análise sociológica, necessária para o entendimento do racismo e das situações dos não brancos na sociedade brasileira. Schucman (2012) reforça a importância desses autores nacional e internacionalmente (Guerreiros Ramos, Du Bois, Fanon e Memmi) em relação ao desvendamento sobre o tema raça e racismos praticados por aqueles que exercem o papel de opressores em sociedades estruturalmente desiguais.

Após a explanação e diferentes perspectivas da categoria branquitude, aborda-se o conceito da categoria negritude. Segundo Camila Moreira de Jesus (2012, p.10), a palavra “negritude” foi criada pelo poeta martinicano Aimé Césaire em 1938, com uma definição ainda imprecisa. Na poesia de Césaire, “negritude” ganha três significados, refere-se ao “povo negro”, à “vivência íntima do negro” e à “revolta”.

Segundo Ferreira (2006 apud DE JESUS 2012, p.10), a partir dali, a palavra, que ainda estava sendo utilizada de forma imprecisa, ficou intimamente ligada com o trabalho reivindicativo de estudantes africanos da década de 30, que se tornaram os principais responsáveis pela dinamização da palavra. São eles: Léopold Sédar Senghor (1906), senegalês; Aimé Césaire (1913), martinicano e Leon Damas (1912), ganês.

Apesar desta aparição, o dicionário francês data a criação do termo “negritude” em 1933 e dá a sua autoria a Senghor, embora as definições apresentadas pelos dois confundam-se:

Conscientização, atitudes, sentimentos, posições políticas, valores morais, espirituais, psicológicos; os sentidos a que remete negritude perturbam toda investigação sobre a origem de fenômenos que preexistiram à criação da palavra, genialmente cunhada por Césaire. (FERREIRA 2006 apud DE JESUS, p.10)

Segundo Munanga (1990, p.33) o conceito negritude não é racismo às avessas conforme muitos pensam, a negritude reforça o pensamento que é você se assumir nesse mundo como ser negro, sua história, seu destino; Todas as pessoas portadoras dessa pele foram vítimas na história da humanidade, foram humilhadas, sua humanidade foi negada, explorada, e o único caminho de saída é se assumirem coletivamente, e isso passa por assumir a sua “negritude”. Ou, como indica Du Bois (1920 apud SCHUCMAN 2012, p.20), a luta contra o racismo e a discriminação do negro nos Estados Unidos é na verdade a única possibilidade para o negro americano estar no mundo com sua negritude.

Assim, pode-se afirmar que o conceito de “negritude” é a busca da autoafirmação da identidade negra e toda a história que o povo negro carrega, e a necessidade do seu reconhecimento no mundo é o que o faz lutar coletivamente pelos interesses em comum (MUNANGA, 1990).

Observa-se a importância e o amplo debate em torno da questão étnico-racial no Brasil e no mundo. É possível identificar conceitos de amplo conhecimento popular e acadêmico, conceitos e teorias recentes no cenário nacional. Desta forma, ressalta-se que, para referenciar as análises contidas no presente trabalho, será utilizada como referência a conceituação acerca de raça e etnia, principalmente aquela utilizada pelo antropólogo Munanga (2005).

2.2 Trajetória da discussão no Brasil

A presença negra na América começou por volta de 1550. Os escravizados africanos eram vistos com mercadoria e indispensáveis para o progresso e prosperidade do Brasil. Na chegada dos navios negreiros, com exibição e análise dos compradores, evitam-se compras de negros da mesma família ou tribo no intuito de evitar rebeliões. (ALADRÉN 2010, p.73)

Antes mesmo da chegada dos europeus, já existia a escravidão e o comércio de escravos na África. Quando a demanda americana cresceu, os traficantes utilizaram essa estrutura para estabelecer o comércio.

Algumas elites militares e políticas africanas se beneficiaram desse contato com os europeus e enriqueceram às custas de amplas parcelas da população mais pobre, desprotegida ou de grupos rivais. Apesar de nesse momento da chegada dos europeus a escravidão ser muito antiga na África, o tráfico atlântico representou uma mudança drástica. A prática da escravização se alastrou por vastas regiões do continente, atingindo grupos étnicos e sociais de forma devastadora.

A vida útil do escravizado adulto girava em torno de 10 anos, devido ao excesso de trabalho, alimentação insuficiente. Viviam em senzalas, quanto não estavam no trabalho braçal extenso e forçado, além das mais cruéis perversidades e punições. Como forma de resistência, alguns fugiam e se organizavam em quilombos, outros, devido às difíceis condições, se suicidavam, ou matavam seus feitores.

Segundo Matheus Serva Pereira (2010), nos quilombos se organizavam, produzem seus alimentos, praticavam suas culturas, dialetos, cultos e crenças, suas roupas, seus móveis e instrumentos de trabalho. A falta de registro, apesar dos quilombos espalhados em todo território colonial, impede que estudiosos descubram mais detalhes sobre eles, ainda assim foram encontradas comunidades remanescentes de antigos quilombos pelo Brasil.

Segundo Pereira (2010) o mais conhecido quilombo foi o de Palmares, em Alagoas, chegou a ter cerca de trinta mil habitantes, dentre seus líderes, Ganga Zumba e Zumbi. Durante o século XVII, vários governos (portugueses e holandeses) quiseram destruí-lo. Em 1695 foi destruído por completo com ajuda do bandeirante paulista Domingos Jorge Velho, com utilização de vasto material bélico. Zumbi foi capturado um ano depois da destruição de Palmares e foi executado.

Em 1822 é declarada a independência do Brasil e, com a entrada das ideias iluministas, as pessoas começaram a ter uma consciência antiescravista. Achava-se que em uma sociedade livre não havia espaço para escravidão, junto a pressões internas de resistência dos negros, e de parte da sociedade, e pressões internacionais pelo fim do tráfico negreiro no século XIX. (BRASIL E MENDONÇA, 2010)

Em 1821, a Assembleia Geral aprovou uma lei pela qual os africanos que entrassem no país a partir dessa data seriam livres, mas isso ficou só no papel. A Inglaterra aboliu a escravatura em 1833 (embora tenha sido o maior país traficante de escravos até o final do século XVIII) e passou a ser uma grande defensora da abolição, resguardando seus interesses. (BRASIL E MENDONÇA, 2010)

Importante pontuar que, após a Revolução Industrial, busca-se por mercados consumidores, e para isso eram necessários trabalhadores assalariados. A Inglaterra faz pressão pelo fim da escravidão; e, sendo o Brasil, na época, o maior comprador de africanos para escravizar, foi bastante pressionado a pôr um fim nesse sistema. (BRA-

SIL E MENDONÇA, 2010)

Em 1845, foi aprovada a Lei Bill Aberdeen, que autorizava a esquadra britânica a prender e julgar os tripulantes de navios negreiros. No Brasil, em 1850, aprova-se a Lei Eusébio de Queiroz – que estingue o tráfico negreiro. A partir de 1860 intensificam-se os manifestos contra a escravidão, com participação da imprensa e campanhas antiescravagistas, muitos se declaram abolicionistas, e entre eles o poeta Castro Alves⁵ (Terceira Geração Romântica – Poesia Social), chamado “Poeta dos Escravos”. Ele escreveu as seguintes obras: “Navio Negreiro (1868)” e “Vozes d’África” e “Os Escravos”. Os poetas dessa geração eram comprometidos com a causa da república e abolicionista, suas poesias têm forte apelo social, onde abordam a escravidão, a opressão e a ignorância do povo brasileiro. (PESSANHA 2010, p.299-230)

Segundo Eric Brasil; Camila Mendonça, (2010), em 1865, é abolida escravidão nos EUA, restando apenas no Brasil e em Cuba. Em 1871 foi assinada a Lei do Ventre Livre – filhos de escravos nascidos a partir daquela data seriam livres. Em 1885, a Lei do Sexagenário declara libertos os escravizados acima de 60 anos[.] E em 13 de maio de 1888, princesa Isabel assinou a Lei Aurea – foi extinta a escravidão no Brasil, porém uma liberdade sem qualquer forma de indenização, reparação, garantia de terras, garantia de emprego e de sobrevivência.

Lilia Moritz Schwarcz (2011) faz uma análise da comunicação apresentada no Congresso Mundial das Raças, em Londres, 1911, por João Baptista de Lacerda, encarregado de representar o presidente do Brasil Marechal Hermes da Fonseca, e nomeado vice-presidente honorário do congresso. A autora traz elementos claros sobre a perspectiva de um Brasil mestiço, cada vez mais branco, segundo a perspectiva de João Baptista de Lacerda, um país que dentro de alguns séculos seria exemplo para o continente americano. Seguem-se as conclusões realizadas pela autora sobre a comunicação de João Baptista de Lacerda numa perspectiva evolucionista eugênica:

- (1) Homens brancos e negros formam duas raças, e não espécies; (2) o mestiço é um tipo étnico variável e pode retornar a uma ou outra raça que o produziu; (3) a população atual se ressentiu do atraso e dos vícios que os negros trouxeram para Brasil; (4) se o mestiço é inferior ao negro em força física, rivaliza com o branco em sua capacidade intelectual; (5) os mestiços brasileiros, diferentemente do que aconteceu em outros países, ajudaram no progresso do Brasil; (6) a imigração, a seleção sexual e a inexistência de preconceito de raça levarão à desaparecimento, breve, dos mestiços no Brasil; (7) em um século a população do Brasil

⁵ Representante da poesia o Condoreirismo, por meio dos poemas sobre a escravidão, onde se fundem a efusão lírica e a eloquência condoreira nos poemas “Vozes d’África”, “Canção do Africano”, “Saudação a Palmares”, “Navio Negreiro”, etc. Época de grandes transformações sociais: no plano internacional, a Questão Coimbrã em Portugal, o Positivismo de Comte, o Socialismo Científico de Marx e Engels, o evolucionismo de Darwin e as primeiras lutas operárias. E, no plano interno: decadência da monarquia, a luta abolicionista, a guerra do

será provavelmente branca e no mesmo período os índios e os negros desaparecerão; (8) um futuro brilhante aguardava o Brasil, que ocuparia o mesmo papel, na América do Sul, que os EUA desempenhavam na América do Norte. Se alguma questão existisse, ela seria assim prontamente sanada. (SCHWARCZ 2011, p.10)

Segundo Munanga (2004, p.14), nos séculos XVIII e XIX, as principais correntes teóricas estavam ancoradas no gobbinismo e darwinismo social⁶ surgidos na Europa. Essas teorias abordavam a imagem do negro como negativa e patológica.

Munanga (2004), ao citar Giralda Seyferth em seu artigo “*Racismo e o ideário da formação do povo no pensamento brasileiro*”, discute o racismo na ótica das ideologias, que afirmavam os determinantes biológicos da cultura e da civilização desses séculos. Apontam alguns autores brasileiros que se baseavam também nesta corrente teórica, que se acreditava que o branqueamento da população, através da mestiçagem, alcançaria avanços culturais e sociais, entre eles: Joaquim Nabuco, Perdigão Malheiro, Silvio Romero, Nina Rodrigues, Manuel Bonfim, João Batista de Lacerda e Oliveira Vianna.

Segundo Martins (2012), nos anos 1930, o conceito de raça é substituído pelo estudo da cultura negra, numa tentativa de folclorização, deixando de ser tratados como problema social, e dando ênfase a ideologia da democracia racial. Com o fim do trabalho escravo, e a Proclamação da República, o monopólio do poder, controle do Estado e o domínio político são exercidos por grandes proprietários de terra (a nascente burguesia agrária brasileira). Nessa conjuntura, o negro, o índio e o mestiço são renegados a último plano.

Para Fernandes (1978 apud MARTINS 2012 p.456), pretendia-se a redefinição social e cultural do trabalho através da valorização da mão de obra assalariada estrangeira e branca, e somente a partir dos anos de 1930, com o desenvolvimento urbano e agrícola, há inserção do negro no mercado de trabalho, nas atividades mais degradantes e rejeitadas pelos brancos.

Ainda nesse período, segundo Elisabete Aparecida Pinto (2003, p.69) passa-se a valorizar a cultura dos africanos e seus descendentes. Porém a “valorização” que não leva em conta as situações de precariedade vivenciadas por essa população. Uma “valorização” chamando a atenção a aspectos culturais, reforçando o conceito nascente,

⁶ Século XIX – baseados na ideia de “raça” desenvolvida por Lineu Buffon e Batton, e na teoria da evolução das espécies de Charles Darwin, alguns “pregadores científicos” europeus: Artur de Gobineau, Herbert Spencer, Lapouge, Edward Chamberlain, Louis Agassiz, entre outros divulgam teorias racistas, pregando a superioridade racial, cultural, intelectual, moral e religiosa dos povos europeus, [...] os negros encontravam-se no último estágio, a “barbárie”, do processo civilizatório. (FILHO 2004, p.25)

fundamentado na ideologia da democracia racial, sendo os principais autores brasileiros a adotar essa teoria: Sílvio Romero, Arthur Ramos, Edson Carneiro e Gilberto Freyre.

Segundo Pochmann (2008 apud MARTINS, 2012), os efeitos do processo da discriminação racial na lógica capitalista são evidenciados anteriormente ao período de industrialização e urbanização no país (anos de 1940 e 1950). Período marcado pelo excesso de força de trabalho vinculado ao processo de transição do escravo ao trabalho livre. Os negros, anteriormente escravizados, e seus descendentes passaram a se constituir excedente do capital agrário. Nessa condição, o preconceito racial no Brasil definiu “o lugar do negro” no mercado de trabalho, sua permanência na desocupação, informalidade e relações de trabalho precárias.

Nesse sentido, Andrews (1998 apud MARTINS 2012 p. 456- 457) chama a atenção para que no processo de “revolução burguesa”, com intuito de fazer do Brasil à imagem da Europa, partia-se da tese da luxúria e da preguiça do negro, do índio e do branco nacional. A doutrina do branqueamento negava a participação dos afro-brasileiros na nova sociedade republicana que se estabelecia. As políticas trabalhistas do governo do Estado de São Paulo barraram a participação dessa população na economia que se desenvolvia rapidamente.

Em 1950, a UNESCO patrocinou uma pesquisa no Brasil, pela Escola de Sociologia Paulista, desmascarando a situação de discriminação em que viviam os descendentes dos africanos na sociedade brasileira. Os principais pesquisadores foram: Florestan Fernandes, Otávio Ianni, Fernando Henrique Cardoso e Roger Bastide.

Segundo Pinto (2003, p.70), a referida pesquisa chegou à conclusão de que essa população não tinha a capacidade de cumprir regras e leis. Dessa forma, estariam inaptos à concorrência e ao trabalho contratual livre; e, em desvantagem em relação aos trabalhadores brancos europeus. Somente na década de 80 pesquisadores vão contestar essa visão do negro “inapto”, justificando que essas pesquisas foram realizadas a partir de pressupostos racistas.

Para Pinto (2003, p.71), dentre as críticas direcionadas à Escola de Sociologia Paulista, distingue-se o pensamento de Otávio Ianni, apesar de ter seguido as linhas de pensamento revisionista, diferencia-se ao colocar a questão racial numa perspectiva de discussão marxista. Dessa forma, a questão racial é vista em sua especificidade dentro da luta de classes.

É importante ressaltar como a política de Estado de branqueamento está ligada à construção da identidade nacional, com a entrada da mão de obra europeia branca, e alguns ideólogos, entre eles: João Batista Lacerda, Louis Couty, Sílvio Romero, Oliveira Viana, defendiam que seria impossível a construção de um país mestiço. Essa mestiçagem teria peso negativo no futuro. Entretanto, com a política de apoio à

imigração europeia, em aproximadamente um século a população brasileira contaria a maior quantidade de indivíduos da raça branca, ao mesmo tempo em que o negro e o índio, entregues à própria sorte e pelo seu caráter selvagem, desapareceriam desta parte da América. (SCHWARCZ, 2011)

Para Munanga (2004) esse projeto de construção de uma população brasileira cada vez mais branca tornava-se esperançoso, tendo em vista que os negros e índios morriam em grandes quantidades e ao passo em que se injetava uma grande população branca estrangeira. Seria através da diminuição dos negros e índios e da mestiçagem que se daria início a uma nova “raça”, que não seria nem branca, nem negra, nem índia, mas aparentemente uma raça branca.

A busca desse “branqueamento” em sociedades como o Brasil e países da América Latina serviu como processo de exclusão, onde a mensagem a ser passada era que os não brancos seriam incapazes de governar, ocupar cargos de responsabilidades, por não serem dotados de capacidades mentais, intelectuais e morais. E o autor vai além, ao afirmar que, nesse cenário, até a própria vítima – o negro – acreditou nessa afirmação de que seria melhor assumir o “branco” como referência moral e cultural. (MUNANGA 2004)

Segundo Azevedo (1985 apud PINTO 2003, p.71), em 1980, entre outros autores brasileiros, Celia Azevedo também criticou a pesquisa produzida pela Escola de Sociologia Paulista. A mesma indica que se, por um lado, essa pesquisa contribuiu para mostrar a realidade da população negra, também contribuiu para justificar a exclusão do negro do mercado de trabalho, através de base racista que foi construída, com intuito da construção de inferioridade científica e política do negro.

Para Freitas e Engler (2015, p.38), observa-se que existe no Brasil, desde a chegada do negro descendente de africanos aqui escravizados, a preocupação de uma construção de identidade negativa. Essa construção passou por várias fases. Enquanto foi possível manter a inferioridade do negro por meio do conceito de raça biológica, manteve-se; quando não mais, passou a inferiorizá-lo através da sua cultura e dos seus costumes.

A presença do negro no Brasil foi desfocada e diminuída, havia no continente africano uma multiplicidade cultural significativa, e mesmo entre os africanos trazidos para o Brasil havia inúmeros dialetos, culturas, religiões. E observa que toda essa diversidade foi reduzida a uma única denominação: “escravos africanos”. Sendo repassada através das instituições a “história oficial” que privilegia o branco em detrimento da história negra e indígena. (FREITAS e ENGLER 2015, p.38)

Segundo Moore (2007), apesar do enorme salto da humanidade em produção de conhecimento e em educação, em que se esperavam avanços da diminuição do

racismo, pelo contrário, o racismo no século XXI está inserido na dinâmica socioeconômica de maneira brutal, vigorosa e excedente, segundo Ianni (2004 apud MOORE 2007, p.287).

No ingresso da sociedade no século XXI está presente o debate da questão racial tanto quanto à intolerância religiosa, a contradição natureza e sociedade, as hierarquias masculina e feminina e as tensões de lutas de classes. Esses dilemas se desenvolvem com a modernidade, [...] mostrar que o “desencantamento do mundo”, com a metáfora do esclarecimento e da emancipação, continua ser desafiados por preconceitos e superstições, intolerância racismo, irracionalismo e idiosincrasias, interesses e ideologias.

Para Moore (2007) a questão racial é um desafio presente, porém sua existência não é de agora, com a mudança das formas de sociabilidade na sociedade, e dos jogos das forças sociais, a questão do racismo vai se modificando, mas persiste.

Tornando um enigma para os dois lados, tanto os intolerantes e tolerantes, discriminados e preconceituosos segregados e arrogantes, subordinados e dominantes em todo o mundo. E para além da exposição à questão racial revela como funciona a fábrica da sociedade, compreendendo identidade e alteridade, diversidade e desigualdade, cooperação e hierarquização, dominação e alienação. (IANNI 2004 apud MOORE 2007, p.288).

Importante ressaltar que, apesar de a questão racial ocupar um lugar central em toda a trama no mundo moderno, capitalista ou não, constantemente a mesma escapa à atenção de melhores análises sobre a questão. Sobre essa perspectiva, segundo Ianni (2004 Apud MOORE. 2007 p. 288):

Vista assim, a história do mundo moderno é também a história da questão racial, um dos dilemas da modernidade. Ao lado de outros dilemas, também fundamentais, como as guerras religiosas, as desigualdades masculina e feminino, o contraponto natureza e sociedade as contradições de classes, a questão racial revela-se um desafio permanente, tanto para indivíduos e coletividades, como cientistas sociais, filósofos e artistas.

Moore (2007) alerta que, apesar da permanência das questões raciais e das formas transversais que se apresentam, não quer dizer que individualmente as pessoas não possam mudar suas convicções, ações e posições em relação ao racismo. Observa que, a partir das mudanças vividas ao longo dos séculos, o racismo transforma-se. Indica que, com o avanço da educação e da ciência, em vez de ser contido pelo acúmulo crescente de conhecimento, o racismo adentrou na ciência e converteu-se em modo de educação. Isso acontece na forma de um racismo mais “científico e refinado”, mais

“cordial e educado”. Nessa direção, o pensador Aimé Césaire, em *Discurso sobre o colonialismo* (1971 apud MOORE 2007, p.289).

O racismo evolui constantemente. Ademais evolui sempre em uma única direção: o nazismo. Cada vez que essa oposição enfraquece, ele começa novamente a ganhar novos espaços, continuando a evoluir – da mesma forma que evolui o tempo – conforme o seu sentido inicial. O racismo nunca recua de forma permanente.

Moore (2007) aponta que a forma do racismo constitui-se no universo como valor majoritário e estruturante permanente na sociedade, produto de uma longa elaboração histórica, sustentada no universo histórico e emocional e abrangendo todas as camadas da sociedade.

No Brasil existe um debate de que não devemos separar ou tratar de maneira diferenciada as questões raciais das de luta de classe, onde dentro da própria luta de classes encontra-se também uma hierarquia racial social e econômica. Segundo José Barbosa da Silva Filho (2004) o Serviço Social, após o movimento de reconceituação, passa a incorporar o materialismo histórico dialético, o que promoveu a ruptura teórica com o modelo tradicional e a renovação do conhecimento para o Serviço Social. Porém observa que algumas questões proveram equívocos e impasses na apreensão do marxismo pelos profissionais na ordem política teórica e profissional, e a questão do negro na sociedade brasileira é uma delas.

O marxismo pensa a estruturação da sociedade a partir do viés econômico, inferindo uma relação entre a estrutura (condições econômicas) e a superestrutura (reprodução ideológica), baseada no princípio do modo de produção como totalidade. Assim as desigualdades sociais se explicariam pela posição de classe. A raça, vinculada ao fenótipo ou cor da pele do indivíduo, como fator explicativo para essa desigualdade contraria a primazia do econômico na determinação coletiva da exploração. Como já explanamos essa assertiva é falsa, pois entre nós a ‘cor da pele’ prevalece. (FILHO 2004, p.93)

Dessa forma, torna-se indispensável esse alhar crítico do Serviço Social acerca do recorte étnico racial. No próximo capítulo serão abordadas as contribuições a respeito da temática dos trabalhos de Elisabete Aparecida Pinto e José Barbosa da Silva Filho, além de artigos encontrados sobre o tema na revista *Serviço Social e Sociedade*, no período de 2010 a 2016.

3 CONTRIBUIÇÕES TEÓRICAS DO SERVIÇO SOCIAL NA QUESTÃO ÉTNICO RACIAL

Neste capítulo abordarei a contribuição de Elisabete Aparecida Pinto, com o livro “O Serviço Social e a questão Étnico Racial (um estudo de sua relação com usuários negros)”, de 2003. Aborda-se também a pesquisa de José Barbosa da Silva Filho, com o livro “O Serviço Social e a questão do negro na sociedade brasileira”, fruto de sua dissertação de mestrado em 2005. E finaliza-se com o levantamento realizado na revista *Serviço Social e Sociedade* – periódico *online*, buscando localizar as produções (a partir de 2010) que abordem a questão racial e o Serviço Social num contexto brasileiro. Assim, será feita uma abordagem em ordem cronológica das diferentes contribuições.

3.1 Contribuições de Elisabete Aparecida Pinto para o Serviço Social e a questão étnico racial (2003)

O livro “O Serviço Social e a questão Étnico Racial (um estudo de sua relação com usuários negros)” (2003) originou-se do trabalho de conclusão de curso apresentado à Faculdade de Serviço Social da Pontifícia Universidade Católica de Campinas, no ano de 1986.¹ . Nesse período a autora já demonstrava preocupação com as questões étnico-raciais, em relação os aspectos teóricos metodológicos, éticos políticos e técnicos operativos dos profissionais com os usuários negros.

Preocupada em compreender o relacionamento entre assistentes sociais e os usuários negros, a autora elaborou dois fatores que poderiam influenciar nesse relacionamento: a ideologia étnico-racial do profissional e a formação profissional. Para tanto, desenvolveu uma pesquisa em que delimitou como “objetivo geral: identificar qual o relacionamento existente entre assistente social e usuários negros, e o tipo de consciência étnico-racial que norteavam a ação profissional e o comportamento de ambos”. E como objetivos específicos: detectar a ideologia étnica racial que norteia a prática do assistente social e a percepção dos usuários negros de si próprios e do relacionamento mantido com os assistentes sociais; questionar o assistente social sobre a adequação de sua formação profissional à realidade multirracial brasileira; verificar a existência de uma proposta do assistente social e dos usuários negros para

¹ As entrevistas, em relação aos usuários, foram com 24 pessoas do sexo feminino e seis do sexo masculino, todos (as) os(as) 30 usuários(as) pertencentes à raça e etnia negra. Em relação aos 30 profissionais assistentes sociais entrevistados, foram 29 do sexo feminino e um do sexo masculino. O pertencimento étnico racial dos profissionais se dividia em 23 brancos e sete profissionais da raça e etnia negra.

a superação das desigualdades étnico-raciais da sociedade brasileira. (PINTO 2003, p. 98)

Segundo Pinto (2003, p.118), “ao analisar as respostas percebe-se que atitudes dos assistentes sociais em relação ao usuário negro estão norteadas por uma tradição moral cristã”. Dessa forma, no nível do discurso, todos defendem a igualdade dos seres humanos, sem distinção, conforme os ensinamentos cristãos. Entretanto, nos contatos face a face do cotidiano, fazem uso de discurso ambíguo e sutil, colocando o negro em uma categoria diferenciada de ser humano predestinada à submissão e subserviência. Segundo Fernandes et al. (1979 apud PINTO 2003, p.118), esse tipo de atitude é denominado por “preconceito reativo”, (o preconceito de ter preconceito). Foi uma forma de combater a ideia de que existiria preconceito no Brasil. Mas, ao mesmo tempo, sem ações que realmente melhorassem a situação do negro e acabassem com a miséria destinada a ele na sociedade brasileira.

Outro questionamento da pesquisa é em relação à visão do assistente social quanto à questão racial no Brasil. Para essa questão foi possível verificar que 93,3% dos assistentes sociais admitiam a existência de situação discriminatória. Em relação às declarações restantes, 6,7% acreditavam não existir preconceito étnico racial. (Pinto 2003, p.122-123)

Em relação à visão dos assistentes sociais de como é tratada a questão étnico-racial no Brasil, as respostas foram as seguintes: “Com demagogia 40%; Não são tratado 16,7%; Desconheço algum tratamento 13, 3%; População não despertou, não tem consciência 3, 3%; Como objeto de estudo 3, 3%; Acho que não é um assunto que existe tanto quanto você fala 3,3%.”. Nesta questão, a pesquisadora aponta que alguns assistentes sociais, talvez movidos por uma concepção racista, mantiveram constantemente uma atitude de negação, e às vezes agiam com muita agressividade. (PINTO 2003, p.124)

No que se refere à visão dos usuários negros sobre eles próprios, a autora chega à conclusão de que a visão do usuário negro manifesta forte repercussão moral cristã, o que os leva à acomodação diante dos problemas que enfrentam e à aceitação do estigma da cor (PINTO 2003, p.129).

No que se refere às diferentes esferas da vida social, a autora indica que: em relação a situações de trabalho, os usuários negros (tanto as mulheres como homens negros) evidenciam dificuldades de colocação no mercado de trabalho, baseado na pertença étnico-racial. As mulheres negras e brancas passam por situações de maus-tratos pelas patroas no trabalho doméstico, no entanto essa queixa é maior para as mulheres negras, devido à exclusão racial e social que as impede de competir em pé de igualdade no mercado de trabalho com mulheres brancas. Reservando a esse grupo

a barreira do quesito “cor”. E para os homens a maior situação é de desemprego e baixos salários. (PINTO 2003, p.131-132)

Em relação ao espaço escolar, esse é um dos primeiros em que a criança negra se depara com a questão étnica racial associada a uma construção de identidade étnica negativa. As experiências vivenciadas na escola têm grande peso na vida das famílias, uma observação é que durante as entrevistas as crianças e seus familiares assumem comportamentos que sempre se reportam ao passado; pais que têm dificuldades de relatar experiências que seus filhos vivenciaram ou exemplificam situações vivenciadas por terceiros. (PINTO 2003, p.131-134)

Ao serem questionados sobre qual o perfil do negro que a sociedade exige, os entrevistados responderam que para serem bem-vistos “devem ser compromissados, honestos e educados”, e ainda acrescentaram que “já sendo direito já é sempre menos que o outro, é bom ser bem direito mesmo”, outro entrevistado acreditava que “tem que ser humilde, bom e ter boa saúde” (PINTO 2003, p.135)

A pesquisadora ainda aponta para a complexidade do ser negro, para alguns entrevistados ser negro é “sentir-se constantemente inibido e triste, ser negro é ser inferior”. Aponta, também, a negação do problema por parte do negro, na fala do entrevistado: “eu me sinto bem, eu vou ao posto de saúde e fico no meio dos brancos”: outro relatou que “ser negro é ser gente, eu não sinto diferença, nunca fui barrado em serviço ou por vizinho” . (PINTO 2003, p.136)

Em relação à vizinhança, a pesquisa revela que, mesmo em condições degradantes de vida, os brancos pobres hostilizam os negros de forma notória. E as falas que demonstram consciência de reflexão sobre a opressão étnica racial foram poucas. Além da dificuldade de definir o significado do racismo, que, segundo a autora, tanto os brancos quanto negros não sabem e definem de forma incorreta devido às ambiguidades com que é tratado o tema no Brasil. (PINTO 2003)

A autora aponta, sobre o questionamento do que tem sido feito quanto à questão étnica racial no Brasil:

Para os assistentes sociais segundo sua análise é de descompromisso da profissão com o tema questão étnico-racial no Brasil. 46,7% responderam que nada até aquele momento; 30% afirmaram desconhecer o tema ou nada saber sobre ele, 10% apontam para o curso de extensão universitária sobre a questão racial no Brasil, - atividade de plano de estágio desenvolvido pela pesquisadora. (PINTO 2003, p.148)

Em relação à visão dos usuários negros, sobre o seu relacionamento com o assistente social, Pinto (2003, p.156) traz que:

Esse relacionamento está diretamente ligado ao pertencimento a determinada classe ou grupo étnico racial. A atitude do usuário parece ser influenciada pelos critérios de atendimento do Serviço Social nas instituições assistenciais, o usuário tem o assistente social como fiscalizador e controlador. Dessa forma, o usuário é levado a mentir, alterando os dados de sua situação socioeconômica a fim de conseguir benefícios materiais que solicita.

Pinto (2003) acredita que essas atitudes elencadas acima, como outras (acomodação e desânimo), são geradas e legitimadas por meio de uma estrutura política e econômica inadequada. E o Serviço Social coparticipa disso, muitas vezes ao executar sua prática consolidando esses comportamentos. A pesquisa apresenta que 86,7% dos usuários acreditavam serem bem atendidos pelos profissionais, principalmente quando tinham suas demandas atendidas. Revela ainda que, segundo os usuários, para receberem um bom tratamento é necessário serem humildes, simpáticos e pouco questionadores.

Em relação à produção teórica do Serviço Social, para Ammann (1985 apud PINTO. 2003 p.170), em termos quantitativos era modesta, e em termos qualitativos, até os anos de 1960, as publicações limitavam-se basicamente à produção de modelos importados ou adaptação à realidade do Brasil.

Sobre essa afirmação, após duas décadas as colocações continuam pertinentes. Apesar do aumento quantitativo da produção científica do Serviço Social, pensar, teorizar e escrever sobre o contexto da realidade do negro na sociedade brasileira é algo complexo para o Serviço Social. Segundo Pinto (2003, p.171), o “motivo é o não compromisso da profissão decorrente de uma estrutura ideológica discriminatória, o que afeta a atitude dos profissionais e a pouca produção do Serviço Social relacionada às questões de raça e etnia”. Uma das questões feitas aos profissionais foi a respeito de livros de Serviço Social que as entrevistadas conheciam sobre a questão étnica racial. A resposta foi que, em 93,4%, não conheciam nenhum livro abordando o tema. Apenas uma do total de 30 entrevistadas respondeu ter lido um artigo na revista *Serviço Social e Sociedade*.

A autora ainda pontua que, na elaboração da pesquisa, a revista *Serviço Social e Sociedade* estava na edição 21, porém em nenhuma delas encontrou referência sobre o tema raça/etnia, bem como nas demais revistas e cadernos de Serviço Social pesquisados por ela. (PINTO 2003, p.171)

Outro dado importante na pesquisa de Elisabete Aparecida Pinto (2003) é a falta de interesse dos assistentes sociais pesquisados em relação às produções de outras disciplinas, como Antropologia, Sociologia e Política, que abordavam a temática até aquele momento. Parecia não serem de interesse dos entrevistados, o que a

autora confirma: “[. . .] ao questionar o que as entrevistadas haviam lido sobre o tema, dos trintas, 19 responderam não haver lido nada, 7 haviam lido recortes de jornais e 4 folhetos distribuídos pelos próprios negros.” (PINTO 2003, p.172).

Alguns apontamentos feitos pela autora apresentam que a ideologia da democracia racial brasileira cristalizou-se em uma “moral para se pensar as questões étnicas raciais no país e legitimar o atual sistema” através da propagação da igualdade e da não existência da discriminação étnico-racial que se concretiza no cotidiano. (PINTO 2003, p.208-209)

Observa que, apesar de pesquisas sobre o tema, na década de 50 desmascarasse a situação do racismo e discriminação sofrida pelos negros na sociedade brasileira, ainda assim o governo do Brasil continuou a propagar ao mundo que o país era um “paraíso da democracia racial” e que racismo aqui não existia, era realidade da África do Sul, Estados Unidos, Alemanha.

O primeiro presidente do Brasil a assumir a existência do racismo foi Fernando Henrique Cardoso (1995), sociólogo e também estudioso da questão étnico-racial no país, chegando a referir de forma demagógica que ele próprio teria um “pé na cozinha, sou mulatinho”. Entretanto, durante seus estudos, nunca havia se posicionado como pertencente à raça e em seus estudos era o negro sempre apresentado como o outro. (PINTO 2003, p.209)

No entanto, a declaração do presidente possibilitou que o movimento negro organizado pudesse reivindicar, de forma mais objetiva, a implementação de política pública destinada à população negra. Porém, no que se refere às transformações das mentalidades das ações e atitudes dos comportamentos dos brasileiros, faz-se necessário um trabalho político educativo intenso que propicie transformação nas linguagens e atitudes discriminatórias. (PINTO 2003, p.210)

Pinto (2003) aponta que, apesar de diferentes, as atitudes dos assistentes sociais brancos e negros, e dos usuários negros, diante das questões étnicas raciais, todas são carregadas e constituídas do mesmo discurso da ideologia dominante, que se produz e reproduz em meio à contradição e inconsistência cotidianas.

Sendo assim, o assistente social não pode ser concebido fora do prisma mais amplo de uma sociedade alienante. Wanderley (1980 apud PINTO 2003, p. 210) afirma que “O assistente social é um profissional resultado de uma formação escolar, de sua vida na sociedade e de sua prática dentro da profissão em suas múltiplas atividades”.

Pinto (2003, p.210) traz que a formação dada pela Faculdade de Serviço Social de Campinas em 1986 não contemplava as questões étnico-raciais, “sendo insuficiente para que o profissional tivesse as percepções étnicas da realidade na qual atuava”. Aponta grande inconsistência teórica, onde os profissionais não dominavam nem o pa-

radigma marxista e nem o funcionalista e sempre acabavam caindo no "economicismo"; ou seja, tudo era questão de classe. As respostas dadas às questões raciais, durante a pesquisa, eram imbuídas de uma tradição moral cristã que aflorava no momento em que o profissional tentava extrair-se da sociedade e se afirmava como uma pessoa isenta de preconceito.

Em relação às políticas sociais, a influência da formação eclética dos profissionais se fez presente. Os assistentes sociais não tinham explicitado como pensar as políticas sociais; e, no caso das questões étnico-raciais, não achavam necessário políticas exclusivas para a população negra. Acreditavam que, conforme fosse implementada determinada política, atenderia a todos da mesma maneira. No entanto, durante sua pesquisa é possível constatar que historicamente existiu uma sequência de políticas públicas e sociais destinadas na prática à exclusão da população negra na sociedade brasileira. (PINTO 2003, p.211)

A autora aponta que, no caso do serviço onde foi realizada a pesquisa, somente em 1986, pela primeira vez os usuários negros tiveram a oportunidade de serem ouvidos e terem suas opiniões respeitadas; pois, normalmente, são reprimidas pelos profissionais de Serviço Social e de outras áreas do conhecimento. Observa que, quando essas pessoas são estimuladas a falar de suas realidades, tornam-se capazes de vislumbrar um projeto de mudança. (PINTO 2003, p.212)

Enfim, identificou que, nas práticas diárias realizadas pelo Serviço Social, as informações e depoimentos dos usuários negros não são considerados e respeitados, tornando o relacionamento unidirecional e em um plano vertical. No momento do atendimento, o assistente social tentava convencer a pessoa negra da inexistência do racismo e tornar um problema estrutural numa questão individual.

No caso dos usuários negros, em seu relacionamento com o assistente social, tinham comportamento submisso e de introjeção do preconceito. Que não recebiam estímulos para entender o problema e superar, pois o profissional, nesses momentos, não sabia como agir. Não encaminhava essas pessoas para organização negra, porque alegava não conhecer ou não via necessidade para esse encaminhamento. E conclui que:

O relacionamento entre Serviço Social e usuários negros acontece de forma contrária aos objetivos do diálogo. O diálogo como elemento de relacionamento é um instrumento gerador de transformação a partir o momento em que o conhecimento dos usuários seja valorizado e enriquecido, ao mesmo tempo em que possam contribuir para ampliação e percepção do profissional, sem esse movimento recíproco não existe uma dialetização crítica. (PINTO 2003, p.212)

Pode-se dizer que o relacionamento entre o Serviço Social e os usuários negros

acontece de forma contrária aos objetivos da própria profissão, ainda que no recente código de ética esteja contemplada a dimensão étnica racial. Entretanto isso não exclui ações preconceituosas e discriminatórias contra negros e nordestinos, situações presenciadas pela autora no decorrer do exercício profissional. (PINTO 2003, 212-213)

Em relação às assistentes sociais negras no relacionamento com os usuários negros, Pinto (2003, p.213) traz que:

O discurso é o mesmo utilizado pelos profissionais brancos, imbuído ou não de um compromisso com a população. Essas se encontravam afetadas pela mesma ideologia racista instalada nas mentes dos brasileiros, Dessa forma foram impedidas de falar do tema com naturalidade. Isso aconteceu mesmo com aquelas que militavam em movimentos sindicais, pastorais e reforma agrária.

Para Neusa Souza Santos (1983 apud PINTO 2003, p. 213):

Pensar em identidade negra redundava sempre em sofrimento para o sujeito. Em função disto, o pensamento cria espaços de censura à sua liberdade de expressão e simultaneamente suprime retalhos de sua própria matéria. A ferida do corpo transforma-se em ferida do pensamento [...] a violência racista subtrai do sujeito a possibilidade de exploração e extrai do pensamento todo o infinito potencial de criatividade, beleza e prazer que ele é capaz de produzir. O pensamento do sujeito negro é um pensamento que se restringe. Que delimita fronteiras mesquinhas à sua área de abrangência, em virtude do bloqueio imposto pela dor de refletir sobre sua própria identidade [...] O Serviço Social é uma disciplina de intervenção, resta convidá-lo para dar início às discussões da categoria étnica racial e também por que não buscar formas de alterar as linguagens racistas?

Segundo Rex (1988); Rose 1972 apud PINTO (2003, p. 213-214), aponta-se que “uma das tarefas mais essenciais deve ser a reforma da linguagem, pois essa carrega o legado do passado e aquela que se usa não será necessariamente adaptada ao antirracismo”. A renovação da linguagem seria tarefa primordial ao exercício da consciência racial.

A autora indica que, no Brasil, o Serviço Social deve ser de fato inter-étnico e considerar os fatores históricos, culturais, sociológicos e psicológicos que envolvem grande parte de seus usuários, composta pela população negra. Aponta para uma criação de uma nova linguagem, antirracista, como propósito para o Serviço Social. Para isso o Serviço Social deve:

Incluir discussão étnica racial em seu currículo; promover nas instituições discussões sobre situação de preconceito e discriminação levantada no trabalho pelo assistente social e outros profissionais; Trabalhos

com organização negra através de intercâmbio de informação para garantir que os encaminhamentos feitos pelo serviço social sejam respaldados pela necessidade da população negra; Identificar na área de atuação de serviço social (saúde, educação, habitação, cultura, lazer, comunicação e os diferentes segmentos) problema específico da população negra; Utilizar da prática profissional estratégia que garanta um bom relacionamento com a população negra por meio da horizontalidade do diálogo fortalecendo assim as estruturas psicológicas e social dessa população. (PINTO 2003, p.215)

A criação dessa nova linguagem deve ser operacionalizada na academia, nas instituições públicas e privadas e nos trabalhos nos bairros, associações de moradores e movimentos populares.

3.2 Contribuições de José Barbosa da Silva Filho com a dissertação: A questão do negro no curso de graduação em Serviço Social da UFF (2004)

O referido trabalho de José Barbosa da Silva Filho, deu origem ao livro “O Serviço Social e a questão do negro na sociedade brasileira”, fruto de sua dissertação de mestrado em 2004. Da pesquisa de José Barbosa da Silva Filho, (2004), na Universidade Federal Fluminense (UFF). Além de questionário aplicado aos estudantes e professores do curso Serviço Social UFF, sobre o conhecimento da temática do negro no Brasil, verificou também produções teóricas através dos trabalhos de conclusão de cursos; as publicações nas revistas: *Serviço Social e Sociedade*, *Revista Serviço Social*, *Revista Gênero*, *Revista Temporalis* e livros disponíveis no sistema da biblioteca UFF. Dos resultados,

Foram encontradas 1237 monografias de final de curso, elaboradas pelas alunas/os da ESS-UFF, arquivadas na Biblioteca Central da UFF, [...] entre 1948 a 2002. Em relação à questão racial ou do negro na sociedade brasileira, o resultado foi muito aquém do esperado. Neste período que corresponde 54 anos e três momentos políticos distintos (Democrático: 1948-1963; Autoritário; 1964-1985; Democrático 1986-2002), apenas 6 TCCs entre os 1237 examinados ou 0,48% do total tratam desde tema. (FILHO 2004, p.59)

Filho (2004) observa que, apesar de enfocarem temas onde a presença do negro e pardo é uma realidade de exclusão social, como, por exemplo, no sistema carcerário, população de rua, trabalho doméstico, etc., a questão do negro não é identificada em suas pesquisas como importante vetor causal para seu objeto de pesquisa. Segundo Teixeira e Brandão (2003, apud FILHO 2004, p.93), a questão do negro não é importante para o desempenho do futuro profissional de Serviço Social, o que se confirma nas demais verificações da pesquisa.

Filho (2004) apresenta também os resultados da pesquisa em quatro periódicos. O primeiro é a revista *Serviço Social e Sociedade*. Este periódico é publicado quadrimestralmente desde setembro de 1979.

Analisamos 71 números encontrados na Biblioteca Central da UFF e outros 11 exemplares encontrados em livrarias e outras bibliotecas. A publicação de número 79, lançada em setembro de 2004, pela primeira vez edita um artigo com o termo racial em suas páginas. Trata-se do texto – As Abordagens Étnico-Raciais no Serviço Social de MATILDE RIBEIRO (p.148-161). Neste texto, além de chamar seus pares para uma “reflexão sobre a inserção das questões étnico-raciais na área do Serviço Social” (RIBEIRO, 2004, p.148), ela cita algumas das produções acadêmicas nesta temática existentes no Serviço Social, encontradas nos Anais de alguns Congressos da categoria – no 6º, 8º, 9º, 10º CBAS – porém não foram publicadas nos periódicos e publicações ao alcance dos demais profissionais. (FILHO 2004, p.64)

Revista Serviço Social:

Embora não seja mais editada desde 1954, foi publicada trimestralmente a partir de 1939, por um grupo ligado às escolas de Serviço Social Católicas e ao Centro de Estudos e Ação Social (CEAS). Pela sua estreita ligação com a Igreja Católica é uma publicação muito conservadora na preservação dos valores cristãos e na busca da harmonia. Em nenhum dos 44 exemplares encontrados na Biblioteca Central da UFF, a questão do negro no Brasil é tida como digna de registro. (FILHO 2004, p.65)

Revista Gênero é uma publicação semestral da ESS-UFF, editada desde 2000 sob a responsabilidade do Núcleo Transdisciplinar e Estudos de Gênero (NUTEG):

Dos sete números editados, nenhum artigo foi titulado com as categorias: negra(o); preta(o) ou raça/racial. Apenas dois entre os 67 artigos publicados tratam da questão do negro em seus textos: “Casa de Detenção da Corte e o Perfil das Mulheres Presas no Brasil durante o século XIX” de MARCELO PEREIRA MELLO, (v.2, nº1, 2º semestre de 2001 – p.31-48) que ao citar a cor das presidiárias chama a atenção para o alto número de mulheres negras entre as detentas e “Relações Femininas em ‘The Colour Purple’ de ELIANE BORGES BERUTTI, (v.2, nº 1, 2º semestre de 2001 – p.103-108) onde a autora comenta a situação das mulheres afro-americanas que, acredito, não difere da realidade das mulheres negras brasileiras. (FILHO 2004, p.66)

Revista Temporalis, publicada para profissionais em cujo cotidiano interno e externo as relações Inter-raciais são preponderantes:

[. . .] a existência de apenas 1 (um) artigo relacionado com a questão do negro na sociedade brasileira, referenda a invisibilidade da população

negra como tema ou a irrelevância da questão do negro como objeto de estudo ou de preocupação para os redatores e articulistas da publicação e para o Serviço Social. O artigo foi publicado na *Temporalis* nº 5 – jan-jul de 2002 – “A Discussão Ética das Ações Afirmativas: Problematizando o Princípio da Igualdade” de MIRIAM OLIVEIRA INÁCIO – onde a autora debate a questão das cotas para negros na educação e no trabalho. (FILHO 2004, p.66)

Na busca de títulos e capítulos através dos índices da bibliografia específica para o Serviço Social ofertada na Biblioteca da UFF, não foi detectado nenhum livro que abordasse a temática racial ou o negro na sociedade brasileira. Filho (2004) observa que nesse período o livro de Elisabete Aparecida Pinto (2003) não fazia parte do acervo da Biblioteca da UFF:

É importante salientar que num exame dos títulos e capítulos (através dos índices) dos livros da bibliografia específica para o Serviço Social 36 ofertado pela Biblioteca Central da UFF, também não detectamos nenhum livro abordando a temática racial ou sobre a questão do negro em nossa sociedade. O livro de PINTO (2003), ainda não faz parte do acervo da Biblioteca da UFF. (FILHO 2004, p.67)

No que se refere aos resultados com os alunos, também confirma essa ausência significativa na produção. Demonstra que a maioria não apreende conhecimentos que dizem respeito à questão do negro na sociedade brasileira, conforme nos apresenta:

Apenas 14,89% das/os formandos disseram dominar os conteúdos considerados básicos para dotar as/os Assistentes Sociais de uma autonomia que os auxilie na intervenção junto aos seus usuários e que também venha a preencher o vácuo deixado pela escola na transmissão de conhecimentos que faça os alunos aceitarem a alteridade como norma no processo de interação social entre os seres humanos, independente da cor da pele. (FILHO 2004, p.75)

No entanto, o pesquisador observa que, para que esse resultado se modifique, faz-se necessário que esses conhecimentos sejam integrados de forma programática no curso de graduação de Serviço Social da Universidade Federal Fluminense.

3.3 Revista *Serviço Social e Sociedade*: abordagem sobre o tema raça e etnia na sociedade brasileira no período de 2010 a 2016

A escolha da revista *Serviço Social e Sociedade* deu-se pela importância da mesma, como forma de socialização do conhecimento produzido pela profissão. Caracterizada por ser um espaço de discussão das principais inquietações dos profissionais relacionadas à realidade do país, abordando temáticas sociais, políticas, econômicas e ainda aquelas específicas do fazer profissional.

O levantamento procurou localizar as publicações do Serviço Social sobre tema relacionado a raça e etnia, disponível na versão *on line* a partir de 2010 até o mês de abril de 2016. Para tanto, foram utilizadas como descritores da coleta as palavras-chave: “Desigualdade racial”, “Serviço Social” e “Questão racial”, com o intuito de mapear artigos que abordassem temas relacionados a raça e etnia num contexto brasileiro². Realizada a coleta, foram localizados três artigos, conforme se segue:

Tabela 1 – Artigos encontrados na revista Serviço Social e Sociedade com o tema raça e etnia no período de 2010 a 2016

	Autora: Tereza Cristina Santos Martins
2012	<p>Titulo: “O negro no contexto das novas estratégias do capital: desemprego, precarização e informalidade”.</p> <p>Palavras-chave: Desigualdade racial. Desemprego. Trabalho precário e informal.</p> <p>Autora: Márcia Campos Eurico</p>
2013	<p>Titulo: “A percepção do assistente social acerca do racismo institucional”</p> <p>Palavras-chave: Racismo institucional. Ética profissional. Questão racial. Serviço Social.</p> <p>Autoras: Taís Pereira de Freitas e Helen Barbosa Raiz Engler</p>
2015	<p>Titulo: “Desigualdade racial nos espaços escolares e o trabalho do assistente social”.Palavras-chave: Desigualdade racial. Política pública de educação. Serviço Social.</p>

O levantamento realizado confirma o já indicado pelos autores abordados anteriormente, Elisabete Aparecida Pinto (2003) e José Barbosa da Silva Filho (2004), de que a produção teórica do Serviço Social acerca da temática é incipiente. O presente levantamento realizado também ficou aquém do esperado. Porém, as produções encontradas nesse período são de fundamental importância, pois buscam discutir a temática que envolve raça e etnia na sociedade brasileira.

O primeiro artigo encontrado, de Tereza Cristina Santos Martins (2012)³, traz as contribuições acerca das condições de vida da população negra no acesso ao trabalho na lógica de precarização, com maior impacto para essa população. O segundo artigo, de Márcia Campos Eurico (2013), questiona a ausência de produção teórica e a percepção dos assistentes sociais acerca do racismo institucional; e como isso se manifesta no exercício profissional e suas consequências para a materialidade

² Salienta-se que foram consultados o título do artigo, as palavras-chave e o resumo de cada artigo individualmente.

³ A autora divide o trabalho em três partes, detalhando os seguintes aspectos: Crise e mudança na sociedade do trabalho; O mercado de trabalho em formação: a construção do “lugar” do negro; O negro no mercado de trabalho brasileiro detalhando o desemprego, o trabalho precário e informal.

do projeto ético político da profissão. E o terceiro, de Tais Pereira de Freitas; Helen Barbosa Raiz Engler (2015), trata da presença do Serviço Social na política de educação como um espaço importante para o Serviço Social nas discussões acerca da questão étnico-racial.

Assim, abordam-se aqui as principais questões dos referidos artigos, seguindo a ordem cronológica de sua publicação, buscando identificar as principais contribuições para o presente debate.

O artigo “O negro no contexto das novas estratégias do capital: desemprego, precarização e informalidade”, da autora Martins (2012)⁴, tem o propósito de debater a condição do negro perante as novas estratégias de produção e subordinação do trabalho ao capital. Levanta que, apesar de os rebatimentos atingirem a classe que vive do trabalho de modo geral, a população negra tem sua peculiaridade, que se expressa por meio de uma inclusão no mercado de trabalho mais precarizado do que em relação ao não negro. A referida autora realiza uma pesquisa em que se utilizou “indicadores das desigualdades raciais⁵ no Brasil.

Dessa forma, Martins (2012), no decorrer do artigo, aborda a crise do capitalismo e as mudanças ocorridas na sociedade do trabalho a partir de elementos históricos da formação social do Brasil. Busca compreender a discriminação racial como uma marca impressa na constituição do capitalismo brasileiro; e a junção da discriminação racial e determinações econômicas na lógica capitalista. Analisa também o percentual de desemprego da população negra e parda em relação à população branca, além de apresentar as antigas e novas estratégias para a inserção da população negra nas ocupações mais precarizadas de produção e valorização de capital. Assim

[. . .] traz que, apesar do caráter estrutural da crise capitalista e consequentemente os problemas estruturais por ele gestados, atingindo diretamente neste contexto o trabalho como um dos problemas mais importantes na contemporaneidade, independente da qualificação e escolarização dos trabalhadores, ainda assim, constata-se que são os negros que sofrem maior impacto nesta área, ocupando os piores cargos e posto de trabalhos informais. (MARTINS 2012, p.451)

Martins (2012, p.465) observa a importância de entender os impactos das novas estratégias do capital e traz que a população negra é afetada em maior dimensão, ao constatar as peculiaridades vivenciadas por essa população no acesso

⁴ A autora divide o trabalho em três partes, detalhando os seguintes aspectos: Crise e mudança na sociedade do trabalho; O mercado de trabalho em formação: a construção do “lugar” do negro; O negro no mercado de trabalho brasileiro detalhando o desemprego, o trabalho precário e informal.

⁵ PAIXÃO, M.; CARVANO, L. M. Relatório anual das desigualdades raciais no Brasil: 2007/2008. Rio de Janeiro: Garamond, 2008.

ao emprego. Apesar de a crise ser de caráter estrutural, no caso do negro Brasil, ainda associa-se a questão do racismo. Dessa forma, influenciando efetivamente para a concentração dos negros nos piores postos ou postos informais de trabalho.

Já o artigo “A percepção do assistente social acerca do racismo institucional”, de Eurico (2013), faz uma reflexão sobre o racismo institucional e o trabalho do assistente social. Parte da tese de que, pelo modo como as instituições públicas e consequentemente o trabalho do assistente social estão estruturados, podem reforçar o racismo contra grande parte da população atendida por esses profissionais.

A autora realizou uma pesquisa qualitativa por meio de entrevistas abertas com quatro assistentes sociais intencionalmente selecionadas das áreas da saúde e judiciária. A entrevista aberta permitiu aos profissionais explicitar suas percepções acerca do racismo e da discriminação racial no cotidiano profissional. Quanto à seleção das áreas de atuação, justificase pela relevância das pesquisas que apontam o pertencimento étnicoracial como fator de acesso desigual às políticas públicas e determinantes nas situações de maior vulnerabilidade. Dessa forma, o indivíduo está mais exposto ao adoecimento, morte em certas circunstâncias, a sofrer violência física, psicológica e de discriminação racial devido ao pertencimento.

Segundo Eurico (2013) o debate sobre a questão racial no Brasil pelo Serviço Social, devido à própria história da profissão (onde o conservadorismo está presente desde sua gênese), não encontrou espaço para sua incorporação até os anos de 1980. Entretanto, com as conquistas históricas do projeto ético político profissional, expresso no Código de Ética profissional de 1993, essa temática pôde ser contemplada de maneira que a categoria profissional busque a efetivação dos princípios que norteiam o trabalho profissional.

A autora traz a importância das concepções teóricas devidamente apropriadas para o debate da questão racial, sendo essas concepções e posicionamento éticos políticos, fundamentais no combate ao racismo institucional e às discriminações por questões étnico-raciais.

Segundo Eurico (2013, p.306-307), para que o projeto ético político da profissão se concretize, é necessária a participação política dos indivíduos envolvidos. Isso perpassa por questões também subjetivas, encaminha os desafios que terão que ser vencidos, como o reconhecimento e a contribuição dos africanos e seus descendentes para a construção social do Brasil. Como também nas contribuições prático-teóricas, política e metodológica da profissão. Assim:

Da importância da questão racial, a inclusão do quesito cor/raça nos instrumentais utilizados com a consequente interpretação de dados, a desconstrução dos estereótipos ainda presentes no discurso profissional que via de regra, desqualifica a população negra; o exercício da

escuta qualificada como um dos caminhos para a reconstrução da trajetória dos sujeitos e para a proposição de alternativas à permanente discriminação racial; e, por fim e sistematicamente, a ampliação do debate questão racial e os instrumentos normativos nos fóruns e entidades representativas da categoria profissional. (Eurico 2013, p.308)

Eurico (2013) afirma que o equacionamento da questão racial não depende apenas das ações profissionais, é necessário contemplar as questões relacionadas à formação profissional com visão crítica sobre a questão racial. São necessários a produção de conhecimento na pós-graduação, o combate ao racismo nas instituições públicas e privadas, a suspensão das atividades cotidianas para reflexão dos efeitos do racismo na sociedade brasileira e a apropriação urgente pelo Serviço Social da produção de conhecimento teórico acumulado por décadas por áreas das Ciências Sociais sobre a temática.

Já, no artigo “Desigualdade racial nos espaços escolares e o trabalho do assistente social”, as autoras Taís Pereira de Freitas e Helen Barbosa Raiz Engler (2015) chamam à reflexão acerca dos rebatimentos da desigualdade racial nos espaços de sistema educacional. Como, também, para a atuação do assistente social em um espaço social fundamental, que pode voltar-se tanto para a reprodução quanto para o enfrentamento das questões raciais, que se apresentam nas expressões das questões sociais. Segundo Freitas e Engler (2015, p.33-34):

O sistema é fundado com bases de acumulação, as instituições fundadas sobre essas bases comprometem-se a assegurar ou legitimar essa ordem. A escola em seus diferentes níveis de ensino formalizados é emblemática para esse entendimento, uma vez que se constitui como instituição privilegiada para formação de quadro que assegure o fortalecimento do capital, tanto para os detentores dos meios de produção, quanto os trabalhadores que serão expropriados no processo de produção da riqueza. Sendo possível identificar no processo de histórico da política de educação uma escola dual, para quem detém os meios de produção e outra para quem vive do trabalho.

Apesar do exposto, as autoras ainda indicam que a escola pode ser espaço para ações com vistas à transformação e para enfrentamento à desigualdade racial. As autoras ressaltam a importância de o Serviço Social contribuir com o enfrentamento proposto, seja pelo seu caráter universalista e emancipatório, seja pelas legislações atualmente vigentes e, ainda, acima de tudo, fundamentados em seu projeto ético político profissional.

Apesar da longa data da aproximação do Serviço Social com a política pública de educação, a contar desde sua institucionalização, na grande maioria das vezes a

sua atuação profissional voltou-se para prática assistencialista.⁶

. Freitas e Engler (2015) indicam que é partir dos anos 2000 que o Serviço Social intensifica discussão e a sua inserção na política pública de educação, sendo esse um dos pontos significativos de avanços na reflexão da categoria profissional. Também ressaltam que, a trajetória da educação como política é permeada de avanços e retrocessos, sendo esse um espaço privilegiado para a discussão acerca das desigualdades raciais e campo de atuação do assistente social. Esse processo tem tido avanços significativos, já contando com referencial orientador da atuação na área, contendo o documento elaborado pelo CFESS (2012)⁷ “subsídios para atuação de assistentes sociais na política de educação em sua segunda versão, uma vez que as primeiras diretrizes datam de 2001.

Assim, pode-se pontuar que, apesar da própria história e das condições vivenciadas pela população negra, além das últimas mudanças ocorridas por meio das legislações e com o reconhecimento das ações afirmativas como constitucionais⁸, observa-se que anterior a essa data já encontravam-se em prática algumas ações pontuais. Chama-nos a atenção a pouca produção teórica de uma questão do cotidiano profissional dos assistentes, que, de certa forma, deixa a desejar frente às reivindicações populares para a redução de desigualdades e discriminações existentes no país.

Mudanças significativas têm ocorrido no contexto brasileiro, como, por exemplo, a aprovação de novas legislações importantes no país: BRASIL, (2010) – Estatuto da Igualdade Racial, Sistema Nacional de Promoção da Igualdade Racial (SINAPIR), que foi regulamentado pelo Decreto nº 8136/2013 – caráter transversal: saúde, educação, trabalho, cultura, assistência social, desenvolvimento agrário, justiça, entre outros; Plano, Juventude Viva, do Governo Federal (2010); Lei nº12.711, de 2012, – cotas na educação; Política Nacional de Saúde Integral da População Negra, aprovada pelo Conselho Nacional de Saúde em 2006; Lei 12.990 de 2014, – Cotas no serviço público,

⁶ Prática Assistencialista – entendida como: Sendo a escola um dos aparelhos privados significativos para a manutenção da hegemonia, o Serviço Social foi requisitado para o exercício de atribuições que harmonizam as relações no processo de vigilância da moral e da sociabilidade das famílias empobrecidas. Buscando a integração social dos indivíduos no espaço escolar, comunitário e doméstico, reforçando a identidade subalterna por meio da inculcação de valores dominantes e da interferência no seu modo de vida com adoção de condutas comportamentais adequadas aos parâmetros morais. (WITIUK,2004, p 54)

⁷ CFESS (Conselho Federal de Serviço Social). Subsídios para a atuação dos assistentes sociais na política de educação. Brasília: CFESS, 2012. Disponível em: http://www.cfess.org.br/arquivos/BROCHURACFESS_SUBSIDIOS-AS-EDUCACAO.pdf Acesso em 18 de Jul. de 2016.

⁸ Em 2012 o Supremo Tribunal Federal (STF) decidiu, por unanimidade, que as ações afirmativas são constitucionais e políticas essenciais para a redução de desigualdades e discriminações existentes no país.

e na área de gênero através de apoio a organização feminista negra, seminários, dossiês e elaboração de documentos técnicos, dentre outras ações. E o Serviço Social, conforme a pesquisa aqui realizada, não tem acompanhado por meio da produção teórica essas alterações.

Assim, esse processo tem se refletido no cotidiano profissional, haja vista que nos campos de estágio essa ausência de reflexão também tem sido notada. Tendo como referência as reflexões até aqui apresentadas, foi tomada como referência a experiência desenvolvida no campo de estágio da autora, desenvolvida junto ao Projeto Rito e Programa Jovem Aprendiz, no Centro Cultural Escrava Anastácia – CCEA, em Florianópolis.

O presente trabalho toma como referência de reflexão o desenvolvimento do Projeto de Intervenção – PI, em que optei trabalhar com a temática raça e etnia e seus desdobramentos no cotidiano da juventude. O PI consiste em atividade obrigatória da disciplina de estágio do curso de Serviço Social da Universidade Federal de Santa Catarina, e foi executado na disciplina de estágio obrigatório II (2016.1), com detalhamento que será abordado no próximo capítulo.

4 A PERCEPÇÃO DOS JOVENS DO CCEA SOBRE O SEU PERTENCIMENTO ÉTNICO RACIAL E SEUS DESDOBRAMENTOS NO COTIDIANO

Neste capítulo consta breve contextualização da instituição Centro Cultural Escrava Anastácia e do campo estágio do Serviço Social na instituição. Apresento a metodologia, resultado e análise deste trabalho.

4.1 Centro Cultural Escrava Anastácia – CCEA e o campo de estágio

A fundação do CCEA se deu por meio de um grupo de mulheres, em sua maioria negras, moradoras da comunidade de origem quilombola, do Maciço do Morro da Cruz. Essas mulheres tinham a preocupação de encontrar alternativas para que seus filhos não ficassem expostos aos apelos do tráfico, da violência e da criminalidade. O CCEA faz parte do Instituto Padre Vilson Groh (IVG).¹

O CCEA promove trabalho de atendimentos a crianças, jovens, adultos e idosos, com abrangência nas cidades de Florianópolis, São José, Biguaçu, Palhoça, Lages e Joinville. Dentre os projetos desenvolvidos pelo CCEA, destacam-se quatro ofertados à juventude: Casa de Acolhimento Darcy Vitória de Brito, Procurando Caminho, Ritos de Passagem, Programa Jovem Aprendiz. Este último projeto foi onde se desenvolveu o período de estágio obrigatório, que compreende o período de agosto de 2015 até julho de 2016. O Programa Jovem Aprendiz é regulamentado pela Lei de aprendizagem nº 10.097/2000, e pelo Decreto nº. 5.598/2005. Essa Lei regulamenta a execução de um contrato especial² na condição de aprendiz, para jovens entre 14 e 24 anos, e estabelece que todas as empresas de médio e grande porte têm obrigatoriamente que ter uma porcentagem de jovens aprendizes.

O público desse projeto é a juventude dos bairros periféricos da grande Florianópolis. O projeto atende mais de mil jovens ao ano, via convênio com o Ministério do

¹ Instituto Padre Vilson Groh – Presta serviços de assessoramento às Organizações da Sociedade Civil que trabalham na promoção e defesa dos direitos fundamentais de populações em vulnerabilidade socioeconômica, priorizando o trabalho em rede, e do Programa Fortaleza, que visa fortalecimento de organização da sociedade civil que atuem na área de formação e trabalho para jovens. (Site IVG) Disponível em: <http://www.redeivg.org.br/quem-somos/>. Acesso em: 20 de jun. 2016.

² Esse contrato é por tempo determinado de no máximo dois anos, e os beneficiados trabalham em ofícios previstos na Classificação Brasileira de Ocupações – CBO do Ministério do Trabalho e Emprego. Concomitantemente são matriculados em curso nas instituições de aprendizagem qualificadas e reconhecidas. Disponível em: http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/leis/L10097.htm. Acesso em: 10 de maio de 2016.

Trabalho para o Consórcio Social da Juventude³. O serviço social tem uma participação efetiva e ativa em função do número de jovens atendidos pela instituição. O assistente social no CCEA tem ainda atuação ativa nos espaços de participação políticos de debate e construção de políticas para a juventude. O núcleo de aprendizagem do CCEA está referenciado na proteção social básica por meio do Sistema Único de Assistência Social (SUAS), a partir do previsto na Lei orgânica da assistência social nº 8.742/93 (LOAS).

O objetivo do Serviço Social é o atendimento de jovens em quem se identifique a necessidade de um acompanhamento na área do Serviço Social. Tem a finalidade de informar, atender, orientar e dar encaminhamentos para a rede socioassistencial, na perspectiva de melhora na qualidade de vida desses jovens, apoiando na resolução de dificuldades encontradas por eles nas relações familiares, escolares, profissionais e pessoais.

Segundo a supervisora de campo, é necessário que o Serviço Social tenha a habilidade de compreender os jovens e sua comunidade. E a compreensão da proposta do Centro Cultural Escrava Anastácia está em atuar na desconstrução das subalternidades, cuidado com a vida e pensar, sentir e agir. O serviço social acompanha também, a situação de jovens (participantes do projeto), mas que respondem por medidas socioeducativas; e, muitos desses estão até jurados de morte em sua comunidade.

A realização dos estágios obrigatórios I e II, no projeto Rito Jovem Aprendiz, envolvia principalmente o desenvolvimento das seguintes atividades: atendimento individual com os jovens e seus familiares, contatos com as empresas sobre situações relacionadas ao jovem aprendiz na formação prática, relatórios para as empresas sobre os atendimentos realizados com os jovens aprendizes, contato com a rede socioassistencial para encaminhamentos e/ou orientações.

Dessa forma, o Serviço Social, nesse projeto, atua como um mediador da relação dos jovens com o ambiente de trabalho, orientando os jovens sobre suas responsabilidades nessa relação profissional, e explicando para a empresa que esses jovens não chegam prontos na empresa e que esse é justamente o processo de aprendizagem. Enfim, atuar na perspectiva da construção desse profissional, aumentando gradualmente suas responsabilidades dentro da empresa.

A opção em trabalhar a temática raça e etnia teve duas justificativas, primei-

³ CEDCA (Conselho Estadual dos Direitos da Criança e do Adolescente); o FETI (Fórum de Erradicação do Trabalho Infantil); e o FOCAP (Fórum Catarinense de Aprendizagem). Apesar de a instituição já atuar desde 1998, foi em 2006 que se efetivou a contratação de um/uma profissional de serviço social. (Entrevista com assistente social Lizandra Vaz Salvador 2015). Foi realizada entrevista com a assistente social e supervisora de campo – Lizandra Vaz Salvador, em 02 de outubro de 2015, com a finalidade elaboração do plano de estágio.

ramente, fundamentada nas experiências pessoais e/ou individuais. Esse processo teve início com a participação no Projeto de Extensão Vocal e Consciência Negra Vozes de Zambi, na UFSC, atividade⁴ ministrada por Roberta Lira Cantora, Musicista, Professora de Expressão Vocal e minha participação no Coletivo Kurima⁵. Após essas vivências, percebi a necessidade de aprofundar mais a temática, passando a frequentar espaços de discussão, encontros, palestras, debates e roda de conversa. A partir dessa experiência compreendi que, através do coletivo, dos encontros, dos compartilhamentos de situações vivenciadas no cotidiano (em relação ao pertencimento étnico racial e ao desdobramento nas diversas áreas da vida), são possíveis maior entendimento, reconhecimento e posicionamento na sociedade. A partir dessas vivências e compartilhamentos, podemos nos reconhecer, identificar e autoafirmar. Esse processo possibilitou um posicionamento crítico quanto a essas questões, e a participação em espaços de debate sobre o tema raça e etnia e seus desdobramentos.

Em segundo lugar, foi a experiência proporcionada pela realização do estágio curricular obrigatório I e II, onde o espaço institucional e o perfil dos usuários levaram a refletir mais detalhadamente sobre essa questão. Esse fato levou à elaboração do projeto de intervenção, então intitulado de “O jovem aprendiz em suas relações étnico-raciais: Seus desdobramentos no cotidiano” (Apêndice 01). O objetivo do projeto de intervenção foi abordar a questão do racismo e da discriminação étnica racial e os desdobramentos no cotidiano dos jovens, principalmente no acesso aos seus direitos básicos. E, de forma complementar, a intencionalidade de trabalhar essa temática buscou contribuir para o fortalecimento da autoestima da juventude das comunidades empobrecidas da Grande Florianópolis; facilitar a compreensão e a reflexão sobre o tema questão racial e seus desdobramentos; fomentar a discussão e participação dos jovens em diferentes espaços (conselhos, coletivos, etc.); informar sobre leis relativas a ações afirmativas.

Foram realizadas quatro oficinas, nos dias 24 e 25 de maio de 2016, nos períodos matutino e vespertino. Participaram desse projeto 82 jovens de ambos os sexos, com idades entre 14 e 22 anos.

Nas oficinas utilizou-se de materiais audiovisuais, explanação da temática, roda de conversa e material informativo relativo ao tema, além de trabalhos em grupos

⁴ O projeto é realizado desde 2012 com aulas de cantos étnicos de matriz africana e consciência negra, além de performances teatrais e intervenções artísticas com rodas de conversa, enfocando a valorização das artes, culturas e identidades negras.

⁵ O Coletivo Kurima foi criado por estudantes negros (as) da (UFSC) que sentiram a necessidade em comum de abordar temas que fizessem referência ao negro no Brasil, na África e na diáspora africana, na Universidade e em contextos seu cotidiano. Atua desde 2011 no enfrentamento ao racismo e todas as formas de discriminação. Busca promover e incentivar ações que estimulem a igualdade racial dentro e fora da universidade, por meio de projetos de extensão. Coletivo Kurima. Disponível em: <http://noticias.ufsc.br/?s=coletivo+kurima>. Acesso em: 10 de jul. 2016.

com elaboração de cartazes (Apêndice 02), apresentação dos mesmos e avaliação da temática trabalhada.

A experiência permitiu apreender a percepção dos jovens quanto ao seu pertencimento étnico racial. Demonstrou também a falta do debate do tema nas diversas áreas da vida desses jovens, seja na instituição CCEA, nas escolas, na comunidade e no trabalho. Assim, tomando como referência o projeto de intervenção, foi delimitado, como objeto de estudo do trabalho de conclusão de curso, analisar a percepção dos jovens do projeto “Rito Jovem Aprendiz”, do CCEA, sobre o seu pertencimento étnico racial e o que lhes causa esse pertencimento em seu cotidiano.

Para a realização do estudo utilizou-se de pesquisa de abordagem qualitativa, que, segundo Trivinos (1987, p.120), tem suas raízes nas práticas desenvolvidas pelos antropólogos, através necessidade dos pesquisadores de trabalharem com a interpretação, não podendo apenas ser quantificadas como simples dados objetivos.

Para Deslauriers (1991 apud GERHARDT E SILVEIRA 2009, p.31-32), a pesquisa qualitativa “[. . .] busca produzir informações, que sejam capazes de explicar o porquê das coisas, e explicar a dinâmica das relações sociais [. . .]”.

As mesmas autoras apresentam que a pesquisa qualitativa

[. . .] trabalha com o universo de significados, motivos, aspirações, crenças, valores e atitudes, o que corresponde a um espaço mais profundo das relações, dos processos e dos fenômenos que não podem ser reduzidos à operacionalização de variáveis [. . .]. (MINAYO 2001 apud GERHARDT E SILVEIRA, 2009, p.31-32),

Foi desenvolvida assim uma análise qualitativa, de natureza exploratória, que, segundo Gil (2008, p.28), tem “[. . .] como principal finalidade desenvolver, explicar e modificar conceitos e ideias [. . .]”. Por meio do procedimento de pesquisa participante, que, segundo Thiollent (1985 apud Gil 2008, p.103):

É um tipo de pesquisa social com base empírica que é concebida e realizada em estreita associação com uma ação ou com a resolução de um problema coletivo e no qual os pesquisadores e os participantes representativos da situação ou do problema estão envolvidos do modo cooperativo ou participativo.

A técnica utilizada para a coleta de materiais para análise desta pesquisa foi a produção de cartazes realizada durante o projeto de intervenção referente à disciplina de Estágio Obrigatório II, que contou com: registro das falas, observação participante, produção escrita, vídeos, áudios e a construção de um diário de campo, que, segundo Minayo (2008, p.62-63), “é mais uma fonte de informação e auxílio, o que oferece bases para verificação de descrição e auxílio para análises do objeto estudado”.

A partir das coletas de materiais foram delimitadas três categorias principais, que serviram como referencial de sistematização das produções e do registro das análises. Assim, temos: **Pertencimento étnico e racial; experiências cotidianas e perspectiva de trabalho**. Evidenciaram-se essas categorias na perspectiva de atender aos objetivos desta pesquisa:

Problema do TCC: De que forma os jovens aprendizes do Centro Cultural Escrava Anastácia percebem no seu cotidiano o que lhes causa pertencer a determinado grupo étnico racial?

Hipótese do TCC: Que os jovens aprendizes do Centro Cultural Escrava Anastácia não tenham a real dimensão de que algumas situações vivenciadas no cotidiano estão relacionadas ao seu pertencimento étnico racial.

Objetivo geral do TCC: Discutir, a partir do pertencimento étnico racial, as ações de racismo e a discriminação e seus desdobramentos no cotidiano.

Objetivos específicos do TCC: Facilitar a compressão e a reflexão sobre o tema; Fomentar a discussão e participação dos assistentes sociais sobre questão étnica racial.

4.2 Resultados e análise da pesquisa

Primeiramente, é necessário pontuar que trabalhar essa temática traz desafios muito peculiares, ainda mais nos espaços onde são trabalhados diferentes grupos étnico raciais. Alguns desafios, segundo Maria Aparecida Silva Bento; Iray Carone, (2002, p.157), são formas de resistência que os grupos apresentam quando a temática é raça etnia e seus desdobramentos.

As autoras apontam que é comum ao grupo étnico racial pensar suas realidades desvinculadas de uma sociedade racializada; o que as mantém resistentes à discussão, apesar de a realidade mostrar o contrário.

Em relação ao grupo étnico branco, uma forma de resistência é a sua negação, em relação a qualquer ação ou atitudes racistas. Porém, ao mesmo tempo, reconhecem os impactos dessas atitudes na vida dos outros. Mas, sobre a sua vida, não reconhecem impacto algum, dessa forma visualizam a carência do negro, mas não o privilégio do branco.

É comum apontarem outros fatores, onde algumas situações vivenciadas por negros não são relacionadas às questões de raça e etnia. Há também certos grupos que sentem alívio ao saberem que enfim tratarão dessa temática. Bento e Carone (2002) traz a complexidade de tratar de pontos delicados através de memórias e

acontecimentos cotidianos em relação à temática.

Quando perguntados sobre suas memórias relacionadas a questões raciais, e aos sentimentos a elas associados, tanto brancos quanto negros, exibem sentimentos de confusão, ansiedade e/ou medo. Negros frequentemente possuem memórias dolorosas de apelidos ou outras interações negativas com outras pessoas. Eles demonstram também ter tido questões que não foram, nem formuladas, nem respondidas. Muito frequentemente se sentem mal quando constatam que internalizaram coisas negativas sobre negros. (BENTO e CARONE 2002, p.157)

Em relação à temática, no que se refere aos racismos e suas formas de privilégios, torna-se um ponto de grande resistência a superar “a crença que muitos querem preservar de que o esforço individual seja reconhecido com imparcialidade”. Dessa forma, as pessoas evitam reconhecer a questão do racismo como um sustentáculo de um sistema de sociedade que privilegia alguns em detrimento de outros, preferindo acreditar que o reconhecimento que recebem esteja ligado apenas aos seus méritos pessoais, sendo esse um ponto de grande tensão ao tratar a temática. (BENTO e CARONE 2002, p.157-158)

Cabe ressaltar que essa explanação sobre os aspectos que circundam a abordagem da temática estão aqui pontuados justamente porque foram, em grande parte, vivenciados no campo de estágio, desde a elaboração do projeto de intervenção (ainda na disciplina de Estágio Obrigatório I na UFSC), perpassando pela apresentação e implementação na instituição até a realização das oficinas com os jovens.

4.2.1 Quanto ao pertencimento étnico racial

No reconhecimento do pertencimento étnico racial como uma das questões desta análise, percebeu-se que alguns jovens reconhecem com muita clareza o seu pertencimento, e também conseguem visualizar os desdobramentos em seu cotidiano do que é pertencer a determinado grupo. Analisando algumas falas foi possível verificar esta ideia de pertencimento. O grupo 1 apresentou as seguintes falas:

“Hoje em dia, os negros não conseguem uma boa oportunidade de emprego, ou um cargo bom na empresa.”

“A religião, hoje em dia ninguém tem coragem ainda de dizer qual a sua, por conta do preconceito com as religiões de origem africana.”

“Eles (negros) ainda são visto como ladrões, bandidos, tratados com apelidos ofensivos.”

Também ficou claro que pertencer a determinado grupo étnico racial é uma realidade carregada de preconceito e estereótipos. Segundo Fernandes et al. (2016), a categorização do negro é uma tentativa de aprisioná-lo a um lugar social que lhe impõe características de descrédito. Dessa forma, em suas relações sociais a “marca” que lhe é atribuída faz recair sobre ele um olhar de descrédito, impossibilitando que pessoa desse grupo étnico racial seja percebida na sua totalidade de seus atributos.

Nota-se que a identidade pessoal é subsumida à identidade social. O que faz com que o sujeito negro seja compreendido de acordo com a essência de seu grupo étnico-racial. Nas palavras de Piza (2005 apud FERNANDES et al. 2016, p.108).

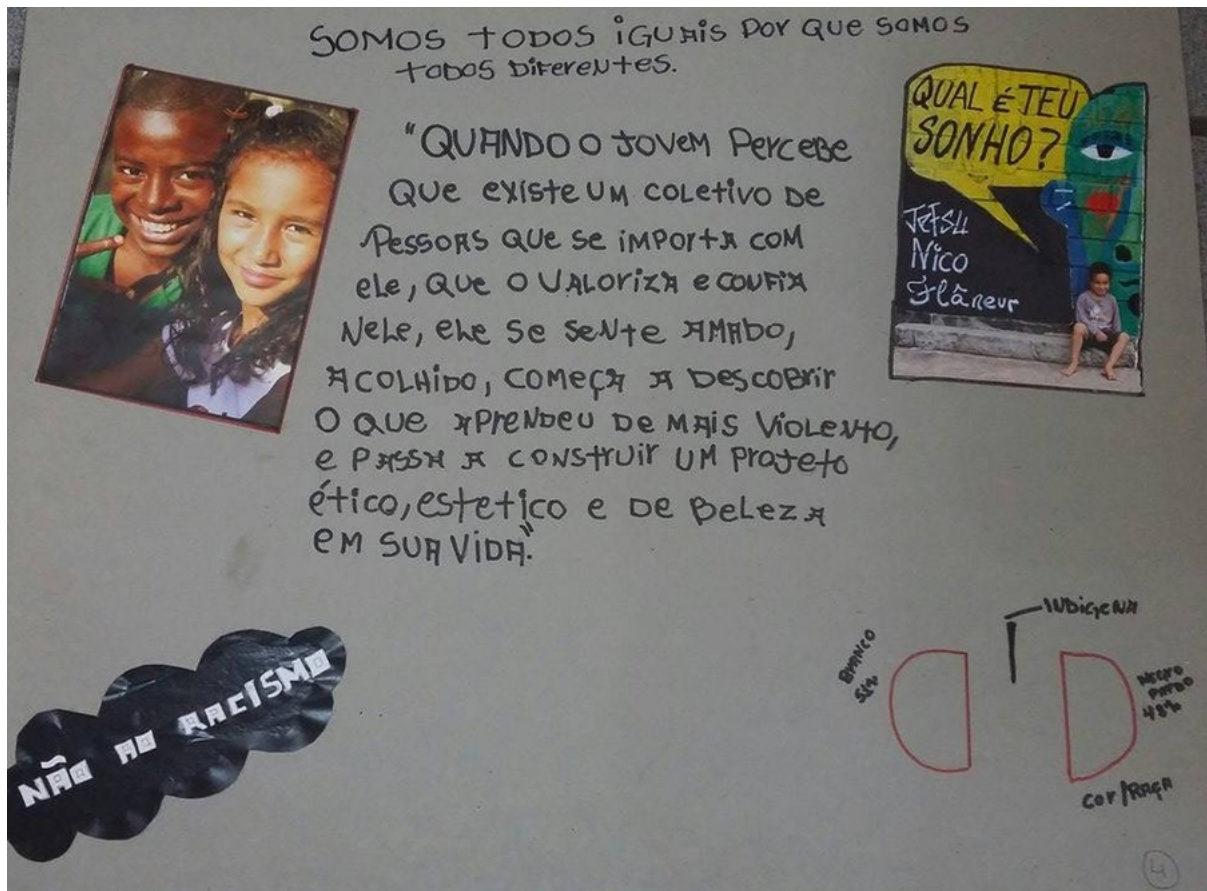
[...] o lugar do negro é o lugar de seu grupo como um todo e do branco é o de sua individualidade. Um negro representa todos os negros. Um branco é uma unidade representativa apenas de si mesmo.

Uma das questões a ser resolvida pela sociedade brasileira é o apagamento da contribuição da história africana e dos seus descendentes no Brasil. Dessa forma, se constitui política, moral e socialmente um lugar determinado para esse grupo, como se o mesmo não tivesse participação ativa e valorosa para esta sociedade.

Segundo Freitas e Engler (2015 p. 38), é necessário regatar a riqueza e a multiplicidade cultural existentes no continente africano e trazidas por essa população para o Brasil. As mesmas autoras observam que, no continente africano, já havia tecnologias sendo desenvolvidas e que, a partir da chegada do africano ao Brasil, sua multiplicidade cultural, como os dialetos, as religiões foi reduzida a uma única denominação “escravos africanos”, e essas informações repassadas através das instituições como história oficial.

No decorrer do trabalho, por meio das dinâmicas de grupos com os jovens, percebeu-se que, por meio do resgate da história apagada, esses jovens passam a ter outra percepção de si e da sua história, e também que, diante das referências positivas antes nunca ou pouco abordadas e percebidas, eles têm um novo olhar sobre a questão étnico-racial, como se observa no cartaz a seguir:

Figura 1 – Cartaz 1



Projeto de intervenção CCEA

A realização do trabalho contava com jovens de grupos étnicos raciais distintos, porém esse pertencimento e seus desdobramentos foram apenas explicitados pelos jovens que se identificaram ou se referiram ao grupo étnico negro. Segundo Piza (2005, s.n.) esse reconhecimento se dá da seguinte forma:

[...] branquidade é vivenciada cotidianamente, se manifesta apenas em momentos em que se torna impossível ignorar o outro, o “diferente”. Acredita que a branquidade como expressão social e cultural hegemônica no ocidente conforma traços de branco e negros na mesma proporção. Dessa forma, para o branco a branquitude incorpora traços de racismo, seja ele (in)consciente ou reprimido; e para o negro, cria-se uma barreira na construção de uma identidade positiva, já que o padrão de modelo positivo para a humanidade são os brancos, dificultando dessa forma a afirmação da sua negritude.

A percepção do pertencimento étnico racial também foi identificada nos trabalhos desenvolvidos, como, por exemplo, quando o grupo 2 trouxe em falas como as que identificam o que até hoje são vivências comuns na vida dos negros:

“Racismo, mercado de trabalho, diferenças sociais, religiosas, a força do negro, péssimas condições de vida, abuso sexual, cultura, humilhação.”

O grupo 4 associou o filme “Besouro”, exibido durante o P.I., com a realidade cotidiana, ao relacionar ao negro:

“Dança, desigualdade, preconceito, chibatadas, tortura, bullings pela cor, humilhação.”

“Classe social, violência – vingança, situação precária, espíritos – religião, cultura escravidão, capoeira – esporte.”

É possível identificar como as vivências referenciadas ao grupo étnico negro são em sua maioria referências negativas, e as positivas ligadas ao ser negro costumam estar intrinsecamente relacionadas ao esporte e à cultura.

Segundo Pereira (1968) apud Pinto (2003 p.60-70), essa valorização cultural aconteceu por volta de 1930, quando o negro passa a ser estudado por outro ângulo, o da cultura. No entanto, as suas péssimas condições de vida não são questionadas, deixando de ser tratadas como problema social e passando a dar suporte à ideologia da democracia racial. Em relação à capoeira, no caso brasileiro foi perseguida e considerada “coisa de vagabundo” por longo período, sendo apenas em 2008 reconhecida como patrimônio histórico da humanidade.

Ainda em relação a esse pertencimento com viés negativo por parte dos jovens negros, foi possível observar que para eles abordar a temática raça e etnia traz certo desconforto, principalmente os com fenótipos mais acentuados.

“E o assunto foi tabu, [...] certo receio, e um dos meninos, de um dos grupos, um menino negro demorou a falar, e depois, ao ser instigado a falar, relatou em forma de desabafo que, apesar de todos os preconceitos que os negros sofrem todos os dias em todos os lugares, sendo desacreditados de seus sonhos, não devem perder a esperança e seguir em frente para realizar seus objetivos! Foi bem emocionante, veio em forma de desabafo.” (Diário de campo).

“Turma da tarde um pouquinho mais complicado, [...] e turmas diferentes, havia mais jovens negros de pele escura e fenótipos acentuados. Após o vídeo, no momento da roda de conversa, percebi resistência, [...], poucos falaram.” (Diário de campo).

Contribuem com essa percepção durante a realização da oficina as autoras Carone e Bento (2002), que afirmam que trabalhar a temática raça e etnia pode trazer

desconfortos para os diferentes grupos étnicos raciais. Para os brancos pode provocar negação e culpa, e para os negros, desconfortos, humilhação, raiva, sensação de impotência, ou até como uma forma de se preservar e preferir não participar nas atividades.

Segundo Tatum, a posição de não participar de determinadas atividades

[...] pode ser encontrada tanto em brancos quanto em negros. Estes, geralmente entram no debate sobre racismo já com alguma consciência da questão, baseada em experiências pessoais. Porém conclui que não tinham consciência do impacto generalizado do racismo na sociedade. Para vítimas de racismo, a consciência do impacto do racismo nas suas vidas é dolorosa, e frequentemente gera raiva. Para brancos, beneficiados pelo racismo, uma consciência ampliada disto gera raiva ou sentimentos de culpa. (TATUM 1992 apud CARONE e BENTO 2002.p. 158).

Essas suposições elencadas por Carone e Bento (2002), em relação à resistência e demonstração de determinados sentimentos, foram vivenciadas durante o trabalho com os jovens, como podemos verificar no material a seguir:

Outro ponto importante observado foi certo grupo que ficou composto com mais jovens negros, eles ficaram mais apáticos na elaboração do cartaz [...], não quiseram se expressar muito. Na hora da apresentação [...], menino negro de tom de pele mais escura quis sair [...] e quando questionado sobre a elaboração do cartaz? (Diário de campo)

A resposta do jovem, que, apesar de estar presente durante todo o processo de elaboração e construção do cartaz, revelou que:

“ Não participei de nada! Nem sabia o que estava acontecendo! Não vou falar porque não contribuí com nada nesse cartaz!”

Observou-se, então, que essa resposta era acompanhada de tom agressivo na fala:

“A fala dele tinha um tom agressivo, e que ele não falaria porque não havia contribuído com nada com aquele cartaz, e também havia nesse grupo duas meninas de pele mais escura e fenótipo mais acentuado de descendente africano, e percebi que elas se sentiram mais incomodadas em falar do tema.” (Diário de campo).

Externar reações como essas, em determinado grupo étnico racial, está relacionado a não querer tocar em assuntos que os fazem sofrer e reviver memória e

lembrança dolorosa no cotidiano. Para Carone e Bento (2002, p. 148), para o grupo étnico negro é doloroso devido ao espaço que a sociedade delimita para ele, um espaço associado à incapacidade e ao insucesso, enquanto que aos brancos os mantêm em posições de privilégios.

Outro ponto que dificulta esse reconhecimento de forma positiva é o mito da democracia racial, onde o discurso não condiz com a realidade, porém serve de suporte para desqualificar qualquer fala que venha questionar esse espaço delimitado para o negro na sociedade brasileira.

Durante os trabalhos, falas carregadas de ideologia da democracia racial brasileira estiveram presentes nos diferentes grupos. Entre os jovens, uma adolescente afirmou que todos somos iguais, e que não é a cor da pele que nos tira a possibilidade de sermos o que quisermos ser!

“Uma das meninas com fenótipo negro, ela falava do negro como se ela não pertencesse à raça ou etnia. A adolescente trouxe muito a questão da democracia racial, que todos têm os mesmos direitos, e o negro se coloca no lugar de vítima, ela afirmou isso!” (Diário de campo).

Trouxe ainda que o negro se faz de vítima, mas, quando questionada sobre quais as reais possibilidades de igualdade:

“Na hora da apresentação do seu grupo, a adolescente oscilava em sua opinião sobre a situação dos negros ; [...] falava no negro como outro, como se ela não fizesse parte. Pelo jeito ela se considerava branca ou não negra.” (Diário de campo).

Importante salientar que essa confusão é causada pela ideologia da democracia racial. A pessoa não consegue se identificar como pertencente a determinado grupo (negro), porém, também não é reconhecida por outro (branco). Dessa forma, um posicionamento político torna-se impossível, além do seu reconhecimento étnico racial e um posicionamento em relação às questões de injustiças e violações de direitos que determinado grupo venha a sofrer. Segundo (FIGUEIRA, 1990 apud PIZA, 2005.n.p.),

[...] afirma que, apesar de observar atitude racista e de gênero de adolescentes brancos, através dos sentimentos de adolescentes negros, estudos trazem que crianças brancas e negras preservam valores morais e sociais pertencentes ao grupo étnico branco. Porém a criança negra tem o sentimento de ser discriminada nessa relação, onde ela nunca passa despercebida.

Em relação a essa colocação, de que pessoas brancas e negras internalizam os valores morais e culturais pertencentes à raça e etnia brancas, vale ressaltar que

esse comportamento está baseado na ideologia difundida no Brasil desde os anos de 1930, com a valorização da cultura africana e de seus descendentes e a ideologia de que somos todos iguais. Porém, na realidade, no cotidiano as pessoas pertencentes ao grupo étnico negro, apesar de muitas vezes internalizarem essas ideologias, sofrem as consequências ao serem lembradas cotidianamente que essa igualdade não é real.

Ainda sobre as manifestações baseadas na democracia racial brasileira, Hasenbalg (1979 apud CARONE e BENTO 2002, p.148) apresenta que:

Traz em seu cerne: a negação do preconceito e da discriminação, a isenção do branco e a culpabilização dos negros. Essa negação, frequentemente aparece quando não queremos enfrentar uma dada realidade, quer porque não desejamos nos ver como sujeitos de determinados tipos de ações, quer porque temos interesses nem sempre confessáveis em jogo, ou ainda porque aceitar a realidade do racismo significa ter que realizar mudanças.

Isso foi possível identificar em algumas falas que tentavam sustentar a democracia racial no Brasil, porém observa-se que as justificativas não sustentam essa ideologia. Como pode ser identificado no cartaz que se segue e nas falas apresentadas:

Figura 2 – Cartaz 3



Projeto de intervenção CCEA

“existem negros bem-sucedidos financeiramente”

Só que a mesma fala traz que:

“Sei que algumas posições e profissões específicas para um negro alcançar são realmente difíceis, porém não impossível”

O grupo 3 apresenta que:

“Hoje em dia não tem tanto racismo”

“Os negros com o passar do tempo ganharam mais respeito pela sua cultura”

“Hoje tanto os homens e as mulheres negras têm mais oportunidade de trabalho do que antigamente”.

“Os negros começaram a ter mais liberdade para se expressar”

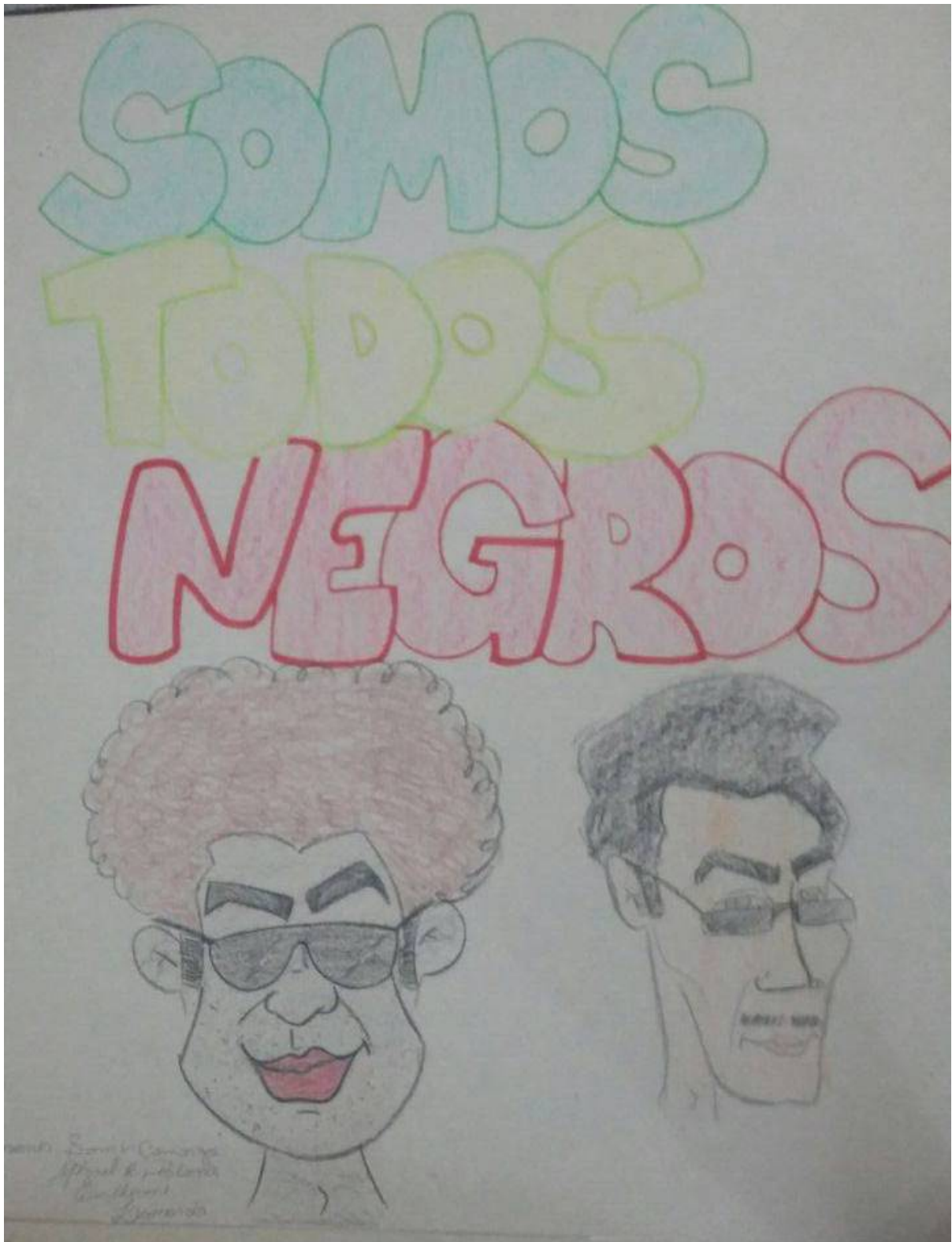
“Bem diferente do que antigamente, podem não ser muitos, mais alguns negros vivem na classe alta”.

“Hoje em dia os negros são mais respeitados pelas pessoas.”

Como se pode observar, o mito da democracia racial é presente e culmina numa verdadeira confusão de ideias referente à sociedade em que estamos inseridos. Ele afeta de forma diferente cada indivíduo; o que acaba dificultando uma discussão profunda e centrada sobre as questões que envolvem raça e etnia.

Observa-se que até as produções de cartazes em que havia alguma crítica ou um reconhecimento mais positivo em relação ao pertencimento étnico racial negro, sempre estavam acompanhados da ideia de que somos todos iguais ou todos negros, em referência à origem da humanidade.

Figura 3 – Cartaz 3



Projeto de intervenção CCEA

Durante a apresentação do cartaz, o grupo trouxe que somos todos negros devido à origem da humanidade, ou relacionado às nossas leis, como a Constituição

Federal de 1988; ou, ainda, a um desejo interno de cada jovem de que realmente essa afirmação fosse praticada nas relações cotidianas entre os diferentes grupos étnicos raciais. As falas dos jovens indicam que “a matemática veio do continente africano”. Em seguida, outro jovem faz uma colocação e diz “que a civilização ocidental é africana!”. O primeiro grupo, se referindo ao berço da humanidade: “Traz que somos todos negros”.

O segundo grupo indica em seu cartaz:

“traz a foto de um macaco e fala que é feio e ofensivo chamar as pessoas de macaco, ‘isso ofende’ [sic], traz a representação do negro na mídia de forma negativa, e observa os postos de mercado de trabalho mais precarizado. Fala da ‘libertação’, interesse capitalista, pressões externas [...]” (Apresentação oral do cartaz do grupo 2)

Na realização dos trabalhos, os jovens em distintos momentos fizeram referência à grande mídia. Em sua concepção, eles acreditavam que a mídia tem sido um espaço de fortalecimentos e reprodução de práticas racistas. Porém acreditavam que seria um importante meio para sua desconstrução.

No que se refere a essa questão, o terceiro grupo indica: *“todos querem dizer como devemos ser; a televisão exalta determinado padrão de beleza sendo que existe mais que um tipo de beleza e sociedades e lançam sempre seremos iguais”!*

Ainda sobre a mídia, os jovens indicaram algumas palavras que costumam estar relacionadas aos países africanos e ao povo negro:

“Fome, Mandela, escravidão, doenças.”

“A pele do negro envelhece menos”

“Pobreza, fome, miséria.”

“Pensado como mercadoria, máquina.”

“Jogadores negros sofrendo preconceitos, relacionando a macaco.”

“só chicotada” – Fala do jovem sobre a retribuição da Lei Áurea, “liberdade”.

Durante os trabalhos, a mídia foi um dos meios que teve grande importância nas falas dos jovens, além das escolas a mídia é um espaço socializador de informações e conhecimento, sendo dessa forma um parâmetro para as relações em sociedade. E, como observamos, as representações que a mídia costuma relacionar com o continente africano e com a população negra, de forma geral, está sempre carregada de estereótipo e preconceitos. Nas palavras dos jovens, a mídia é vista como uma impositora de um modelo único de sociedade, de forma que os que não estão neste determinado padrão são excluídos e não representados positivamente.

4.2.2 Quanto às experiências cotidianas

Da mesma forma que o pertencimento étnico racial é percebido pelos jovens dos diferentes grupos étnico racial, as experiências vivenciadas são uma constante na vida do jovem pertencente ao grupo étnico negro, conforme trago a seguir, durante apresentação do cartaz 9:

“O preconceito não está tão presente na sociedade como nos tempos de antigamente. Ele não está tão estampado no nosso dia a dia por causa de algumas leis que proíbem o racismo.”

“Mas, mesmo com as leis, tem pessoas que insistem em falar dos outros na frente ou pelas costas.”

No mesmo cartaz. . .

“O preconceito toma conta da sociedade hoje em dia para elevar a baixa estima das pessoas negras ou diferentes do padrão, para que elas não tenham seus sonhos realizados ou objetivos concluídos.”

“Então as pessoas que sofrem com isso, se sentem desvalorizadas e excluídas da sociedade.”

Durante a apresentação do grupo mencionado acima, pudemos perceber que os jovens não chegaram a uma conclusão unânime sobre as relações étnicas raciais e os seus desdobramentos no cotidiano.

Na primeira parte do cartaz e sua apresentação, foi possível identificar a percepção da sociedade menos racista, apesar da observação feita pelos jovens de que essa prática ainda persiste, e que sua diminuição é devida à legislação.

Na segunda parte do cartaz e da sua apresentação, foi indicada uma sociedade fortemente racista, com propósito de atingir o subjetivo, e, a partir dessas ações, o

descrédito do grupo étnico racial negro em relação ao seu potencial e à realização de seus sonhos.

Nessa apresentação pudemos observar o quanto o racismo e a percepção dos diferentes grupos interferem nas relações sociais objetivas e subjetivas de diferentes maneiras, a depender do pertencimento étnico racial.

Apesar de muitas referências negativas sobre os africanos e seus descendentes no Brasil, também foi possível observar que alguns jovens tinham uma percepção positiva em relação ao grupo étnico negro, no que se refere às formas de resistência não pouco contadas por meio dos livros didáticos e das instituições socializadoras do conhecimento. Durante a roda de conversa, um jovem trouxe que: [“. . .] Zumbi dos Palmares não aceitava escravidão no quilombo”, outro jovem lembrou que existe o busto de Zumbi em uma cidade, e um terceiro jovem observou que a Lei 10639 de 2003 *também é uma forma de resistência*.

Em relação a essas colocações feitas pelos jovens, realmente podemos afirmar que, durante todo o período desde a chegada dos africanos, nessa sociedade sempre teve luta e resistência. Apesar da separação das tribos, das famílias, da negação da religiosidade, dentre outras formas de desarticulação do povo negro. Segundo Pinto (2003), são de suma importância o conhecimento e a valorização das histórias de resistência do povo negro, sua contribuição para o Brasil, assim como a participação da população negra nos diferentes espaços, desde os grupos de movimento negro organizado, os profissionais negros de diferentes áreas, os usuários negros das diversas políticas públicas. Para Pinto esse trabalho é na direção de uma construção de uma imagem negra positiva, que, segundo Frantz Fanon (2008), seja capaz de tirar o negro do seu desvio existencial.

No decorrer dos trabalhos, alguns grupos apresentaram que, em relação às experiências de racismo, têm se modificado:

“Hoje é diferente”

“Eles não falam na cara ”

“A gente até percebe, mas é mais no olha.”

A respeito deste racismo mais discreto, porém presente, foi identificada essa percepção na fala dos jovens, e foi registrada no diário de campo,

Ainda em relação à primeira oficina, no início do trabalho veio muito a questão que o racismo e a discriminação não são tão escancarados

como antigamente. Sendo mais discretos, não praticados abertamente, segundo alguns jovens, e depois, após pontuarmos alguns episódios de racismo na Internet, jogos de futebol, os jovens reconheceram que realmente ele acontece e de forma deliberada ainda. (Diário de campo).

Moore (2007, p.289) alerta que, apesar da permanência das questões raciais e das formas transversais que se apresentam, isso não isenta que não haja mudanças individuais em relação às convicções pessoais sobre racismo. Porém, a partir dessas mudanças, ao longo dos séculos o racismo muda também, fazendo uso de uma nova roupagem. Isso acontece na forma de um racismo mais “científico e refinado”, mais “cordial e educado”.

Dessa forma, para Moore (2007) a questão racial é um desafio presente, em constante mutação, e nas mudanças ocorridas na sociedade em relação à sociabilidade e nos jogos de força sociais o racismo se modifica, porém persiste.

Apesar de os jovens identificarem essa mudança de posicionamento nas ações racistas, de uma forma mais discreta do que períodos anteriores, também foram identificadas ações declaradamente racistas em situações presenciais. E com o avanço tecnológico a Internet se tornou um espaço fértil para essas práticas, onde lembraram que:

“Jogadores de futebol sendo chamados de macaco!”

“celebridades que sofrem racismo na Internet”

Segundo Ianni (2004 apud Moore 2007 p. 288), as questões raciais ocupam lugar central no mundo moderno, assim como outras questões também fundamentais, como: contradição de classe, questões de gênero e o contraponto natureza e sociedade. Ressaltando, porém, que as questões raciais revelam-se como um desafio permanente para as sociedades, capitalistas ou não.

Realmente, no trabalho realizado com jovens as questões de gênero, religiosas e homofóbicas e xenofóbicas foram apresentadas por eles.

“Também houve algumas da questão da discriminação racial com outros tipos de discriminação [...]” (Diário de campo).

“Somente a partir da divisão dos grupos, (seis grupos) para a produção dos cartazes, eu percebi que os grupos constituídos com jovens de pele mais clara conseguiram desenvolver mais rapidamente [...], veio muita questão de gênero e também relacionada a preconceito contra homossexual, essa foi uma questão bem presente, apesar de exposta de uma maneira mais singela e não escancarada.” (Diário de campo).

Outro ponto observado é que durante a oficina grande partes dos meninos se posicionaram de forma machista, percebiam-se essas atitudes na hora de escolher a música para ouvir, eles sempre queriam escolher as músicas, não deixando espaço para as meninas escolherem também as músicas de sua preferência.” (Diário de campo).

Conforme citado, observa-se que a sociedade brasileira, além das questões relacionadas à raça e etnia, é muito arraigada à questão do machismo, entre outras formas de preconceito, sendo assim, para as mulheres há maiores possibilidades de viverem essa dupla experiência.

Constata-se que, no cotidiano e no imaginário desses jovens, a vivência do grupo étnico racial negro perpassa por situações de racismos e discriminações cotidianamente, por meio das relações interpessoais, espaços de convivência pessoal e familiar.

Em relação ao pertencimento étnico racial e à capacidade intelectual, essa problemática se apresentou na fala a seguir.

Um jovem relatou que:

“[...] quando alguém vem falar da cor da minha pele, falo: Vai lá e olha meu boletim!”

Durante a roda de conversa, abordou-se que o tom de pele não pode e não deve ser limitador da condição financeira, nível de intelectualidade ou parâmetro para desempenho profissional. Por outro lado, trazendo a questão da branquitude e sua forma de privilégios, foi questionado: Em que momento uma pessoa pertencente ao grupo étnico racial branco vivencia essa mesma experiência por pertencer ao seu determinado grupo?

Segundo Guimarães (1999 apud EURICO 2013 p.295) ser branco, no Brasil, não exclui ter sangue negro ou indígena, mais sim o tom de pele claro e símbolos europeus. Dessa forma, quanto mais clara a pele, maiores são a aceitação e a valorização dessa pessoa na sociedade, sendo atribuídos a ela formação cristã e domínio das letras de uma forma natural.

Para Munanga (2005) o processo de branqueamento em países da América Latina foi uma forma de exclusão, através da mensagem de que o não branco seria incapaz de ocupar cargos de responsabilidade, por não ter capacidade mental, intelectual e moral para tal. E, conforme relatado pelo jovem acima, ainda se faz presente essa falácia.

No cotidiano os jovens negros têm a percepção dos desdobramentos do seu pertencimento étnico racial, e também foi possível identificar que o jovem negro per-

cebe o desdobramento do pertencimento étnico racial branco quanto ao acesso nos diferentes espaços. Um jovem relatou a seguinte situação:

“Ao sair de um shopping center em Florianópolis, o alarme apitou, e o segurança parou para revistar o grupo; ao mesmo tempo, passou outro rapaz e o alarme apitou também, porém dessa vez o segurança não o abordou.”

Perguntamos para o jovem qual o motivo para essa seleção, o mesmo respondeu não saber. Outro jovem que estava no grupo no dia do acontecido respondeu:

“O cara era branco!”

Uma jovem revelou que se sentiu desconfortável em um *shopping center* da grande Florianópolis:

“A mulher ficou me seguindo [...]”

No caso dessa jovem que se sentiu constrangida, a mesma não era negra. A depender do espaço que ela frequenta, diferentemente do jovem negro com fenótipo e tom de pele mais escuro, ela pode ou não ser aceita como parte naquele universo. Neste caso, é possível que a discriminação tenha ocorrido por uma questão de classe social.

Dessa forma, observa-se que o pertencimento étnico racial da pessoa que passou e não foi abordada pelo segurança, foi percebido pelo jovem negro. Este percebeu o privilégio concedido à branquitude no seu cotidiano.

Ainda sobre as experiências cotidianas, a escola foi um espaço muito comentado durante as oficinas. É nesse espaço de socialização de conhecimento onde muitas ações de racismo e discriminação são vivenciadas no cotidiano, seja partindo da instituição, ou através de professores, diretores e colegas. Durante roda de conversa, um jovem revelou uma situação vivenciada, ao dizer que:

“Um dia na escola estava de roupa branca e cabeça raspada, e outro aluno disse que não respeita macumbeiro [...], E questionou na roda de conversa ter dúvida se o que sofreu foi bullying ou racismo.”

Observa-se que, em relação às religiões de matriz africana, existe até os dias atuais a perseguição, que a intolerância religiosa não deixa de ser racismo, pois tem maior número de adeptos da população negra.

Durante a roda de conversa um jovem expôs algumas situações vivenciadas no ambiente escolar. Um desses relatos, como veremos, além de se classificar como racismo, também se refere à xenofobia.

“um jovem haitiano foi esculachado pela professora por não falar português corretamente em uma escola da rede pública da Grande Florianópolis, chamaram a polícia e professora foi presa!”

Em relação a essas experiências, como lembra Ruth Frankenberg (1995 apud PIZA 2005): “A branquidade é um processo de construção social de identidade no interior de uma cultura, seu início e seu desenvolvimento se constituem de elementos que estão na base dos processos socialização impostos e mantidos para o conjunto da sociedade, [. . .]”, e completa ao dizer que no Brasil:

“Com a história do colonialismo mundial e do racismo [no Brasil]”. Assim, família e escola parecem ser espaços privilegiados da manutenção dos valores brancos fundados sobre o silêncio a respeito da história, dos valores e dos privilégios que eles proporcionam. Paralelamente a isso, a mídia embranquece o mundo ao redor de todos. (FRANKENBERG, 2004 apud PIZA 2005, n.p.).

Segundo a referida autora, do ponto de vista psicológico a branquitude é um espaço confortável, nesse espaço os sujeitos se reconhecem pela neutralidade racial. Ainda que percebam apenas as racialidades dos outros, a dele é considerada “neutra”. Piza aponta as vantagens do ponto de vista material, no cotidiano.

De fora para dentro, a branquidade entra pelos sentidos como valor intrínseco da condição humana. Ela é um passaporte para qualquer espaço social. “Ainda que a classe e o gênero possam limitar certas aspirações, a branquidade pode ser a garantia de outro status social, ao quais os diferentes” não têm acesso. É esta não-racialidade que garante os privilégios, mesmo que seja pouco, com os quais pode conseguir afirmação psicológica e social para atravessar, pelo menos em parte, barreiras de classe e, com um pouco mais de esforço, as de gênero. (PIZA 2005, n.p.)

Em relação à valorização da história africana e dos afro-brasileiros, abordou-se na roda de conversa a importância de os jovens questionarem os professores sobre referências de histórias do povo negro, as suas formas de resistência, como a da independência do Haiti, que se diferencia da nossa realidade, que não tem a verdadeira história contemplada nas escolas nem nos livros, e o prejuízo causado por esse apagamento é tanto a para a população negra como não negra, prejuízo para toda sociedade.

Para Fernandes et al. (2016) o espaço escolar não pode ser um espaço de alienação e expropriação da negritude e do corpo negro. Esse espaço tem que contribuir na construção de uma identidade negra positiva. Onde os alunos sintam-se valorizados pela sua autenticidade e originalidade, e não onde por meio de ações e práticas racistas sejam influenciados a negar suas origens.

Como já verificado neste trabalho, o racismo em nossa sociedade ocupa um espaço central, ele se difunde através das relações e das instituições. Observa-se que, no ambiente escolar, ele perpassa por todos os espaços e posições. Sua prática é verificada entre os alunos, por meio de professores e diretores para com os alunos. (MUNANGA, 2005)

Segundo Nilma Lino Gomes (2003 apud FERNANDES ET AL. 2016), reconhecer-se numa identidade “supõe, portanto, responder afirmativamente a uma interpelação e estabelecer um sentido de pertencimento a um grupo de referência”.

Assim, uma escola apta a favorecer as diferenças e o diálogo entre os indivíduos de diferentes grupos étnico-raciais permite, ao educando negro, desconstruir estereótipos e preconceitos em relação à sua origem e adquirir sentimento de pertença, que pode conduzi-lo a atuar em defesa dos valores de seu grupo étnico-racial.

As experiências vivenciadas pelos diferentes grupos étnicos raciais são permeadas de peculiaridades, em maior proporção o grupo étnico negro reconhece o seu pertencimento e o pertencimento étnico racial do branco e consegue visualizar com frequência o que causa esse pertencimento nas experiências do cotidiano por meio das experiências desses jovens.

Durante as rodas de conversas foram bem presentes a identificação e a forma diferenciada de tratamento aos jovens e suas experiências no cotidiano, vinculadas ao seu pertencimento étnico racial. Alguns exemplos apresentados pelos jovens afirmam esse reconhecimento, como foi a situação do segurança do *shopping*, da professora, da diretora e dos colegas. Em todos os casos foi possível identificar quem é branco e quem não é.

Também foi possível identificar nos espaços institucionais onde se encontra cada profissional a demarcação étnica racial. Na mídia também foi possível identificar os espaços de atuação e acesso, conforme o pertencimento de cada grupo, com papéis delimitados.

Em relação a algumas falas durante a roda de conversa, aquelas que trazem o negro como mais resistente mostram uma ideia arraigada no imaginário popular, devido ao processo de escravidão.

No cotidiano dos jovens, as questões de raça e etnia estão diretamente atreladas às barreiras postas de formas objetivas e subjetivas de exclusão de determinado sujeito aos seus direitos básicos. Essa exclusão, segundo Moore (2007), associa-se também a diversas maneiras de opressão, seja por meio do racismo, dos preconceitos, do machismo, da homofobia, entre outras formas.

Muito das experiências cotidianas relatadas por jovens negros passam despercebidas para os jovens brancos, mesmo esses sendo de uma classe economicamente vulnerável. Dessa forma, passamos para o próximo item na busca de conhecer a perspectiva desses jovens quanto à formação profissional, a partir duma perspectiva étnico-racial.

4.2.3 Quanto as perspectiva de formação profissional

Cabe ressaltar que os jovens que estão no projeto Rito e no programa Jovem Aprendiz já atuam no mercado de trabalho ou estão em busca de se inserir neste mercado. Observa-se que, apesar de ser um contrato especial de trabalho, como preconiza o Estatuto da Criança e do Adolescente (ECA) em seu artigo 62, e conforme legislação específica com foco na aprendizagem e na formação técnico-profissional, há caso de empresas que se utilizam dessa legislação para terem um trabalhador com menor remuneração. Dessa forma, para muitos jovens acaba não sendo uma primeira experiência de trabalho interessante, onde o mesmo, ao final do contrato, saia com um conhecimento ou consiga se integrar ao mercado de trabalho formal.

Assim, nesse período em que os jovens poderiam apenas se dedicar ao estudo, devido à necessidade vão à busca do seu primeiro emprego. Apesar desse contexto e de saberem da dificuldade para estudar e trabalhar ao mesmo tempo, alguns jovens revelaram o que pretendiam cursar em breve.

Quanto à formação profissional, muitos jovens ainda não sabiam, ou não escolheram o que queriam seguir, alguns indicaram uma grande área onde gostariam de atuar, e outros não deram nenhuma resposta à pergunta.

“Exército, psicologia, direito, administração, engenharia elétrica.”

“Moda, medicina, pedagogia, gastronomia, veterinária, designer gráfico, ciência da computação, criar jogos, publicidade, engenharia”.

Foi possível identificar que muitos dos jovens presentes durante a formação (no total de 82), não tinham intenção de realizar um curso superior. Alguns abordaram uma grande área onde gostariam de atuar, outros ainda não se haviam decidido e também houve os que não manifestaram interesse em realizar nada na área da profissionalização.

Segundo o artigo “Juventude negra e exclusão radical”, das autoras Bento e Beghin (2005), acredita-se que, devido a esse contexto, essa dificuldade ou não demonstração de interesse estejam relacionadas às condições objetivas vivenciadas por grande parte da juventude negra brasileira. As referidas autoras (BENTO E BEGHIN 2005, p.194), apontam a realidade que vivenciam os jovens negros no Brasil:

Alvo de principal vítima de violência urbana, principal alvos de homicídios e excesso policial, lideram ranking dos que vivem em famílias com vulnerabilidades socioeconômicas. Também estão nas frentes na lista de desempregados, salários menos remunerados, analfabetos, abandonam as escolas.

Para Bento e Beghin (2002, p.195) alguns fatores alicerçam essa estrutura, “fatores conhecidos, sendo uma junção do racismo, pobreza, discriminação institucional e impunidade, que contribui para a falência do sistema de segurança e justiça em relação à população negra”, ligados ao passado escravista mantido por preconceitos e estereótipos e através da naturalização e participação diferenciada entre brancos e negros na vida social, o que compromete a evolução da democracia do país e a construção de uma sociedade justa.

A junção, como nos apresentam Bento e Beghin (2002), de pobreza, racismo, discriminação colocam o negro em desvantagem nas diversas áreas da vida. Atua diretamente na subjetividade do ser negro. Essa problemática é presente desde a infância até a vida adulta, interfere nas escolhas, no projeto de vida, prejudicando a autoestima e tirando o senso de importância da sociedade.

Dessa forma, foi possível identificar que as vivências cotidianas dos jovens negros são permeadas de práticas e ações racistas, sejam de maneiras objetivas e diretas, como também de formas subjetivas e indiretas. Essas percepções acontecem diariamente nos diferentes espaços e nas diferentes relações.

Para o jovem pertencente ao grupo étnico branco, essas vivências diárias em relação ao seu pertencimento étnico racial não são vivenciadas permanentemente no seu cotidiano e nem em todos os seus espaços de convivência. Alguns jovens relataram situações de discriminação, porém não estavam conectadas ao seu pertencimento étnico racial.

Observa-se que essa temática envolve todos os aspectos da vida em sociedade, sendo importante ressaltar os seus aspectos mais estruturantes, como as nossas ações pessoais individuais e locais. Tratar de raça etnia e seus desdobramentos caminha na direção de abordar temas complexos presentes e prejudiciais a toda a sociedade, independente do pertencimento étnico racial.

Dessa forma, é fundamental que, ao elevar a consciência das pessoas sobre aspecto tão danoso causado pelo racismo e a discriminação, a ação venha acompanhada da possibilidade de mudança. Não sendo com essa intencionalidade, seria uma forma antiética de se trabalhar a temática. (TATUM 1992 apud CARONE e BENTO 2002, p.160).

Durante o trabalho, os jovens também apresentaram preocupações com ques-

tões políticas, debateram sobre a presença do Estado desde o período da pós-escravidão e as investidas conservadoras atuais que atingem diretamente as classes trabalhadoras, em especial a população negra. Um jovem falou que, apesar de muitas lutas, agora percebia um retrocesso. . .

“Engraçado, que obtivemos muitos direitos até agora, e parece que este ano estamos regredindo.”

Observa-se que, ainda na roda de conversa, abordamos o ressarcimento de mais de trezentos anos de trabalho forçado, para os descendentes dessa população escravizada e seus descendentes. Concluindo que a Lei Áurea não veio acompanhada de ações que pudessem realmente integrar essa população a uma vida com mínima dignidade, e sim para atender a outros interesses e pressões internacionais do sistema vigente.

Abordaram-se também algumas legislações no período da escravidão, Leis do Ventre Livre e do Sexagenário, entre outras. *[. . .] as famílias costumavam ser separadas, cada um ia para um canto, eram vendidos para diferentes donos, [. . .] (DIÁRIO DE CAMPO).*

Carone e Bento (2002, p.153) chama-nos a atenção para a importância de introduzir o debate das relações raciais não como um problema de negro, mas focalizar os legados para os diferentes grupos étnicos raciais. Observa que, além da opressão de classe, a opressão de raça e etnia encontra-se tanto nas relações de trabalho, como nas relações interpessoais (colegas de trabalho, comunidade, escola, etc.). Para Janet Helms (1990 apud CARONE e BENTO 2002, p. 155) identidade racial é:

Um sentimento de identidade coletiva ou grupal baseado sobre uma percepção de estar compartilhando uma herança racial comum com um grupo racial particular. . . É um sistema de crenças que se desenvolve em reação a diferenciais percebidos no pertencimento a grupos raciais.

A temática raça etnia e seus desdobramentos está intrinsecamente ligada ao trabalho do assistente social nas diferentes frentes de trabalho, perpassando pelas políticas públicas, programas e projetos. Essa temática, com todos esses desdobramentos, requer um posicionamento ético político do profissional, conforme explicitado no projeto ético político da profissão. É necessário estarmos atentos ao nosso fazer profissional, para que esses usuários sejam atendidos e compreendidos em suas peculiaridades e complexidade.

5 CONSIDERAÇÕES FINAIS

Durante o desenrolar deste trabalho, buscou-se analisar a percepção que os jovens têm acerca de pertencimento étnico racial e o que isso lhes causa em relação aos seus direitos fundamentais. Atrelados a essa discussão, estão o racismo e a discriminação étnico-racial, e como ela se apresenta na sociedade brasileira. Segundo Brandão (2002/ 2004), Teixeira (2003 apud FILHO, 2004), no Brasil a questão racial prevalece sobre a questão social, sendo dessa forma geradora de mais pobreza, exclusão e subalternidade.

No tocante à compressão e à percepção dos jovens e à reflexão sobre o tema questão étnica racial, essa é afirmativa para os jovens do grupo étnico racial negro trabalhado. Os mesmos demonstraram ter relativa compreensão de seu pertencimento, como também quanto ao pertencimento do grupo étnico racial branco; e parcialmente evidenciada pelo grupo étnico racial branco, em relação ao grupo negro. Identificou-se, porém, que o que falta é o “senso de unidade”, para que esses jovens possam ter bases para questionar algumas situações dadas como “normais” no seu cotidiano – amparado pelo mito da democracia racial.

Dessa forma, pode concluir que a percepção do cotidiano dos jovens negros e o que causa esse pertencimento são em grande parte afirmativas e estão permeadas por práticas e ações racistas, sejam de maneiras objetivas e diretas ou de formas subjetivas e indiretas. Essas percepções, por parte de jovens negros, acontecem diariamente nos diferentes espaços e nas diferentes relações. O jovem negro também consegue visualizar o que causa o pertencimento étnico racial branco, que foi traduzido em “vantagens” e “privilégios”.

Para o jovem pertencente ao grupo étnico branco, a percepção não foi evidenciada em suas vivências diárias em relação ao seu pertencimento racial. Alguns relataram situações de discriminações, porém não estavam conectadas ao seu pertencimento étnico racial. No entanto, jovens brancos percebem o que causa o pertencimento étnico racial do negro, e está relacionado à exclusão, ao racismo e discriminação.

Acrescenta-se a essas descobertas que esse “pertencimento” reconhecido pelos diferentes grupos não propicia uma identidade de unidade positiva, e que possa ser direcionada ao fortalecimento dos diferentes grupos. Onde, a partir do reconhecimento do que o grupo étnico negro percebe em relação ao seu próprio grupo possa gerar posicionamento crítico em relação às vivências cotidianas do grupo como um todo, e não apenas de maneira pontuais ou individuais. Que, independente das ações individuais de cada membro desse grupo, pertencer a ele o coloca em um “coletivo”.

Nesse coletivo, estão sujeitos e propensos a ações e posturas racistas e discriminatórias. Essa percepção de coletivo, na busca de se questionar sobre a realidade do grupo, não foi evidenciada nem entre os brancos em relação aos privilégios do próprio grupo, nem em relação às desvantagens do grupo negro, e nem entre os próprios negros em relação a si mesmos, já que relataram constantes situações de discriminações e ações racistas no seu cotidiano. Apenas apontaram e reconheceram alguns desdobramentos por meio de determinado pertencimento étnico racial, mas não fizeram essa relação de unidade.

Cabe observar que a mesma conclusão que se fez presente na pesquisa com os jovens também se consegue visualizar entre os profissionais de Serviço Social. Onde há compreensão no exercício profissional (estudos, levantamentos, relatórios) para dados específicos que afirmam a condição do negro na sociedade brasileira, porém não se sabe exatamente como agir no exercício profissional com esses dados. Então, se identifica que no Brasil, para além da contradição capital trabalho, está presente nessa estrutura o quesito “cor”, e no fazer profissional faz-se uso de instrumento teórico metodológico na perspectiva de contradição de classe. Como fazer para que seja alcançada essa equidade de classe para a população brasileira?

Durante o trabalho, procurou-se fomentar a discussão acerca do preparo que os assistentes sociais têm em sua formação sobre questão étnica racial, uma vez que foi identificada uma escassa produção sobre a temática no campo do Serviço Social, que propicie uma reflexão mais profunda e tão urgente, como é no caso brasileiro. Assim, o presente trabalho tem a expectativa de contribuir acerca dessa discussão, já que apresenta vários elementos e seus desdobramentos sobre essa temática na sociedade brasileira.

Segundo os autores e autoras trabalhados durante esta pesquisa, alguns apontamentos se fazem importantes na busca da materialização do código de ética profissional do assistente social, onde em seus princípios fundamentais trazem o compromisso da categoria profissional com a defesa intransigente dos direitos humanos; posicionamento em favor da equidade e justiça social; eliminação de todas as formas de preconceito, respeito à diversidade e incentivo à participação de grupos socialmente discriminados; opção por uma nova ordem societária sem dominação, exploração de classe etnia e gênero; compromisso com a qualidade do serviço prestado aos usuários e exercício da profissão sem discriminar nem discriminado por diferentes opções, entre elas classe social, etnia, gênero, religião, dentre outras.

Dessa forma, conforme rege o projeto ético político da profissão, alguns autores trabalhados nesta pesquisa apontam algumas sugestões com as quais compactuamos: Que o Serviço Social seja de fato inter-étnico e considere os fatores históricos, culturais, sociológicos e psicológicos que envolvem grande parte de seus usuários,

porque no Brasil as expressões da questão social estão para além da contradição de classe.(PINTO, 2008).

Nessa direção, fazem-se necessárias a criação de uma nova linguagem antirracista, para ser trabalhada nos diferentes espaços; a articulação com organizações negras, para que, além das demandas individuais, possam ter conhecimento das pautas do movimento negro organizado; considerar a importância da questão racial, com a inclusão do quesito cor/raça nos instrumentais utilizados, com a consequente interpretação de dados e a suspensão das atividades cotidianas para reflexão acerca do racismo e discriminação. (PINTO, 2008) e (EURICO 2013).

Segundo as mesmas autoras, são necessárias a produção de conhecimento na pós-graduação, e a apropriação urgente pelo Serviço Social da produção de conhecimento teórico acumulada por meio das áreas das Ciências Sociais. Dessa forma, faz-se necessária a implementação da portaria assinada em 11 de maio de 2016¹ pelo Ministro da Educação, tendo como base o projeto de lei (PL 2890/2015) de autoria do deputado federal Davidson Magalhães (PC do B-Ba).

E, finalizando, referencia-se aqui a contribuição de Filho (2004, p.111), com a observação de que a denúncia da falha do sistema de ensino em todos os níveis é uma forma para contribuir com as questões étnicas raciais no Brasil. E questiona: como que se ensina uma coisa que não se apreendeu? Dessa forma, acredita que: produzir, provocar e estimular novas redes de informação venha a contribuir com o debate, “transformando o não familiar em familiar, dando concretude e significado às imagens positivas do negro na sociedade brasileira”.

¹ Essa portaria é de caráter racial (negros e indígenas) e também contempla candidatos portadores de deficiência na pós-graduação das universidades públicas federais. Importante ressaltar que, para uma formação de qualidade, é necessário que essas ações venham acompanhadas de condições para permanecer estudando, já que a maioria não tem condições de apenas se dedicar à formação acadêmica, assim como já presenciamos na graduação.

REFERÊNCIAS

BENTO, Maria Aparecida Silva; BEGHIN, Nathalie, Juventude Negra e Exclusão Radical, IPEA - Políticas Sociais, acompanhamento e análises 2005, p.194-197.

BERNARDINO, J. “Ação afirmativa e a rediscussão do mito da democracia racial no Brasil.”. Estudos afro-asiáticos 24.2, P. 247-273, 2002.

BRANQUITUDE - O LADO OCULTO DO DISCURSO SOBRE O NEGRO In: Psicologia social do racismo – estudos sobre branquitude branqueamento no Brasil /Iray Carone, Maria Aparecida Silva Bento (Organizadoras) Petrópolis, RJ: Vozes, 2002, p. (147-162)

BRASIL, E; MENDONÇA, C. ABOLIÇÃO E ABOLICIONISMO. Editora da Universidade Federal Fluminense, 2010. ISSN 1980-4423. Disponível em:

BRASIL, LEI N° 8.662, DE 7 DE JUNHO DE 1993. REGULAMENTAÇÃO DA PROFISSÃO. Dispõe sobre a profissão de Assistente Social e dá outras providências.

BRASIL. Lei nº 12.288 - Estatuto da Igualdade Racial. Brasília: 2010.

CCEA – Centro Cultural Escrava Anastácia. Disponível em: <<http://www.ccea.org.br/logo>>. Acesso em 08 jun. 2016.

CFESS (Conselho Federal de Serviço Social). Subsídios para a atuação dos assistentes sociais na política de educação. Brasília: CFESS, 2012.

Código de Ética do Serviço Social. Publicado no Diário Oficial da União nº 60, de 30/03/1993. Alterado pela Resolução do CRESS nº 290, publicado no Diário Oficial da União em 11/02/1994.

COSTA, Sandra S. Projeto de Intervenção: O JOVEM APRENDIZ EM SUAS RELAÇÕES ÉTNICO RACIAL: SEUS DESDOBRAMENTOS NO COTIDIANO. Semestre 2015.2. Disciplina: Supervisão Pedagógica de Estágio Curricular Obrigatório I. Universidade Federal de Santa Catarina. Florianópolis, 2015.

DE SOUZA MINAYO, Maria C. O desafio do conhecimento. Pesquisa qualitativa em saúde. 2008.

EURICO, Márcia Campos. A percepção do assistente social acerca do racismo institucional. Serv. Soc. Soc., São Paulo, n. 114, p. 290-310, jun. 2013. Disponível em <http://www.scielo.br/scielo.Php?Script=sci_arttext&pid=S0101-66282013000200005&lng=pt&nrm=1>. Acessos em 04 abr. 2016.

FANON, F. Pele negra, máscaras brancas. Primeira. EDUFBA, 2008.

FERNANDES, Viviane Barboza; SOUZA, Maria Cecília Cortez Christiano de. Identidade Negra entre exclusão e liberdade. *Revista do Instituto de Estudos Brasileiros, Brasil*, n. 63, p. 103-120, apr. 2016. ISSN 2316-901X. Disponível em: <<http://www.revistas.usp.br/rieb/article/view/114868>>. Acesso em: 11 Jul. 2016.

FILHO, J. B. da S. A QUESTÃO DO NEGRO NO CURSO DE GRADUAÇÃO EM SERVIÇO SOCIAL DA UNIVERSIDADE FEDERAL FLUMINENSE. Dissertação (Mestrado) — Universidade Federal Fluminense, 2004.

FREITAS, Tais Pereira de; ENGLER, Helen Barbosa Raiz. Desigualdade racial nos espaços escolares e o trabalho do assistente social. *Serv. Soc. Soc.*, São Paulo, n. 121, p. 32-47, mar. 2015. Disponível em <http://www.scielo.br/scielo.Php?Script=sci_arttext&pid=S66282015000100032&lng=pt&nrm=ISO>. Acessos em 04 abr. 2016

GERHARDT, T. E; SILVEIRA, D. T. Métodos de pesquisa / [organizado por]. Coordenado pela Universidade Aberta do Brasil – UAB/UFRGS e pelo Curso de Graduação Tecnológica – Planejamento e Gestão para o Desenvolvimento Rural da SEAD/UFRGS. – Porto Alegre: Editora da UFRGS, 2009. Disponível em: < <http://www.ufrgs.br/cursopgd/download/Serie/derad005.pdf>> Acesso em 08 jul. 2016.

GIL, Antônio Carlos. Métodos e Técnicas de Pesquisa Social. 6ª Ed. São Paulo: Atlas, 2008.

JESUS, C. M. de. BRANQUITUDE X BRANQUIDADE: UMA ANÁLISE CONCEITUAL DO SER BRANCO. III Encontro Baiano de Estudo em Cultura, Abril 2012.

CAMPOS, Marcia. A percepção do assistente social acerca do racismo institucional. *Serv. Soc. Soc.*, São Paulo, n. 114, p. 290-310, jun. 2013. Disponível em <http://www.scielo.br/scielo.Php?Script=sci_arttext&pid=S0101-66282013000200005&lng=pt&nrm=ISO>. Acessos em 04 abr. 2016.

MARTINS, Tereza Cristina Santos. O negro no contexto das novas estratégias do capital: desemprego, precarização e informalidade. *Serv. Soc. Soc.*, São Paulo, n. 111, p. 450-467, set. 2012. Disponível em <http://www.scielo.br/scielo.Php?script=sci_arttext&pid=S0101-66282012000300004&lng=pt&nrm=iso>. Acessos em 27 jul. 2016.

MOORE, Carlos. Racismo e sociedade: novas bases epistemológicas para entender o racismo. Belo Horizonte: Mazza, Edições, 2007, p.320.

MUNANGA, K. NEGRITUDE AFRO-BRASILEIRA: PERSPECTIVAS E DIFICULDADES. *Revista de Antropologia*, São Paulo, v. 33, 1990.

MUNANGA, Kabengele – Uma Abordagem Conceitual das Noções de Raça, Racismo, Identidade e Etnia in, *CADERNOS PENESB Nº5*. Niterói: EdUFF, 2004, (p.15-34).

PEREIRA, M. S. QUILOMBOS, REVOLTAS E FUGAS. EDUFF - Editora da Universidade Federal Fluminense, 2010. ISSN ISSN 1980-4423.

PINTO, Elisabete Aparecida. O Serviço Social e a Questão Étnico Racial: Um estudo de sua relação com usuário negro. São Paulo: Terceira Margem, 2003. 260 p.

PIZA, Edith. Adolescência e racismo: uma breve reflexão. In: SIMPOSIO INTERNACIONAL DO ADOLESCENTE, 1, 2005, São Paulo.

POR UMA POLÍTICA Nacional de Combate ao Racismo e à Discriminação Racial: Marcha Zumbi contra o Racismo, pela Cidadania e pela Vida. Brasília: Cultura Gráfica e Ed., 1996.

SALVADORI, Lizandra V. ENTREVISTA REALIZADA COM A ASSISTENTE SOCIAL PARA ELABORAÇÃO DO PLANO DE ESTÁGIO 2015.2. Disciplina: Supervisão Pedagógica de Estágio Curricular Obrigatório I. Universidade Federal de Santa Catarina. Florianópolis, 2015.

SCHCMAN Lia Vainer. Entre o “encardido”, o “branco” e o “branquíssimo”: raça, hierarquia e poder na construção da branquitude paulistana. 2012. Tese (Doutora em Psicologia Social) – Instituto de Psicologia de São Paulo, São Paulo, 2012.

SCHWARCZ, L. M. Previsões são sempre traiçoeiras: João Baptista de Lacerda e seu Brasil branco. História, Ciências, Saúde-Manguinhos, Rio de Janeiro, v. 18, n. 1, Janeiro / março 2011.

SILVÉRIO, Valter Roberto Silvério et al. Educação e ações afirmativas: entre a injustiça simbólica e a injustiça econômica. 2003.

TRIVIÑOS, Augusto Nivaldo Silva. Introdução à pesquisa em ciências sociais: a pesquisa qualitativa em educação. São Paulo: Atlas, 1987.

WITIUK, I. L. A trajetória sócio histórica do Serviço Social no espaço da escola. 2004. Tese de Doutorado. Tese (Doutorado em Serviço Social)-Pontifícia Universidade Católica, São Paulo, 2004. Disponível em: cress-sc.org.br/img/noticias/A-TESE-ILDA%20educacao.doc Acesso em: 17 de Jul.2016

Anexos

ANEXO A – PROJETO DE INTERVENÇÃO

TEMÁTICA/TÍTULO DO PROJETO:

O jovem aprendiz em suas relações étnico racial: Seus desdobramentos no cotidiano (violência, educação, trabalho/renda).

1. IDENTIFICAÇÃO:

Instituição: Centro Cultural Escrava Anastácia

Supervisora de Campo: Lizandra Vaz Salvadori

Supervisora Acadêmica: Teresa Kleba Lisboa

Nome Estagiário: Sandra Santos Costa

2. JUSTIFICATIVA

A justificativa para este projeto de intervenção é a discussão do racismo e da discriminação de grupos étnicos, e de que forma essas questões se expressam na vida dos jovens, principalmente os jovens que pertencem ao grupo étnico negro.

Esses jovens são os mais discriminados, humilhados, oriundos de famílias empobrecidas, expostos a situação de vulnerabilidade e integram as estatísticas dos “conflitos com a lei”, são as maiores vítimas de homicídios no país. Esses dados deram início a uma campanha da Anistia Internacional “Queremos ver o Jovem Negro Vivo!”.

Em 2012, 56.000 pessoas foram assassinadas no Brasil. Destas, 30.000 são jovens entre 15 a 29 anos e, desse total, 77% são negros. A maioria dos homicídios é praticada por armas de fogo, e menos de 8% dos casos chegam a ser julgados.

Esses dados não causam alarmes na agenda pública nem comoção da sociedade brasileira. Observando que é uma questão de violação explícita dos Direitos Humanos e dado à emergência do tema, deu-se prioridade em trabalhar com essa temática. Observando também o que rege Código de Ética do Serviço Social, como um dos princípios fundamentais elencados a seguir:

Defesa intransigente dos direitos humanos, equidade, justiça social, universalidade de acesso aos bens e serviços, empenho na eliminação de todas as formas de preconceito, incentivando o respeito à diversidade, à participação de grupos socialmente discriminados e à discussão das diferenças. (Lei 8.662/93)

Neste projeto de intervenção, busco trabalhar a desconstrução do discurso sobre o negro na sociedade, informar sobre as leis relacionadas à população negra

e fortalecimento da autoestima. O projeto se dará através de trabalhos em grupos. Segundo Trindade (2004) citada por Siqueira (2008 p.3).

A abordagem grupal como um instrumento técnico-operativo do assistente social deve ser considerada “não somente em seus aspectos técnicos – referentes ao ‘fazer’ – mas também em suas implicações sócio-políticas da prática da qual ele potencializa as ações, viabilizando uma intervenção que tem uma direção social situada no movimento contraditório da sociedade.”.

Para Carlos (1998) o trabalho em grupo, tem a capacidade de criar um sentimento de interdependência entre os membros, de ampliar a consideração entre os participantes, fortalecendo a autoestima e a identidade, dessa forma constitui-se uma referência de valores e afetos para os membros.

As autoras Lisboa e Lolatto (2012 p.3), trazem que, a atuação profissional do assistente social, não incide apenas nas questões macrosociais, incidem diretamente nas relações micros sociais, sendo dessa forma, o encruzamento de diversas realidades e conceitos que permitam o entendimento das diferentes expressões das questões sociais, considerando as relações de gênero, raça /etnia, gerações dentre outros.

Para entender o contexto histórico no negro no Brasil, busquei a autora Elisabete Aparecida Pinto, com a obra: O Serviço Social e a Questão Étnico Racial: Um estudo de sua relação com usuário negro (2003 p 69,70) citando Pereira (1968), que nos apresenta uma trajetória da produção intelectual sobre o negro em nossa sociedade:

A produção intelectual sobre o negro no Brasil passou por várias fases: No século XVIII e XIX, as principais correntes utilizava o conceito raça, compondo uma imagem negativa e patológica do negro. Essa análise eram ancoradas no gobbinismo e darwinismo social surgido na Europa (...). Na década de 30, o negro passa a ser estudado por outro ângulo, o da cultura, e o conceito raça substituído pela tentativa de folclorização de sua cultura. Neste período a questão do negro deixa de ser tratado como um problema social, e suas condições de vida não são questionados, e ao ser valorizado sua cultura, dar suporte a ideologia da democracia racial.

Nos anos 50, a UNESCO patrocinou uma pesquisa no Brasil, e o estudo sobre o negro apresentado pela Escola de Sociologia Paulista transformou “a

questão racial em um problema social”. Os resultados desses estudos, cujos alguns autores são Florestan Fernandes, Otávio Ianni, Fernando Henrique Cardoso e Roger Bastide, implicava o desmascaramento da situação racial brasileira e a situação de discriminação dos descendentes africanos na sociedade brasileira.

Apesar da contribuição desses autores, segundo Pinto (2003 p.70), os mesmos chegaram a conclusões de que “a população negra no início do século era anômica

(sem regras e leis), incapazes de se adequar ao esquema contratual de trabalho livre, e a competir com os europeus no mercado de trabalho”.

Em 1980 alguns autores fizeram críticas à visão dos negros com anômica, dentre eles a autora da obra O negro livre no imaginário das elites (racismo, imigrantismo, e abolicionismo em São Paulo) Célia Azevedo, que chega a conclusões contrárias aos autores citados, para ela a transição do trabalho escravo para a o trabalhe livre, se deu através de bases racistas em conjunto com a construção de inferioridade do negro científica e politicamente, para justificar sua exclusão do mercado de trabalho. Pinto (2003, p.71)

Este projeto de intervenção será realizado na ONG Centro Cultural Es-crava Anastácia (CCEA), instituição de natureza de pessoa jurídica de direito privado, registrado em 08 de junho de 1998, é uma associação sem fins econômicos e lucrativos e atua nas áreas de assistência social (básica e especial).

A origem do CCEA se deu através de um grupo de mulheres em sua maioria negras, moradoras da comunidade de origem quilombola do Maciço do Morro da Cruz. Essas mulheres tinham a preocupação de encontrar alternativas para que seus filhos não ficassem expostos aos apelos do tráfico, da violência e da criminalidade.

O CCEA faz parte do Instituto Padre Vilson Groh (IVG), que presta serviços de assessoramento às Organizações da Sociedade Civil, que trabalham na promoção e defesa dos direitos fundamentais de populações em vulnerabilidade socioeconômica, priorizando o trabalho em rede, e do Programa Fortaleza, que visa fortalecimento de organização da sociedade civil, que atuem na área de formação e trabalho para jovens. (<http://www.redeivg.org.br/>).

Dentro do CCEA, este projeto de intervenção será realizado junto aos jovens do Projeto Jovem Aprendiz, através da Lei de aprendizagem nº. 10.097/2000, regulamentada pelo Decreto nº. 5.598/2005. Essa Lei trata-se de um contrato especial, para jovens entre 14 e 24 anos, e estabelece que todas as empresas de médio e grande porte tem obrigatoriamente que ter uma porcentagem de jovens aprendizes. Esse contrato é por tempo determinado de no máximo dois anos, e os beneficiados trabalham em ofícios previstos na Classificação Brasileira de Ocupações - CBO do Ministério do Trabalho e Emprego. Concomitantemente são matriculados em curso nas instituições de aprendizagem qualificadas e reconhecidos. (Site Ministério do Trabalho e Emprego).

A prioridade em tratar desse tema, é pelo seu contexto histórico e atual, ele diz muito sobre o público alvo, e a criação da própria instituição. Atualmente passamos por um momento de grande discussão sobre as diversas formas de racismo, exclusão social, desigualdades e a falta de representatividade no negro na sociedade.

No jeito de ser da modernidade ocidental, foram subalternizadas as periferias e as pessoas que as habitam, foram colonizados o pensamento, os sentimentos, as falas e as ações de todos os que se colocam como diferentes do padrão hegemônico. (Projeto Político Pedagógico CCEA 2014)

Essas discussões estão acontecendo nas diversas áreas: mídia escrita, falada, redes sociais. Seja pelo próprio racismo e discriminação, seja por algumas políticas públicas implantadas; como nas universidades, nos serviço público, além da efervescência dos movimentos organizado da sociedade civil, e as diversas violações de direitos humanos (Leis nacionais de proteção à criança e os adolescentes, Estatuto da criança e do adolescente, Estatuto da Juventude, Estatuto da Igualdade Racial) e tratados internacionais e interamericanos, referente à promoção e proteção de direitos humanos, (Declaração Universal dos Direitos da Criança 1959, Convenção das Nações Unidas sobre os Direitos da Criança 1990, dentre outros) ratificado pelo Brasil.

Para melhor compreensão sobre a temática, elencarei alguns conceitos, segundo Pinto (2003),o racismo “É baseado em uma ideologia etnocêntrica, com suposto cientificismo que propaga a inferioridade biológica e geneticamente herdada de determinados indivíduos e grupos em relação a outros”.

Conforme o autor Jones (1973) citado por Pinto (2003 p. 86,87) o racismo pode ser classificado em três tipos:

O racismo individual:

Compreendem as atitudes, comportamentos, socialização e interesse pessoal. O indivíduo racista acredita que as pessoas e os grupos negros são inferiores aos brancos, devido aos traços físicos, que esses traços determinam o comportamento social, qualidades morais e intelectuais. (p.86)

O racismo institucional:

Configuram-se na prática discriminatória dos sistemas de trabalho, direito, saúde, economia, educação, política e moradia. Essa forma de racismo é a institucionalização de crenças racistas individuais. Se há consequências racistas das leis, práticas e dos costumes institucionais, a instituição é racista, independente dos indivíduos que matem tais práticas terem ou não intenções racistas. (p.86)

E o racismo cultural:

Fundamenta-se no absolutismo da cultura branca sobre a cultura negra, e na desqualificação de suas manifestações culturais no que se refere à religião, estética, música, filo-sofia, valores e crença. (p.87)

Segundo Jones (1973) apud Pinto (2003 p.87), discriminação étnico racial:

É a manifestação comportamental declarada do preconceito étnico racial e da doutrina racista. Resulta da trans-formação de preconceito racial através do exercício de poder contra um grupo racial definido como inferior, por indivíduos e instituições, com apoio intencional ou não, de toda a cultura.

A mesma autora nos traz o significado de segregação étnico racial “É uma das práticas discriminatórias e consiste em separar geograficamente indivíduos e grupos utilização de serviços, recusa de empregos, direito de voto, e a proibição de miscigenação”. (p.88)

Apesar desse estágio de negação que existe no Brasil a respeito do racismo e suas diversas formas, com o mito da democracia racial, e acreditando ser um privilégio para os negros e outros grupos étnicos as ações e políticas afirmativas. Pinto (2003), afirma que a sociedade racista brasileira é uma das mais eficazes do mundo: porque bloqueia o processo de identidade e a consciência étnica do negro, dificultando a organização política de forma efetiva, e observa que a única instituição oficial criada pelo branco, tendo o negro como peça fundamental foi à escravidão (p. 92).

Assim, aos meus olhos, a sociedade brasileira é ainda esquizogênia, ou seja, ela continua tendo o poder de tornar o outro esquizofrênico, pois emiti constante-mente duas informações: primeira, não existe preconceito racial nem racismo; segunda, praticamente impede que determinados indivíduos e grupos sociais tenham acesso ao mercado de trabalho e as demais espaços culturais e sociais. (PINTO 2003, p. 88).

Em 2012, o Supremo Tribunal Federal (STF) decidiu por unanimidade que as ações afirmativas são constitucionais e políticas essenciais para a redução de desigualdades e discriminações existentes no país.

Segundo a Secretaria de Políticas de Promoção da Igualdade Racial (Seppir), as ações afirmativas, buscar a equidade, a reparação de injustiças histórica e o não cumprimento ou violações de direitos. No Brasil um dado muito importante é o percurso temporal (127 anos) após a escravidão e a situação atual dos negros em desvantagem ao branco na nossa sociedade.

Uma ação afirmativa busca oferecer igualdade de oportunidades a todos. As ações afirmativas podem ser de três tipos: com o objetivo de reverter à representação negativa dos negros; para promover igualdade de oportunidades; e para combater o preconceito e o racismo. (Secretaria de Políticas de Promoção da Igualdade Racial/Seppir)

Conforme citado acima, apresentarei as principais ações afirmativas existentes no Brasil: de 2006 a Política de Saúde da População Negra, visa eliminar o racismo institucional no SUS; de 2012, a Lei nº12.711, conhecida como a lei de cotas na educação; de 2014, a Lei nº12.990 que garante porcentagem de vagas para candidatos negros em concursos públicos federais, também assegurados pelo Estatuto da Igualdade Racial (Lei nº12.288/2010).

Na área dos jovens e das mulheres temos as seguintes ações: Plano Viva a Juventude - políticas voltadas à prevenção e redução das vulnerabilidades de jovens negros às situações de violência; e na área das mulheres, ações focadas para enfrentar as diversas formas de discriminação, racismo e sexismo.

2.1 O Serviço Social na Instituição

Apesar da instituição já atuar desde 1998, foi em 2006 a contratação do profissional de Serviço Social no CCEA. Inicialmente, os requisitos para a contratação da primeira assistente social na instituição foi à habilidade de compreender os jovens e sua comunidade, como ressalta Lisboa Ribeiro (2012, p. 46) “(...) toda a pessoa que recorre ao Serviço Social, pertence a um determinado espaço geográfico, e deve sentir-se incluída e ter sua dignidade de cidadão re-conhecida na sociedade e em sua comunidade”.

Além desse objetivo da inserção do Serviço Social no CCEA, foi pelo aumento do número de jovens atendidos pela instituição, devido o convênio com o Ministério do Trabalho para o Consórcio Social da Juventude. Demandando um profissional qualificado para elaboração de pareceres e estudo socioeconômico, que segundo a Lei de regulamentação da profissão n. 8662/93, no artigo Art. 4º Constituem competências do Assistente Social, XI - realizar estudos socioeconômicos com os usuários para fins de benefícios e serviços sociais junto a órgãos da administração pública direta e indireta, empresas privadas e outras entidades.

Acredito que, o tema e a realização do projeto de intervenção são pertinentes para que os jovens possam compreender a sociedade em que estão inseridos, e se fortaleçam através da história do povo negro, das experiências vivenciadas no cotidiano, através de exemplo, como das mulheres negras que há anos tiveram a preocupação com seus filhos e com as diversas formas racismo, discriminação e conseqüentemente exclusões, que deram início através do coletivo à Instituição Centro Cultural Escrava Anastácia.

Trabalharemos para desconstrução da história contada de forma eurocêntrica, que não seja esse existente na memória coletiva dominante e opressora, que influencia a memória do negro, através de suas instituições socializadoras, como escolas, igrejas partidos políticos meios de comunicação de massa, Pinto (2003). A autora ressalta a

importância de buscar:

Zumbi dos Palmares a Revolta do Malês a experiência dos quilombos, as instituições religiosa negra a fala da população negra não organizada a todos profissionais e usuários negras de Serviço Social e outras experiências para testemunhar a favor de uma imagem Negra positiva que forneça outro processo socializador e que venha dá origem a uma organização ética efetiva capaz de tirar o negro do seu “desvio existencial”. Phenom (1983) apud Pinto. (2003 p. 96).

3. OBJETO:

Jovens participantes das formações oferecidas pelo Centro Cultural Escrava Anastácia.

4. OBJETIVO GERAL

Visa discussão do racismo e da discriminação étnico racial e seus desdobramentos no cotidiano dos jovens.

5. OBJETIVOS ESPECÍFICOS

* Contribuir para fortalecimento da autoestima da juventude das comunidades empobrecidas da Grande Florianópolis.

* Facilitar a compreensão e a reflexão sobre o tema questão racial e seus desdobramentos;

* Fomentar a discussão e participação dos jovens em diferentes espaços (conselhos, coletivos, etc.);

* Informar sobre leis relativas a ações afirmativas.

6. METODOLOGIA

6.1. Ação escolhida

Realizarei um trabalho com grupos através de dinâmicas e diálogos. A ação contará com a participação do Coletivo Kurima, criado por estudantes negras e negros da UFSC como facilitador da questão abordada, “O jovem aprendiz em suas relações Étnico Racial: Seus desdobramentos no cotidiano”.

* 1º Ação: dinâmica em grupos “O Jovem Aprendiz em suas Relações Étnico Racial: Seus Desdobramentos no Cotidiano”

* 2º Ação: Entrega de folder explicativo com as informações abordadas sobre o tema.

* 3º Ação: Convite a todos os presentes a serem os multiplicadores das informações recebidas.

* 4º Ação: Avaliação da ação através de um questionário.

6.2 Detalhamentos por atividade

Apresentação do projeto de intervenção “O jovem aprendiz em suas relações Étnico Racial: Seus desdobramentos no cotidiano”.

O primeiro passo foi à elaboração de um pré-projeto, após essa primeira iniciativa, contei com apoio da fundadora do primeiro coletivo negro da UFSC. Ao expor o planejamento da ação que estava desenvolvendo, a convidei para participar da ação como facilitadora. A partir da resposta positiva, e mais algumas reuniões sobre a temática, concluir a elaboração deste projeto.

O público alvo são os jovens participantes do projeto Rito/Jovem Aprendiz do Centro Cultural Escrava Anastácia. O tempo necessário para realização da atividade será de duas horas, os recursos humanos será a elaboração, execução e avaliação elaborada e executada por mim, com a supervisão acadêmica e da profissional no campo de estágio, além da participação do facilitador Coletivo Kurima. Os materiais e espaço físico serão do Centro Cultural Escrava Anastácia.

Serão realizadas atividades com duas turmas específicas, tendo cada uma dois encontros, conforme explicitado abaixo:

Primeiro encontro:

- * Apresentações: Apresentação do projeto, e após dinâmica para apresentação de todos os presentes.

- * Apresentação de um vídeo “Vista a minha pele” / Emicida: “Meus antepassados acorrentados me motivam”.

- * Após apresentação do vídeo, será aberta a roda de conversa- percepções sobre vídeo apresentado.

- * Dinâmica usando revista, colagem, para que eles possam compartilhar as situações de discriminação que já sofreram ou vivenciaram no seu cotidiano.

Segundo encontro:

- * Entrega do de folder explicativo com as informações abordadas sobre o tema.

- * Aplicação de questionário com perguntas fechadas e abertas a respeito do olhar do jovem sobre o tema trabalhado.

- * Avaliação da atividade pelo jovem.

7. CRONOGRAMA

Tabela 2 – Cronograma do projeto de intervenção.

Elaboração do projeto	Novembro de 2015 a março de 2016.
Elaboração do folder	Março
Dinâmica em grupos	Março e abril
Entrega do folder	Abril
Avaliação:	Abril
Relatório final	Julho

Elabora para projeto de intervenção

8. MONITORAMENTO E AVALIAÇÃO

Este projeto de intervenção será realizado em quatro encontros, não descartando a possibilidade da continuidade, ou de um novo projeto relacionado ao tema. Durante execução estarei participando junto com os grupos, verificando e anotando os questionamentos dos jovens.

Para à avaliação usarei questionário com perguntas abertas e fechadas, na direção de verificar se os objetivos foram alcançados em relação à pro-posta. No questionário não será exigido identificação dos participantes, para que os mesmo fiquem a vontade para expressar suas opiniões e considerações de forma espontânea.

9. REFERÊNCIAS

BRASIL, Código de Ética do Assistente Social. Lei 8.662/93 de regulamentação da profissão. 3 ed. Brasília: Conselho Federal de Serviço Social, 1997.

CARLOS, Sérgio Antônio. O processo grupal. In Psicologia Social Contemporânea: livro texto. Petrópolis, RJ: Vozes, 1998.

LISBOA, Teresa Kleba; LOLATTO, Simone. Políticas Públicas com transversalidade de Gênero – resgatando a interseccionalidade, a intersetorialidade e a interdisciplinaridade no Serviço Social. Trabalho Apresentado no I Congresso Internacional Interdisciplinar em Ciências Sociais e Humanidades – Coninter, Niterói/ RJ, p.1-18, out. 2012.

MOURA, Adriana Ferro; LIMA, Maria Glória. A REINVENÇÃO DA RODA: RODA DE CONVERSA: UM INSTRUMENTO METODOLÓGICO POSSÍVEL. Temas em Educação, João Pessoa, v. 23, n. 1, p.98-106, Jun-jan 2014.

PINTO, Elisabete Aparecida. O Serviço Social e a Questão Étnico Racial: Um estudo de sua relação com usuário negro. São Paulo: Terceira Margem, 2003. 260 p.

SIQUEIRA, Mônica Maria Nunes da Trindade. Famílias: uma experiência de trabalho com grupo. In: REVISTA CIÊNCIAS HUMANAS, UNITAU. Volume 1, número 2, 2008. Disponível em <http://www.unitau.br/revistahumanas>.

Anistia internacional campanhas 2015. Disponível em :<https://anistia.org.br/campanhas/jovemnegrovivo/>. Acesso em : Mar. 2016.

Centro Cultural Escrava Anastácia 2015 disponível em: <http://www2.ccea.org.br/>. Acesso em: Mar. 2016.

Florianópolis, 14 março de 2016.

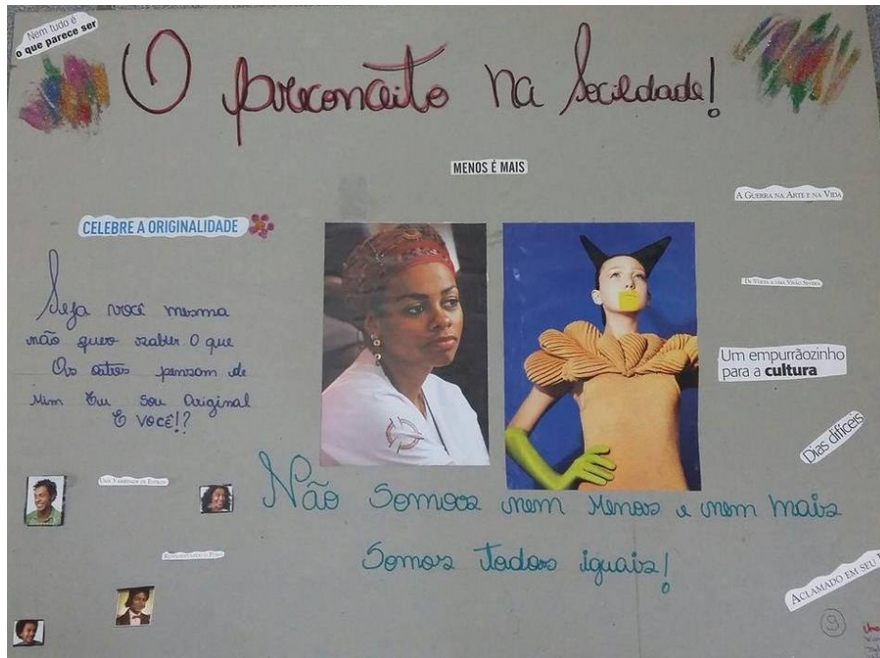
ANEXO B – MATERIAIS PRODUZIDOS NO PROJETO DE INTERVENÇÃO

Figura 4 – Cartaz 4



Produção P.I.

Figura 5 – Cartaz 5



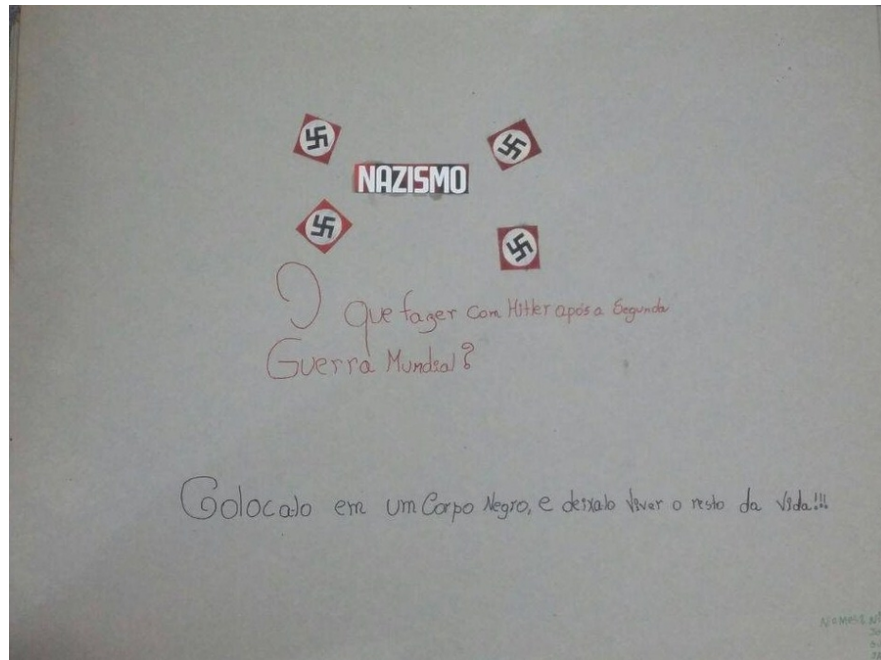
Produção P.I.

Figura 6 – Cartaz 6



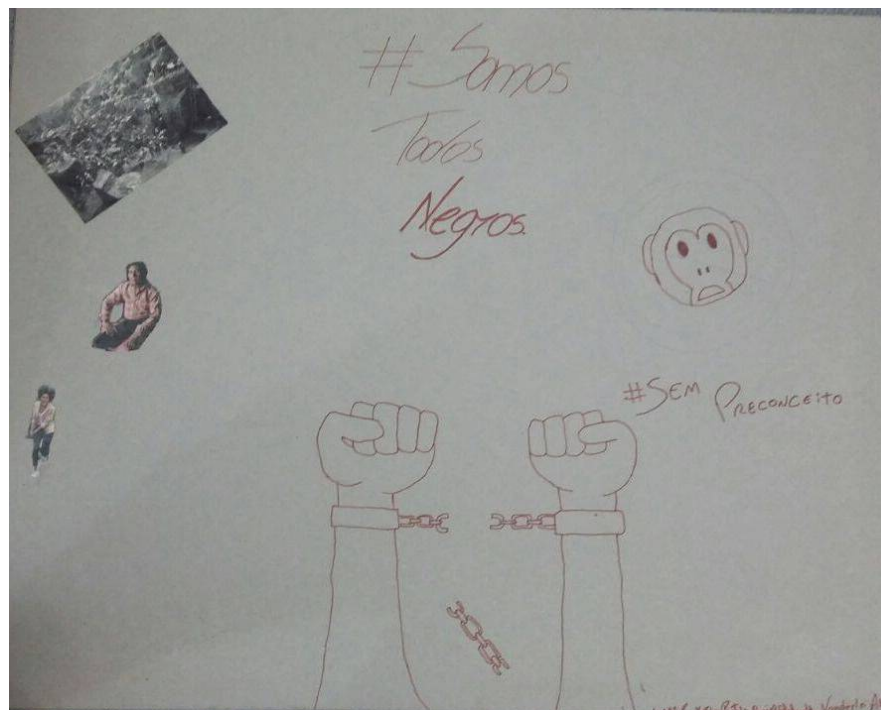
Produção P.I.

Figura 7 – Cartaz 7



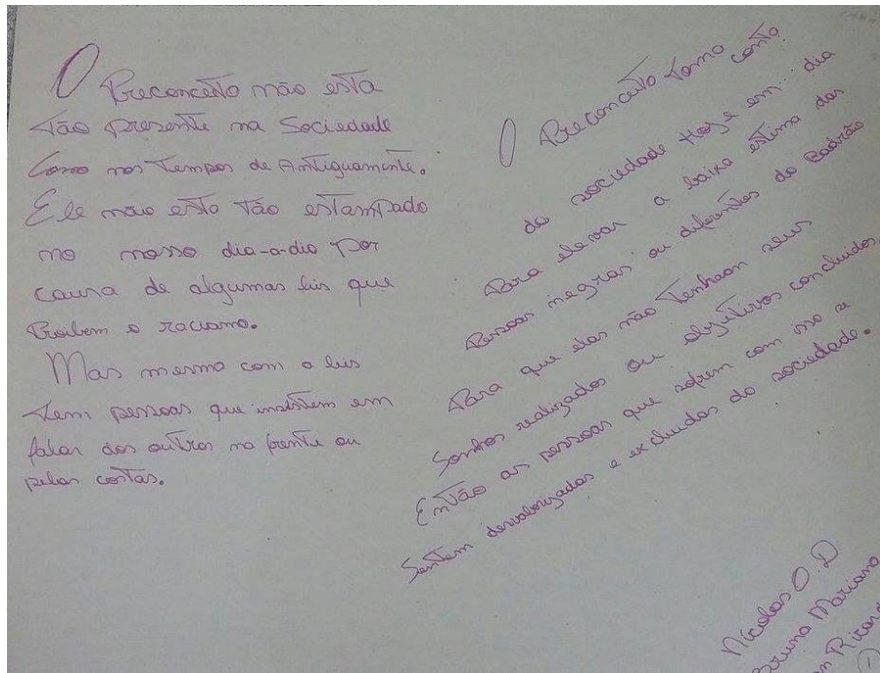
Produção P.I.

Figura 8 – Cartaz 8



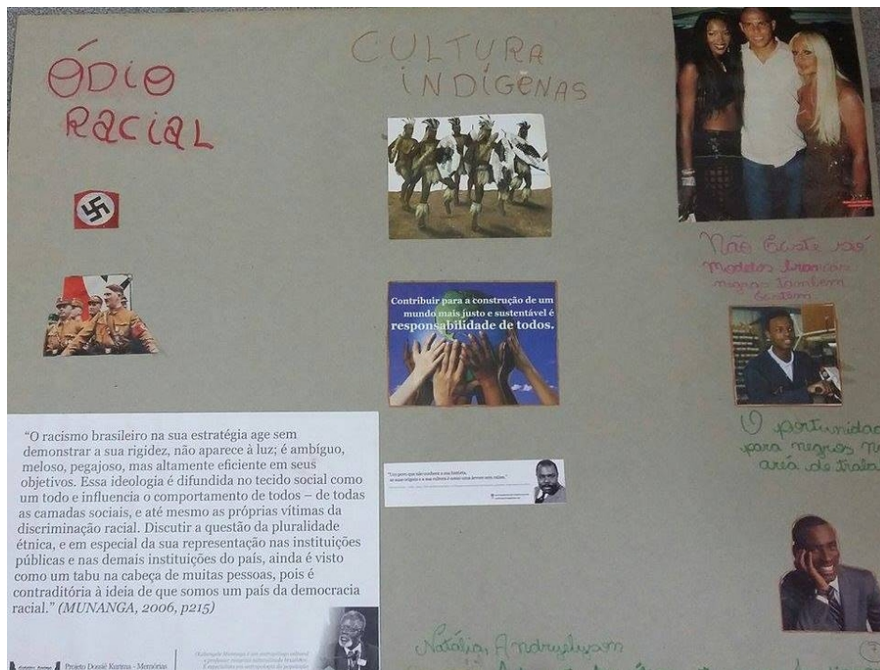
Produção do P.I.

Figura 9 – Cartaz 9



Produção do P.I.

Figura 10 – Cartaz 10



Produção P.I.

ANEXO C – AVALIAÇÃO DO PROJETO DE INTERVENÇÃO

Avaliação do projeto de intervenção – Jovem aprendiz matutino

Ótimo	Regular	Ruim	Justificativa
X			A aula foi diferente
X			Compreendi tudo sobre o tema.
X			Conversamos muito, raciocinamos todos juntos.
X			Gostei hoje a oficina, pois falamos de assunto que estão ao nosso redor, e que geralmente não percebemos.
X			Gostei porque falou de um bom assunto e foi bem explicado.
X			Gostei, aprendemos sobre racismo, muito importante aprender uma coisa que está no nosso dia a dia.
X			Hoje debatemos sobre a igualdade e o racismo.
X			Porque a aula foi bem elaborada, e um, contudo que foi legal.
X			Não concordo totalmente com o tema abordado, pois tenho outro pensamento sobre racismo etc. . .
X			Eu aprendi que não é por qualquer xingamento, ou diferença, que eu vou ficar mal, ou por qualquer racismo, muito pelo contrario, em não levantar a cabeça e dar a volta por cima.
X			Pois aprendi bastante coisa que não sabia, foi interessante.
X			Aprendizado bem feito, aula bem legal, ensinou muito.
X			Foi legal porque nos podemos discutir sobre o racismo e o preconceito.
	X		Achei mais ou menos, porque é um assunto que já estudo no meu curso.

Ótimo	Regular	Ruim	Justificativa
	X		Não concordei com todos os termos, porem foi uma atividade legal.
	X		Porque alguns dos assuntos tratados não foram tão explicados como poderiam.
		X	Eu compreendi o assunto tratado.

Avaliação do projeto de intervenção – Jovem aprendiz vespertino

Ótimo	Regular	Ruim	Justificativa
X			Eu gostei dessa aula foi muito legal.
X			Gostaria de ter de novo.
X			Muito bom, porque isso é importante esclarecer e informar mais a população.
X			Gostei, porque hoje em dia é muito difícil abordar esse assunto.
X			Fo muito interessante gostou muito da aula de hoje.
X			Achei bom, importante, legal.
X			Foi interessante, gostei muito.
X			Assunto interessante, devemos abordar mais vezes, muito importante.
X			Gostei muito, bem explicado sobre o racismo.
X			Gostei muito do assunto abordado.
X			Compreendi as questões levantadas.
X			Achei interessante e aprendi bastante coisa.
X			Foi bem debatido, muito bem elaborado, muito explicado.
X			Essa aula foi boa, pelo fato de especular um assunto tão polemico e que vem de anos.
X			Achei esse tema muito bom de combater.
X			Foi objetiva no tema, e foi uma discussão boa.
X			Achei muito legal a discussão.
X			É um assunto que tem que ser discutido e que melhora.

Ótimo	Re- gu- lar	Ruim	Justificativa
X			Eu gostei, foi muito interessante.
X			Assunto com que me identifico.
X			Conhecer algo novo para levar para o futuro.
X			Aprendemos que somos todos iguais.
X			Bons pontos de vista.
X			Foi legal por causa do tema abordado.
X			Foi massa, porque nos fizemos um baita cartaz.
X			Foi muito bom, aprendemos a refletir mais sobre o racismo.
X			Achei bom.
X			Trabalho excelente. . .
X			Eu gostei de aprender mais sobre racismo e etc.
X			A aula foi muito legal, gostei, muito, muito foda essa aula.
X			Foi muito interessante, pois foi uma coisa diferente no CCEA.
X			Essa oficina valeu muito a pena, pois tem assuntos que são tabus.
	X		Foi mais ou menos, porque entrei no meio, mas ficou legal demais.

Avaliação do projeto de intervenção – Rito matutino

Ótimo	Regu- lar	Ruim	Justificativa
X			Gostei da aula, conheci coisas novas.
X			Gostei do debate, tive conhecimento de coisas que não sabia.
X			Muito interessante, aprendi muito sobre isso!
X			Foi legal, valeu a pena.
X			Importante porque falou sobre o racismo, interessante, foi uma boa aula.
X			Gostei bastante, foi bem interessante.
X			Gostei muito, porque foi uma coisa que me interessou, não porque sou negro, mas sim pelo que eu não sabia, agora aprendi mais ainda.

Ótimo	Re- gu- lar	Ruim	Justificativa
X			Tem que ter mais oficina!
X			Foi legal, vimos um filme, foi interessante entender o quanto as escolas fala sobre racismo.

Avaliação do projeto de intervenção – Rito vespertino

Ótimo	Regu- lar	Ruim	Justificativa
X			Gostei do filme
X			Foi muito bom, falamos sobre um assunto bom.
X			Foi boa, assistimos filme, e conversamos sobre raça e etnia.
X			Porque ficamos sem fazer nada.
X			Foi muito legal por ter visto o filme sobre a escravidão, para saber mais como eram tratados os escravos antigamente, e como os negro tem sua força para mudar isso.
X			Foi boa, porque teve filme.
X			Gostei do filme.
X			Gostei muito da ala, porque gostei do filme.
X			Eu gostei do filme, porque algumas partes são sobre sexo e racismo.
X			Eu gostei porque falamos de bastante coisa sobre o racismo.
X			Gostei do filme, foi interessante e empolgante.
X			Foi bem divertido e produtivo.
X			Mesmo chegando atrasada, gostei bastante dessa aula, porque foi bom falar da origem africana.
X			Gostei porque assistimos ao filme do Besouro e discutimos sobre ele.
X			Foi legal e teve filme massa.
X			Foi importante para mim, porque aprendi um pouco sobre os negros hoje, no dia a dia.

	Re-		Justificativa
Ótimo	gu-	Ruim	
	lar		
X			Foi legal, porque nos assistimos a um filme e depois debatemos um pouco sobre o filme.
X			Gostei da aula, falamos de coisa que acontece mesmo, as professoras legais, o filme gostei, uma das melhores aulas.
	X		Porque não gosto muito de assistir vídeo.
	X		Foi legal, mas poderia ter tido mais exemplo sobre a diferença de raça e etnia.
	X		Mais ou menos, não achei muito interessante essa oficina, porque não tenho preconceito com outras raças, trato todos da mesma forma.
	X		Poderia ter tido mais tempo para debater sobre o assunto.
	X		Acho que poderia ter conversado mais, ou ter feito mais atividades.

ANEXO D – FOLHAS TÉCNICAS DOS ARTIGOS DA REVISTA SERVIÇO SOCIAL E SOCIEDADE

Artigo 1 (Serv. Soc. Soc., São Paulo, n. 111, p. 450-467, jul./set. 2012)

Autor: e ano Tereza Cristina Santos Martins (2012)

Título: O negro no contexto das novas estratégias do capital: desemprego, precarização e informalidade.

Palavra chave: Desigualdade racial. Desemprego. Trabalho precário e informal.

objetivo: O presente artigo parte do entendimento de que apesar da crise e das transformações operadas no mundo do trabalho atingir de modo geral a “classe que vive do trabalho”, as novas estratégias de produção e subordinação do trabalho ao capital não afetam igualmente brancos e negros. Nesse sentido, o seu objetivo é debater a condição de desigualdade do negro no contexto das novas estratégias de produção e subordinação do trabalho ao capital. Trata-se de identificar, por meio dos indicadores das desigualdades raciais, a desigualdade do trabalhador negro no mercado de trabalho brasileiro.

Artigo 2 (Serv. Soc. Soc., São Paulo, n. 114, p. 290-310 abr./jun. 2013)

Autor: e ano Márcia Campos Eurico (2013)

Título: A percepção do assistente social acerca do racismo institucional

Palavra chave: Racismo institucional. Ética profissional. Questão racial. Serviço Social.

objetivo: A complexidade das relações raciais no Brasil revela o campo de disputas em que o Serviço Social é chamado a intervir, pois o projeto ético político que orienta o trabalho profissional do assistente social é portador de uma direção social na perspectiva da emancipação dos sujeitos coletivos. O presente trabalho é resultado da pesquisa e da reflexão sobre o racismo institucional e o trabalho do assistente social. Busca-se investigar a percepção dos profissionais acerca do racismo, do preconceito e da discriminação racial no seu trabalho cotidiano.

Artigo 3 (Serv. Soc. Soc., São Paulo, n. 121, p. 32-47, jan./mar. 2015)

Autor: e ano Tais Pereira de Freitas Helen Barbosa Raiz Engler (2015)

Título: Desigualdade racial nos espaços escolares e o trabalho do assistente social.

Palavra chave: Desigualdade racial. Política pública de educação. Serviço Social.

objetivo: O texto ora apresentado enfoca a reflexão acerca dos rebatimentos da desigualdade racial nos espaços do sistema educacional, que se configuram fundamentais, tanto para a reprodução, quanto para o enfrentamento da condição desigual. Dessa forma, considera-se o potencial da escola para o processo de construção da igualdade racial e o compromisso ético do Serviço Social na construção de outra ordem societária, buscando-se discutir as contribuições da inserção do assistente social na política pública de educação.